



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 55

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 19 de abril de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos.

O primeiro, [Voto de Congratulação pelo prémio atribuído a Nuno Moniz](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade.

Após a leitura do mesmo pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Seguiu-se o [Voto de Congratulação pelos 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, também aprovado por unanimidade.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Sobre o [Voto de Congratulação pelos 450 anos da edificação da nova Sé Catedral de Angra](#), também apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido

Socialista, usaram novamente da palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), para fazer a apresentação do mesmo, e o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista o [Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Escola Secundária Vitorino Nemésio](#), mais precisamente pela Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Aquando da votação, o voto supracitado por aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida para a apresentação do [Voto de Congratulação pelo 2.º encontro de jovens açorianos](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Lido o voto pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre o [Voto de Congratulação à empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. por ter conquistado a 7.ª Medalha no concurso “O Melhor dos Melhores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, usaram da palavra os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*), a quem coube a apresentação do voto, António Pedroso (*PSD*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [Voto de Congratulação a Tomás Amaral, pela conquista do 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de Cantanhede](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais precisamente pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Pela Sra. Deputada Maria João Carreiro, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, foi apresentado o [Voto de Congratulação – Tomás](#)

Viveiros Amaral conquista o 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de Cantanhede 2018, o qual foi aprovado por unanimidade.

Novamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), foi apresentado o Voto de Congratulação pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, o qual mereceu a unanimidade da câmara.

Seguiu-se o Voto de Congratulação pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), passou-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente, pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, foi apresentado o Voto de Protesto referente ao terminal de cargas da Base das Lajes, o qual foi rejeitado por maioria.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), tendo de seguida usado da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Por fim, e rejeitado novamente por maioria, esteve em apreciação o Voto de Protesto pelo não lançamento do concurso para concessão e exploração das Termas do Carapacho, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Ramos (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento da ALRAA, usou da palavra, para uma Declaração Política, o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Na **Agenda da Reunião** deu-se continuidade ao debate do **Projeto de Resolução n.º 42/XI – “Criação de seleções desportivas açorianas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Em seguida, foi apresentado pelo relator da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado João Paulo Ávila (*PS*), o relatório referente à **Petição n.º 14/XI – “Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por José Eduardo Pedro Gaspar, na qualidade de primeiro subscritor.

No debate usaram da palavra as Sras. Deputadas Sónia Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*), Catarina Cabeceiras e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*) e António Lima (*BE*).

Posteriormente passou-se para a análise do **Projeto de Resolução n.º 52/XI – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os/a Srs./as Deputados/a Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), João Corvelo (*PCP*) e Francisco Coelho (*PS*).

Aquando da votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Em seguida, foi apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia, o relatório referente **à Petição n.º 13/XI – “Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico”**,

apresentada Ivo Luís de la Cerda Garcia e Sousa, na qualidade de primeiro subscritor.

Proferiram intervenções sobre a mesma os/a Srs./a Deputados/a António Lima (BE), Mário Tomé (PS), João Paulo Corvelo (PCP), Graça Silveira (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM) e Marco Costa (PSD).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Bom dia.

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 16 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório **Ávila**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Miguel António Moniz **Costa**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata Correia **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Susana Goulart **Costa**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar na nossa manhã de PTAP com a apresentação dos votos.

O primeiro é de congratulação pelo prémio atribuído a Nuno Moniz. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO PRÉMIO ATRIBUÍDO A NUNO MONIZ

Com 30 anos, Nuno Moniz foi premiado com o segundo lugar na categoria de doutoramento do Fraunhofer Portugal Challenge 2017, no passado mês de novembro.

O jovem faialense, recém-doutorado e docente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, desenvolveu um método que permite prever quais os conteúdos que se vão tornar mais populares na Internet.

Nuno Moniz garante que este método é vantajoso tanto para os fornecedores e conteúdos digitais como para os consumidores, pois é uma forma de conseguir sugerir, com rapidez, conteúdos mais recentes e com impacto diário que interessam aos utilizadores e, simultaneamente, promover esses conteúdos o quanto antes para receberem o maior número de acessos.

Este método faz parte da dissertação Prediction and Ranking of Highly Popular Web Content.

O Fraunhofer Portugal Challenge, que se realiza desde 2010, premeia “as ideias de investigação mais inovadoras” no meio académico português em duas categorias (mestrado e doutoramento).

Desta forma, vemos reconhecido mais um jovem nascido nos Açores e que, com trabalho e dedicação, tem feito um percurso académico que contribui para a resolução dos problemas quotidianos das pessoas.

De referir, que além da formação académica, Nuno Moniz tem ainda uma participação cívica ativa, dando assim mais uma prova de que todos podemos e devemos exercer a nossa cidadania.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelo prémio atribuído a Nuno Moniz, e dele seja dado conhecimento ao próprio.

Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

Os Deputados: Tiago Branco, André Bradford e Maria Isabel Quinto

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores felicita também o Dr. Nuno Moniz pelo seu percurso académico e pelo reconhecimento que lhe foi atribuído com este prémio, na expectativa também de que este reconhecimento parlamentar constitua mais um estímulo para a continuação do trabalho do Dr. Nuno Moniz.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 75 anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

O Instituto Histórico da Ilha Terceira é uma associação cultural de natureza privada, dedicada à investigação e divulgação da História dos Açores, fundada em Angra do Heroísmo, em 1942, por iniciativa de um grupo de vinte sócios, que foram os primeiros membros efetivos da academia, congregando um grupo heterogéneo de individualidades com percursos culturais, sociais e políticos muito diversos, mas com uma participação cívica e cultural muito ativas e relevantes.

Foram seus fundadores, Cândido Pamplona Forjaz, Elmiro Borges da Costa Mendes, Francisco Coelho Maduro Dias, Francisco Garcia da Rosa, Francisco Lourenço Valadão, Frederico Lopes da Silva, Gervásio Lima, Henrique Brás, João Carlos da Costa Moniz, Joaquim Esteves Lourenço, Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral, José Agostinho, José Augusto Pereira, Luis da Silva Ribeiro, Manuel Cardoso do Couto, Manuel de Sousa Meneses, Miguel Cristóvão de Araújo, Raimundo Belo, Ramiro Machado e Teotónio Machado Pires.

Na génese do Instituto Histórico da Ilha Terceira ressaltam os nomes de Luís da Silva Ribeiro e o de José Agostinho, com nome e obra publicada em Etnografia, em História e em Ciências da Natureza, a que associavam uma atividade como estudiosos da realidade açoriana e desenvolviam importante ação de divulgação

científica através de conferências e da publicação de artigos de carácter científico na imprensa local e no Rádio Clube de Angra.

Todos os demais fundadores eram quase todos licenciados pela Universidades portuguesas ou pelas Pontifícias de Roma, no caso dos sacerdotes, e os militares com formação superior nas respetivas Academias Militares.

Impõem-se referir que alguns dos sócios não tendo formação universitária, contudo, eram autodidatas de reconhecido mérito e competência na atividade literária, artística e jornalística local.

Foram eles, Maduro Dias, Gervásio Lima, João Carlos Moniz, José Augusto Pereira, Raimundo Belo e Luís Machado Drumond.

No Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, de 1940 a 1947, os “Serviços Distritais” previstos não incluíam os assuntos culturais. Foi este grupo de cidadãos, que sentiram e assumiram as responsabilidades pessoais no campo da cultura, que revitalizaram o panorama cultural açoriano na década de 1940, em particular na cidade de Angra do Heroísmo.

A sua criação foi pioneira.

No ano seguinte, criava-se o Instituto Cultural de Ponta Delgada e, alguns anos mais tarde, o Núcleo Cultural da Horta. Posteriormente, veio-se depois a juntar o Instituto Açoriano de Cultura, em Angra do Heroísmo.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira desenvolveu a sua atividade em duas áreas principais: a investigação histórica e etnográfica.

Publica um boletim anual, o Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, edita obras de carácter histórico e etnográfico e promove a realização de eventos culturais, muitos com projeção internacional.

Em 1995, com a presença do Presidente da República de Portugal, realizou um congresso subordinado à temática O Mundo do Infante D. Henrique, que foi a contribuição da Região Autónoma dos Açores para as comemorações do centenário henriquino.

Teve um papel relevante e determinante na condução do processo que levou à inclusão da Zona Central de Angra do Heroísmo na lista do Património Mundial da UNESCO, num processo que decorreu nos anos de 1981 a 1983, na sequência dos efeitos do Terramoto de 1980, como teve um papel importante nas ações de conservação do património reconstruído.

Os Estatutos e o Regulamento Interno foram reformulados em 1985 de modo a adaptá-los à nova realidade autonómica – com o desaparecimento dos antigos distritos – mas preservando o essencial da associação e o voluntariado dos seus membros. E, em 19 de novembro de 2014, houve nova remodelação dos Estatutos e do Regulamento Interno, alargando o âmbito dos seus fins e aumentando o número de vagas dos sócios efetivos.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira tem a sua sede em uma dependência do antigo Convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo.

No dia 5 de junho de 2017 o Instituto Histórico da Ilha Terceira foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e no mesmo ano recebeu a Medalha de Mérito Cultural atribuída pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida na sua sessão plenária de abril de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 75 Anos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Direção do Instituto Histórico da Ilha Terceira e à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

Os Deputados: Domingos Cunha, Maria Isabel Quinto, Maria de Fátima Ferreira, António Toste, Mónica Rocha e Francisco Coelho

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Haja saúde!... Muito bom dia!

Para referir que o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, como entretanto já o tinha feito em pronúncia própria no mês de dezembro e congratulando esta instituição pioneira da Ilha Terceira e dos Açores a nível cultural.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é também Congratulação pelos 450 anos da edificação da nova Sé Catedral de Angra.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

450 anos da edificação da nova Sé Catedral de Angra

A 10 de janeiro de 1568, dez dias antes de D. Sebastião assumir o governo do

reino, o regente Cardeal D. Henrique deferiu o requerimento que havia sido enviado em 1557 a D. João III no sentido de se proceder à construção de uma nova Sé de Angra.

D. João III, falecido em junho de 1557, não teve tempo de atender ao requerimento do senado de Angra e assim se passaram dez anos até a carta surtir efeito, sobretudo graças às solicitações feitas pelo então bispo de Angra, D. Nuno Álvares Pereira.

O alvará, assinado pelo regente Cardeal D. Henrique há precisamente 450 anos, comemorados no passado mês de janeiro, estipulava que a construção da nova Sé seria realizada às expensas da Coroa, que enviou a Angra o arquiteto Luís Gonçalves, autor do projeto que foi adaptado por outros profissionais, nomeadamente João de Carvalho.

A história da Sé de Angra remonta, porém, ao início do povoamento da ilha Terceira, cerca de 1450, onde, no lugar a que chamaram Angra se elevou um altar a São Salvador. No seu testamento, lavrado em 13 de outubro de 1460, o infante D. Henrique referiu ter ordenado e estabelecido a Igreja de Jesus Cristo na ilha de Jesus Cristo, ordem que foi executada talvez ainda no tempo do primeiro capitão-donatário, o flamengo Jácome de Bruges.

Com a chegada do capitão-donatário Álvaro Martins Homem, em 1461, fundou-se definitivamente a povoação de São Salvador de Angra e procedeu-se ao levantamento ou continuação das obras do primitivo templo dedicado a São Salvador. Quando em 1474, a capitania de Angra passou a João Vaz Côrte-Real, já os trabalhos de construção do primitivo templo estariam terminados, ou em fase terminal.

Porém, com o aumento da população e a criação do Bispado de Angra, a 3 de novembro de 1534, a Câmara Municipal formulou um pedido para que se construísse um novo edifício para a Sé, no mesmo local. Assim, em 1536, a mando do Bispo, e de comum acordo com a Câmara de Angra, fizeram lembrar

a D. João III, a necessidade de cumprir o seu compromisso de instalar a sede da diocese. Contudo, D. João III cuidou antes dos outros aspetos organizativos e não de um novo edifício, o que levou a Câmara da cidade, em 1557, como já referido, a renovar o pedido da construção do novo templo. Deferido o requerimento a 10 de janeiro de 1568, pelo Cardeal D. Henrique, lançou-se a primeira pedra em 18 de novembro de 1570, tendo a construção durado 48 anos, com pelo menos um período de interrupção nos finais do século XVI, durante a crise dinástica de 1580.

O edifício começou a construir-se pela fachada principal, para que a antiga Igreja de São Salvador pudesse continuar a servir o culto. O projeto de Luís Gonçalves é de um enorme templo maneirista de arquitetura chã portuguesa, sendo, sem dúvida, um dos mais notáveis edifícios desse género em Portugal.

É uma igreja ampla de três naves divididas por pilares sem transepto, mas de cobertura única. A cabeceira é, contudo, surpreendente, por se inscrever num revivalismo gótico, com deambulatório, com três capelas radiantes e uma abside coberta por uma cúpula suportada por colunas dóricas, sendo o conjunto acanhado e com falta de proporção ao corpo do templo.

A fachada, por sua vez, tem duas torres sineiras e, entre ambas, um templete para o relógio, colocado em 1782.

Adossadas ao corpo da Igreja foram construídas quatro capelas, com recursos de particulares e das irmandades, e as sacristias. No início do século XVII foi construído um claustro e no século XVIII adicionou-se-lhe a Sacristia Grande e a Sala do Tribunal Eclesiástico.

O terramoto de 1 de janeiro de 1980 causou extensos danos ao edifício. Em 5 de julho de 1983, com os trabalhos de restauro a decorrer, registou-se a derrocada de uma das torres e em 25 de setembro daquele mesmo ano, um grande incêndio destruiu por completo as talhas douradas dos altares, os órgãos de tubos e o teto em caixotões.

Nessas catástrofes perdeu-se um enorme espólio artístico, principalmente de decoração barroca, mas foi possível reedificar o templo que manteve a sua imponência e continua a ser o centro religioso dos Açores e um importante centro cívico da cidade, onde decorrem os mais proeminentes acontecimentos.

À Sé Catedral de Angra estão ligados acontecimentos e figuras históricas que não só marcaram a Terceira e os Açores, como Portugal continental e o mundo. Por exemplo, em 1580, nela foi batizado o beato João Batista Machado, Padroeiro da Diocese e martirizado em Omura, no Japão, em 1617. Em 31 de março de 1641, Domingo de Páscoa, D. João IV de Portugal foi aclamado rei em Angra, sob o fogo cerrado das baterias espanholas, num dos acontecimentos mais impressionantes da Restauração.

O templo foi reconsagrado em 1808 e, no contexto das Guerras Liberais, entre 1828 e 1834, aqui eram celebrados os “Te Deum”, quer por realistas quer por liberais no poder.

Foi também na Sé Catedral de Angra que se realizou a cerimónia de batismo e crisma de Gungunhana e seus companheiros de exílio, a 16 de abril de 1899, pelo bispo de Angra, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, tendo como padrinhos os principais notáveis da ilha.

A 11 de maio de 1991, o Papa João Paulo II visitou a Sé de Angra do Heroísmo, havendo no adro uma estátua de Sua Santidade, comemorativa do evento.

Classificada como Monumento Regional pelo Governo Regional dos Açores em 11 de junho de 1980, ainda antes de Angra do Heroísmo ser classificada como o primeiro lugar de Portugal reconhecido como Património da Humanidade pela UNESCO, a Sé Catedral de Angra, do alto da escadaria que ao adro conduz, tem testemunhado e servido de testemunho aos últimos 450 anos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe, assim, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2018, a

aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos 450 anos sobre a edificação da nova Sé Catedral de Angra.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao Vigário Geral e Pároco da Sé de Angra e a Sua Excelência Reverendíssima D. João Lavrador, Bispo de Angra.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

Os Deputados: Domingos Cunha, Maria Isabel Quinto, Maria de Fátima Ferreira, António Toste, Mónica Rocha e Francisco Coelho

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto, um voto que retrata o edifício emblemático da nossa cidade de Angra do Heroísmo e também representativo da Diocese dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 25.º aniversário da Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º aniversário da Escola Secundária Vitorino Nemésio

A Escola Secundária Geral e Básica Vitorino Nemésio foi criada por Decreto Regulamentar Regional n.º 29/92/A e iniciou a sua atividade no ano letivo de 1992/93, tendo celebrado o seu 25.º aniversário no passado mês de fevereiro.

Localizada na cidade da Praia da Vitória, ilha Terceira, a EB3/S Vitorino Nemésio é a única escola com Ensino Secundário num concelho de cerca de 20 500 habitantes e, aquando da sua criação, colmatou uma das grandes necessidades do concelho da Praia da Vitória, já que os jovens que tinham de frequentar o ensino secundário só podiam fazê-lo na Escola Secundária Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade, em Angra do Heroísmo, a única escola da ilha que ministrava aquele nível de ensino.

A área pedagógica abrangida pela Escola Secundária Vitorino Nemésio integra todas as freguesias que compõem o concelho da Praia da Vitória (Aqualva, Vila Nova, São Brás, Fontinhas, Vila das Lajes, Cabo da Praia, Porto Martins, Fonte do Bastardo, Santa Cruz, Quatro Ribeiras e Biscoitos), fazendo ainda parte da sua área pedagógica, no 3.º ciclo e secundário, a vila de S. Sebastião, do concelho de Angra do Heroísmo.

Ao longo dos seus 25 anos de existência, a escola tem vindo a servir a comunidade onde se insere, tendo como principais objetivos educar e dotar os alunos de competências que possibilitem a sua integração numa sociedade que se caracteriza pela constante mudança, dominada pelas novas tecnologias; proporcionar a todos os alunos, nomeadamente àqueles com necessidades educativas especiais, um modelo de ensino facilitador da aprendizagem e

integrador; promover um clima de participação democrática na organização da escola; desenvolver dinâmicas de interação entre escola e comunidade, entre outros objetivos.

Uma vez que a Escola Secundária Vitorino Nemésio foi projetada para corresponder à necessidade dos Cursos Técnico-profissionais, tem ótimas condições para a leção dos atuais Cursos Tecnológicos, nomeadamente nas áreas de Informática, Mecânica, Eletrotécnica/Eletrónica e Administração. A escola tem, igualmente, procurado possibilitar formação em contexto de trabalho, visando a integração dos alunos na vida ativa, tendo vindo, para o efeito, a estabelecer protocolos com empresas locais, como agências de viagens, mediadores de seguros, carpintarias e instituições públicas (Câmara Municipal, Escolas, Juntas de Freguesia) no âmbito do PROFIJ-Programa de Formação e Inserção de Jovens. Todavia, a grande maioria dos alunos que frequenta o ensino secundário opta por cursos de carácter geral, cujas saídas são a frequência de cursos superiores ligados às Ciências Naturais e Tecnológicas.

De modo a promover o sucesso escolar, o estabelecimento de ensino também proporciona Apoio Pedagógico Acrescido, que passa por aulas extraordinárias a várias disciplinas, com maior incidência em Língua Portuguesa e Matemática. De salientar que esse apoio pedagógico levou à implementação da Gestão Flexível do Currículo, que, por sua vez, tem vindo gradualmente a substituir o modelo de apoio pelas atividades planificadas nos Conselhos de Turma e integradas nas Áreas Curriculares Disciplinares definidas e no Estudo Acompanhado.

A Escola Secundária Vitorino Nemésio possui diversos Clubes Escolares, como “Rádio Nemésio”, “Os Vitorinos”, “Cine-Vídeo”, “Astronomia”, “Fotografia” e “Sismologia”, que permitem não só o enriquecimento pessoal, mas também a aquisição de competências não privilegiadas na área curricular.

Com vista à interação entre a escola e a comunidade foi estabelecido um protocolo com a Área Escolar da Praia da Vitória que, através da colocação de uma Educadora de Infância, viabilizou a abertura de uma sala de Jardim de Infância a funcionar também neste edifício. Este protocolo permitiu servir professores e funcionários, já que a sala é frequentada sobretudo pelos filhos destes, mas também a comunidade, uma vez que possibilitou a frequência da educação pré-escolar a crianças que, sem este espaço, a ela não teriam acesso.

Pelo atrás enunciado, pelo papel que a Escola Secundária Vitorino Nemésio tem tido e continuará a ter na formação dos jovens do concelho da Praia da Vitória, e com a certeza de que dela se orgulharia o grande e ilustre praiense, terceirense e açoriano a que foi buscar o nome, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2018, a aprovação de um Voto de Congratulação à Escola Secundária Vitorino Nemésio pela passagem do seu 25.º aniversário.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos de gestão desta escola, que é uma referência na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente à Assembleia, ao Conselho Executivo, ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Administrativo.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

Disse.

Os Deputados: Maria de Fátima Ferreira, Domingos Cunha, António Toste, Mónica Rocha e Francisco Coelho

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se também a este voto. Também já o fez no passado mês de dezembro, por pronúncia própria.

Uma escola também para mim de grande referência, porque foi lá que eu estudei e também uma grande referência no concelho da Praia da Vitória.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao segundo encontro nacional de estudantes açorianos.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

2.º Encontro Nacional de Estudantes Açorianos

Independentemente da oferta formativa existente nos Açores a maioria dos jovens açorianos, com base naquelas que são as suas ambições de futuro e com base naqueles que são os seus objetivos para o seu próprio futuro, têm de sair da sua Região para prosseguir o seu percurso formativo e académico.

Foi sempre assim e assim continuará a ser, trazendo consigo vantagens e desvantagens que desta deslocação podem advir.

Digo vantagens e desvantagens porque apesar do transtorno do sair de casa, sair da sua Ilha, sair da sua Região, da sua identidade e das suas gentes, há sempre mais-valias a serem retiradas e aproveitadas em todo o nosso percurso.

Se em determinada altura alguns desses jovens se sentiram mais sozinhos a verdade é que agora é possível dizer que existem condições para que estes jovens tenham mais um elo de ligação à sua terra, um elo competente e responsável que tem como principal objetivo fazer com que estes jovens estudantes deslocados não esqueçam a sua origem, valorizem ainda mais a sua terra, conheçam, sobretudo, que a sua Região não se esquece deles e que cria as condições necessárias para que a sua vontade de voltar e de dar o seu precioso contributo prevaleça em detrimento de outra qualquer vontade.

Exemplo desta competência e desta responsabilidade foi o 2.º Encontro Nacional de Estudantes Açorianos realizado nos passados dias 2 e 3 de março, em Lisboa. Evento rico na participação de oradores açorianos e do Continente e riquíssimo na participação de jovens estudantes espalhados por todo Portugal Continental.

Ao Carlos Mateus, à Eduarda Mendes, ao João Pedro Gomes, ao Leonardo Toledo, ao Rui Rocha, ao Henrique Medeiros e ao André Pacheco um bem-haja pela dedicação, pelo esforço e pela qualidade que empregaram a este evento, naturalmente de forma extensível a todos os seus parceiros que o tornam possível e que eu próprio tive a felicidade de comprovar.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia, a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação de Jovens Açorianos – UPA – Unidos Pelos Açores, pela realização do 2.º Encontro Nacional de Estudantes Açorianos.

Horta, Sala das Sessões. 18 de abril de 2018.

Disse.

Os Deputados: Miguel Costa, João Paulo Ávila, Maria Isabel Quinto e Francisco César

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se já inscrições? Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD obviamente que também se associa a este voto.

Obviamente que estes eventos são, no nosso entender, extremamente produtivos, de forma a que os jovens que estão no continente ou noutras regiões conheçam aquilo que a Região tem para oferecer quando regressam ou quando hipoteticamente pensam em regressar a Casa.

Também, felizmente, tive a sorte de estar presente, de participar no encontro, de conhecer muitos dos jovens que lá estavam presentes, de trocar ideias com eles e quero também felicitar a organização nos nomes que o colega Deputado João Paulo aqui mencionou, bem como os palestrantes que estiveram presentes que, de facto, deixaram apresentações brilhantes e que muito honram a nossa Região.

Portanto, obviamente que estamos totalmente de acordo com este voto e associamo-nos com muito prazer ao mesmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pelo facto da empresa Santa Catarina ter conquistado a 7.^a medalha do concurso nacional “O melhor dos melhores”.

É apresentado pelo Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Santa Catarina conquista 7.^a Medalha “O Melhor dos Melhores”

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A, sediada na Calheta, em São Jorge, conquistou a sua 7.^a Medalha “O Melhor dos Melhores”, com o Filete de Atum em Molho Cru, no 7.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado organizado pelo CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em conjunto com a QUALIFICA/ORIGIN Portugal.

O Concurso Nacional de Conservas de Pescado tem com principal objetivo premiar, promover, valorizar e divulgar as conservas de pescado tradicionais Portuguesas, genuínas e exclusivamente produzidas em Portugal.

A empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, vê agora mais uma série de produtos da sua gama de especialidades serem premiados, sendo premiada de forma consecutiva no Concurso Nacional de Conservas de Pescado como “o Melhor dos Melhores”.

Herdeira da antiga tradição conserveira da ilha de São Jorge, a fábrica Santa Catarina leva até à sua mesa o melhor atum preparado segundo os métodos artesanais usados pelos antigos mestres conserveiros, conservando o melhor da natureza, garantindo o melhor sabor do atum, bem como as suas propriedades nutritivas, sendo um dos maiores empregadores da ilha, com cerca de 130 trabalhadores, dos quais cerca de uma centena são mulheres.

A preparação do atum e das conservas, feita através das experientes mãos das mulheres da ilha, obedece às mais antigas práticas artesanais, onde a constante preocupação com a qualidade, em detrimento da quantidade, permite aos consumidores encontrar no atum Santa Catarina um produto de excelência, com o sabor único do mar dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a empresa Santa Catarina, seus técnicos e funcionários, se sintam sempre inspirados pelo passado deste produto de excelência, certificados pela natureza, com qualidade devidamente reconhecida no mercado Nacional e Internacional.

Que continuem a inovar e a criar valor acrescentado, num mercado cada vez mais exigente e competitivo, com o objetivo claro de alavancar o desenvolvimento da Ilha de São Jorge, promovendo a sua sustentabilidade socioeconómica e a coesão territorial.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 19 de abril de 2018, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, S.A. ter conquistado a 7.ª Medalha “O Melhor dos Melhores”.

Esta congratulação é extensiva a todos os funcionários, técnicos e administradores, pelo trabalho desenvolvido, promovendo a qualidade e a inovação na produção das conservas de atum e que culminou com o reconhecimento da excelência dos seus produtos, projetando o nome da Ilha de São Jorge e dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Indústria Conserveira Santa Catarina, S.A. e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2018.

Os Deputados: André Bradford, André Rodrigues, José ávila e Maria Isabel Quinto

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar associa-se naturalmente a este voto. É sempre um orgulho para a Ilha de São Jorge que os seus produtos sejam reconhecidos pela inovação, qualidade e criação de valor acrescentado, nomeadamente estes produtos da conserveira de Santa Catarina.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação à Fábrica de Santa Catarina pela conquista da 7.^a medalha no “Melhor dos Melhores”.

Sem dúvida que este é produto de excelência que nos tem habituado, quando participa nos mais diversos concursos, a alcançar também os mais variados prémios.

Esta fábrica realmente assume uma importância grande na Ilha de São Jorge. É um dos maiores empregadores da ilha.

Realmente este reconhecimento é o resultado da qualidade do produto – mas infelizmente cada vez menos o sabor é dos nossos mares, já que o atum na sua

maioria é pescado em águas mais longínquas –, mas sem dúvida graças ao trabalho de todos os trabalhadores que lá trabalham diariamente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... na sua maioria mulheres.

O que esperamos é que todos estes prémios, este reconhecimento e esta projeção que o atum de Santa Catarina tem alcançado, seja também um contributo para a sustentabilidade financeira da fábrica e que seja refletido conseqüentemente na remuneração e na estabilidade de todos aqueles que lá trabalham.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h30.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade à apresentação de votos. O próximo é de Congratulação pelo facto de Tomás Amaral ter conquistado o primeiro lugar em individual masculino no Open Internacional de Cantanhede.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

TOMÁS AMARAL, pela conquista do 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de Cantanhede

Nasceu a 4 de dezembro de 2005, tem doze anos e já nos enche de orgulho.

O Tomás Amaral, que nas últimas semanas levou o nome dos Açores aos mais distintos circuitos desportivos e noticiosos pela conquista do 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de Cantanhede (liderando, desta forma, uma série de prestações excecionais de atletas do seu clube naquela prova internacional), ingressou no Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada aos sete anos, na modalidade de ginástica aeróbica, com uma determinação e uma garra só ao alcance dos maiores atletas, e ao longo do seu ainda breve percurso já arrecadou os mais importantes, variados e honrosos títulos – desde logo, um ano após iniciar a sua prática desportiva, como Campeão Nacional na categoria de individual masculino, título que manteve durante quatro anos consecutivos. Aos nove anos, inicia o seu brilhante percurso internacional, sendo de destacar: em 2015, 2.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional da Bulgária, ficando a apenas uma décima de diferença do vencedor Búlgaro; em 2016, 1.º lugar em Individual Masculino e 2.º lugar em Par Misto no Open Internacional de Cantanhede; em 2017, 1.º lugar em Individual Masculino, Par Misto e Grupo no Open Internacional de França, 4.º lugar em Individual Masculino e Par Misto no Open Internacional de Cantanhede; em 2018, 1.º lugar em Individual Masculino e 3.º lugar em Par Misto no Open Internacional de Braga, bem como – palmarés que está na

origem deste voto de congratulação – 1.º lugar em Individual Masculino, e ainda 3.º lugar em Par Misto no Open Internacional de Cantanhede. Nesta competição, que contou com cerca de 600 atletas de 26 países, foi o atleta mais novo a subir ao pódio e o único português a arrecadar uma medalha de ouro.

Chegar a este nível de excelência, para além do necessário talento e da absoluta entrega do atleta (e, por conseguinte, de todos os que lhe estão próximos), implica, bem sabemos, um enorme acompanhamento e uma imensa dedicação por parte do seu clube, o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, em especial na pessoa da sua treinadora, Alexandra Barroso. De facto, é um clube que nos tem habituado a um desempenho notável, levando longe os Açores no âmbito desta modalidade, como aliás dá bem nota, a acrescentar a todo o resto, a recentíssima conquista deste clube no Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica, que se realizou em Águeda nos dias 14 e 15 de abril, ao sagrar-se Campeão Nacional (1.ªDIV/ELITE) por equipas em iniciados, juvenis e séniores.

Neste momento, o Tomás Amaral prepara-se, com a exigência a que este nível de desempenho obriga, juntamente com mais sete ginastas do mesmo clube, para o Campeonato do Mundo, em Guimarães, nas categorias de Individual Masculino, Par Misto e Trio, uma competição considerada a mais importante do ano nesta modalidade, à qual só acedem os dois primeiros de cada país por categoria. Qualquer que venha a ser o resultado do Tomás e do seu clube, o certo é que palavras como “vitória”, “determinação”, “dedicação” e “talento” fazem já parte integrante do seu notável percurso desportivo.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação ao jovem atleta Tomás Amaral pela conquista do 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de

Cantanhede. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, à sua família e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018

Os Deputados: Renata Correia Botelho, André Bradford, José Manuel Ávila, Maria Isabel Quinto, Carlos Silva e Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também à conquista do primeiro lugar em individual masculino no Open Internacional de Cantanhede, por parte de Tomás Viveiros Amaral.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Tomás Viveiros Amaral conquista o 1.º lugar em Individual Masculino no Open Internacional de Cantanhede 2018

Tomás Viveiros Amaral, o pequeno jovem açoriano de 12 anos de idade, a representar a Seleção Portuguesa, conquistou, de forma inédita, a competição

internacional em Cantanhede, liderando uma série de prestações notáveis dos atletas da entidade açoriana.

No escalão juvenil, Tomás Amaral dividiu o pódio com o russo Damir Manacof e o romeno Leonar Manta, ganhando por Portugal, pela primeira vez, uma competição em que os melhores ginastas da Rússia e Roménia competem simultaneamente.

Tomás Amaral despertou para a prática da modalidade aos 7 anos de idade, ingressando no Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada. Com um talento notável, uma dedicação imensurável e um apoio incondicional dos seus pais, este jovem açoriano rapidamente atingiu um nível de desempenho excelente, conquistando honrosos lugares nas várias competições nacionais e internacionais em que participou.

Destacou-se nomeadamente, em individual masculino, em 2015, alcançando o 2.º lugar no Open Internacional da Bulgária e atingindo o 1.º lugar no Open Internacional de Cantanhede em 2016, no Open Internacional de França em 2017 e agora no Open Internacional de Cantanhede. Além dos lugares conquistados a título individual, também conquistou posições honrosas em Par Misto nessas competições.

Ainda nos passados dias 14 e 15 de abril, este jovem foi motivo de destaque no Campeonato Nacional de Ginástica Aeróbica em Divisão 1 e Elites, Divisão Base e de Aerodance, tendo alcançado o título de campeão nacional do escalão esperança em Aerodance.

Segue-se agora a sua participação no Campeonato do Mundo, que decorrerá em Guimarães entre os dias 1 e 3 do próximo mês de junho, estando este jovem, e mais sete atletas do mesmo clube, em preparação para o considerado maior evento do ano. Com muito trabalho associado ao inegável talento preparam-se estes jovens açorianos para competirem ao mais alto nível.

O desempenho do Tomás Amaral, bem como dos outros atletas que conquistaram honrosos lugares, é sempre um motivo de orgulho para os Açores, orgulho esse já reconhecido na Gala do Deporto Açoriano organizada pela Direção Regional de Desporto. Este jovem, à semelhança de outros, constitui um exemplo de que com esforço, dedicação e persistência é possível alcançar excelentes resultados e projetar os Açores numa dimensão internacional. Os resultados alcançados devem constituir um incentivo para que se aposte na prática desportiva e na promoção de hábitos saudáveis.

Para a conquista destes honrosos resultados, também merece um apreço especial o Clube de Atividades Gímnicas dos Açores (CAGPD), em particular, a treinadora Dra. Alexandra Barroso, e a família destes atletas que sempre os apoiaram e motivaram a participar nestes eventos competitivos.

O Clube de Atividades Gímnicas dos Açores é motivo de orgulho pelo desempenho extraordinário dos seus atletas. O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata já deu nota do percurso notável deste clube no passado mês de julho, mas nunca é demais recordar que este clube tem uma vasta coleção de títulos em campeonatos nacionais e internacionais. A nível Nacional, só em 2017, os ginastas Açorianos alcançaram 12 títulos individuais de Campeões Nacionais e em todos os escalões etários, bem como, por equipas, em iniciados, juvenis e séniores (elite). Em 2018, pelo oitavo ano consecutivo o CAGPD ganhou a Taça de Portugal de ginástica aeróbica realizada em Benavente a 24 e 25 de fevereiro. Recentemente, este Clube voltou a conquistar resultados históricos na Taça do Mundo e Open Internacional de Cantanhede.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Tomás Amaral pelo resultado recentemente alcançado no Open Internacional de

Cantanhede. Mais se propõe que deste voto deve ser dado conhecimento à família do atleta e ao Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2018

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece Mónica Seidi, António Vasco Vieiros e Maria João Carreiro

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELOS 425 ANOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA RIBEIRA GRANDE

A Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande foi fundada em 28 de fevereiro de 1593, com o objetivo de praticar a solidariedade social, sendo atualmente classificada como uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

No passado mês de fevereiro esta Instituição celebrou mais de quatro séculos de existência, mais precisamente 425 anos de história, trabalho e dedicação ao

serviço da comunidade. Tem exercido a sua atividade no concelho da Ribeira Grande, abrangendo a maioria das suas freguesias.

Está filiada na União das Misericórdias Portuguesas e é uma das instituições fundadoras da URMA – União Regional das Misericórdias dos Açores.

A Santa Casa tem hoje, tal como no passado, um papel muito relevante na economia local e no domínio social, sendo uma das maiores empregadoras do concelho da Ribeira Grande, com mais 200 colaboradores.

Na área social, tem mais de 30 valências, no apoio a mais de 250 idosos – onde se destaca o apoio domiciliário, o centro de dia e o centro de convívio, mas também no apoio a cerca de 550 crianças e jovens – com as creches e jardins de infância, e, não menos importante, no apoio comunitário.

Ao longo dos anos, a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande tem desenvolvido uma atividade social, meritória e de excelência, motivo pelo qual tem distinguida por várias instituições de renome, tais como:

- Liga dos Bombeiros Portugueses;
- União das Misericórdias Portuguesas.
- Câmara Municipal da Ribeira Grande;
- Presidência do Governo Regional dos Açores;
- Especial Bênção Apostólica de Sua Santidade o Papa João Paulo II;

É por isso **mais do que justa e merecida** a homenagem aqui efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, a todos os utentes, colaboradores, irmãos, voluntários e membros dos órgãos sociais desta IPSS, pelo excelente trabalho desenvolvido e enorme contributo social dado à comunidade da Ribeira Grande.

Os desafios são enormes, quer ao nível da gestão rigorosa dos seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais, mas, sobretudo, no aumento e na melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Mas os méritos pelo trabalho desenvolvido ao longo de mais de quatro séculos devem ser reconhecidos neste Voto de Congratulação.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril, que seja aprovado um Voto de Congratulação pelos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à mesa administrativa e da Santa Casa Misericórdia da Ribeira Grande, à URMA e à União das Misericórdias Portuguesas.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2018.

Os Deputados: Carlos Silva, André Bradford, José Manuel Ávila e Maria Isabel Quinto

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto também se refere aos 425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande. Desta feita é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

425 anos da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande

A Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande celebrou, no passado dia 28 de fevereiro, os 425 anos da sua fundação. Trata-se de uma Instituição que ao longo dos séculos tem prestado um assinalável e insubstituível trabalho em prol da solidariedade social de grande significado para a Ribeira Grande.

A Misericórdia da Ribeira Grande foi criada em 28 de fevereiro de 1593, por alvará do Rei Filipe I de Portugal, o qual foi precedido da autorização episcopal, dada pelo Bispo D. Manuel de Gouveia e concedida em Angra do Heroísmo a 14 de fevereiro daquele ano e constituída na ordem canónica, com o objetivo de praticar a solidariedade social em diversas vertentes.

Assim esta instituição abarca 30 valências nas áreas do apoio ao idoso, na área de apoio a crianças e jovens, apoios comunitários e a farmácia, abrangendo cerca de 550 crianças e jovens, 250 idosos, contando com mais de 215 trabalhadores, o que demonstra a vitalidade e importância desta instituição neste concelho.

O papel das Misericórdias na área da solidariedade social tem sido muito importante, pois o avanço da globalização económica promove a degradação das condições de vida de grande parte da população neste mundo com tantos conflitos, pelo que é urgente que se continue a concretizar nos dias de hoje as 14 obras da misericórdia.

Os mais pobres têm que continuar a ser opção prioritária das Misericórdias e estas Instituições executam diariamente a solidariedade humana com ações em várias frentes, constituindo uma rede institucional e solidária muito importante para a comunidade.

As Misericórdias dos Açores e em particular a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, têm sido agentes de economia social, emanam da sociedade civil, e são reconhecidas canonicamente, pelo que a sua autonomia deve ser

respeitada pelo Governo que deve provê-las dos instrumentos financeiros adequados.

Neste ano em que a Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande celebra os 425 anos da sua fundação, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta um voto de saudação pela celebração dos 425 anos de intensa atividade social, felicitando a Mesa Administrativa, os Irmãos e os seus trabalhadores, reconhecimento que se estende aos restantes órgãos sociais que, ao longo de todos estes anos, vêm concretizando com denodo, empenhamento total, movidos pelo sentimento de solidariedade social e na ajuda aos mais necessitados da nossa comunidade.

Mais propõe que desta iniciativa seja dado conhecimento aos seus Órgãos Sociais.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 19 de abril de 2018.

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Jaime Vieira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos os votos de congratulação.

Passamos agora para os votos de protesto. O primeiro é apresentado pelo PSD, referente ao terminal de cargas da aerogare civil das Lajes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Consecutivos atrasos na construção do Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes

A promessa de construção de um novo Terminal de Cargas na Aerogare Civil das Lajes, na Ilha Terceira, remonta já ao longínquo ano de 1999 do século passado.

Desde o ano de 2006, esta obra tem merecido presença regular e generosas dotações orçamentais, em sucessivos Planos e Orçamentos Regionais, sem que nem uma só pedra tenha sido lançada, nem sequer para a fotografia, que pudesse dar início à construção daquela que é uma das infraestruturas mais essenciais para a economia da Ilha Terceira, suas exportações e suas empresas.

Desde que o anúncio da obra foi feito pelo Governo Regional dos Açores, depressa se começou a justificar o não arranque dos procedimentos de construção,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com as questões inerentes aos constrangimentos relativos à servidão militar da zona, da responsabilidade das autoridades militares, bem como dos Governos da República, de diferentes cores políticas, sem que a Região fizesse a sua parte, no que diz respeito à conclusão dos processos de aquisição dos terrenos necessários para a referida infraestrutura, bem como da adequação dos projetos de arquitetura e especialidades, às exigências dos normativos legais em vigor.

Como sempre foi hábito das governações socialistas na Região, as culpas eram dos outros.

Só no dia 24 de outubro do ano de 2011 é que o Governo Regional anunciou a conclusão do projeto para a construção de um novo Terminal de Carga no Aeroporto das Lajes, garantindo que o mesmo se encontrava, desde o mês de junho desse ano, a aguardar análise e parecer obrigatório por parte da Força Aérea Portuguesa.

Vasco Cordeiro, o então Secretário Regional da Economia e atual Presidente do Governo Regional dos Açores, garantia tratar-se “de uma intervenção de grande importância para a ilha Terceira já que irá reforçar a capacidade de tratamento de mercadorias, com especial destaque para uma melhoria muito substancial nas condições de operação das empresas que se dedicam às exportações”.

Nessa altura, ninguém ainda ouvia falar daquele que viria a ser um “Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”, plano esse que, nos mais variados domínios, e principalmente ao nível das infraestruturas de alavancagem da Economia da Ilha, continua muito longe de ser cumprido.

Os anos passaram e, apesar de sempre haver verba cabimentada, e nunca executada, nos sucessivos documentos previsionais do Governo Regional dos Açores, a justificação para o não arranque das obras foi sempre a da necessidade de aprovação prévia do Decreto de Alteração da Servidão Militar da BA4, condição, sem a qual, nenhuma construção podia ser realizada.

No dia 9 do mês de setembro do ano de 2015, o Governo da República que tinha como Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e como Secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral, foi emitido o parecer da Força Aérea Portuguesa que permitiu desbloquear o processo de construção do Terminal de Cargas da Aerogare das Lajes.

O parecer em causa era favorável ao projeto de construção apresentado pela Direção Regional dos Transportes, uma vez que o mesmo respeitava a “servidão aeronáutica em vigor”.

No dia 30 de março de 2016, o Governo Regional dos Açores anunciou o lançamento do concurso de construção da infraestruturas em causa, estimando o custo da mesma em cerca de 5,4 Milhões de Euros.

Desde então, a obra continua sem ter início e foi com surpresa que, aquando da Interpelação ao Governo Regional sobre Transportes, por iniciativa do CDS/PP, ocorrida na passada terça-feira, dia 17 de abril, se assistiu à intervenção da Secretária Regional dos Transportes, que afirmou que ainda estavam pendentes questões relativas ao processo de aquisição dos terrenos para a construção do Terminal de Cargas e que estariam, mais uma vez a atrasar o processo de arranque das obras.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Exatamente!

O Orador: Ficou provado que, durante todos os anos em que a Ilha Terceira esperou pela concretização de tão importante investimento, os sucessivos Governos Regionais do Partido Socialista, andaram o tempo todo a fazer chicana política com esta questão, em vez de fazer a sua parte que, no mínimo, passava por ter há muito resolvida a questão da aquisição dos terrenos.

Esta foi mais uma clara demonstração da forma como o Partido Socialista falta para com a verdade, e para com os seus compromissos, para com os Terceirenses e para com os Açorianos, facto que não pode deixar de merecer o protesto por parte dos Deputados nesta Casa.

Assim, nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste Voto de Protesto contra o Governo Regional dos Açores, pela incapacidade que tem revelado em cumprir com o

seu compromisso eleitoral de concretizar, desde o ano 2006 a construção do Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes.

Disse.

Horta, sala das sessões, 18 de abril de 2018.

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Luís Rendeiro

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava, em primeiro lugar, de lembrar ao Sr. Deputado Luís Rendeiro que efetivamente a construção do Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes está atrasada. Nós sabemos isso e os Deputados do Partido Socialista, e tenho a certeza que o próprio Governo e a Sra. Secretária, somos os primeiros a lamentar esse atraso.

No entanto, esse atraso tem justificações e estas justificações foram apresentadas ainda esta semana por parte da Sra. Secretária nesta Casa.

Estranhamente essa explicação resultou neste Voto de Protesto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que, obviamente, não tem qualquer intuito político e que não maltrata a verdade.

Mas vejamos!...

Eu, desde logo, aconselhava o Grupo Parlamentar do PSD a ter talvez mais alguma compreensão, mais algum conhecimento, acerca das dificuldades, dos embaraços que efetivamente a questão da Base das Lajes, desde logo como aeroporto militar, suscita, e que nós conhecemos.

Suscita efetivamente ao nível da servidão militar que constrange entidades públicas e entidades privadas; que obriga, na respetiva zona, a que inclusivamente os licenciamentos particulares tenham que obedecer a determinado tipo de características sob pena de terem que ter um ónus real de não indemnização, caso seja necessário destruir alguma parte desses imóveis.

Mas também tem outro tipo de consequências, porque é importante, Sr. Deputado Rendeiro, que nesta matéria haja efetivamente, e desde o início, a titularidade dos terrenos por parte da Região Autónoma dos Açores. É uma questão importante e sobretudo a esse respeito temos algum trauma com o passado.

Agora eu quero garantir-lhe uma coisa: o Governo Regional do Partido Socialista, tal como já remodelou completamente a aerogare que existia, também vai com certeza fazer e conseguir este novo terminal,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e conseguir fazer a transferência de propriedade.

Sabe porquê, Sr. Deputado? Eu vou contar-lhe um pouco de história.

Porque a aerogare civil das Lajes foi feita em 1976, sob terrenos arrendados por um mês aos respetivos proprietários como arrendamento rural.

Foi em 2002 que eu próprio, com o então Secretário das Finanças, Roberto Amaral,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... conseguimos comprar esses terrenos.

Portanto, nós, tal como conseguimos comprar os terrenos de uma aerogare civil feita pelo PSD em terrenos alheios,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... mas com certeza conseguir comprar esses terrenos e fazer a aerogare desde o início.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não posso deixar também de saudar as saudades, que até eu já começo a sentir, da Dra. Berta Cabral.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

É tão bom saber que o PSD, às vezes, sabe e lembra-se que a Sra. Doutora Berta Cabral foi Secretária de Estado da Defesa. Para o problema da servidão, a Sra. Deputada Berta Cabral, que foi Secretária de Estado da Defesa, felizmente nada teve a ver com os despedimentos da Base, com a descontaminação... Nessa parte, a Dra. Berta Cabral nunca foi Secretário de Estado da Defesa.

Aliás, a Dra. Berta Cabral que tem,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... como aliás se viu recentemente, a enorme virtude de por vezes se fazer de morta, ainda bem que o PSD resolveu, neste bom tempo, ressuscitá-la e dizer que a senhora afinal está viva.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu quero que durma descansado. O Partido Socialista e o seu Governo vão, com certeza e bem, construir este terminar de cargas, tal como o prometeu, em terrenos que são da Região para servir os terceirenses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha primeira palavra é para o Sr. Deputado Francisco Coelho. Dizer-lhe que, efetivamente, é a fé que nos salva. Portanto, continuamos a ter fé e esperança que um dia o Governo Regional do Partido Socialista dará início à obra do Terminal de Cargas Aerogare Civil das Lajes.

Também saudar mais uma vez o Sr. Deputado Luís Rendeiro que, à falta de iniciativa própria, se sente muito bem sempre na esteira daquelas que são as iniciativas do CDS. Muito bem-vindo! É sempre um gosto quando temos aqui gente que amplifica aquelas que são as nossas iniciativas e aquelas que são as nossas reivindicações de há muitos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o diálogo democrático!

O Orador: Sr. Deputado Luís Rendeiro, devo lembrar-lhe, porque tem memória, que em 2010 (basta consultar, como naturalmente já consultou a comunicação social porque faz sempre a sua investigação), eu tive o gosto e o prazer de ver, numa iniciativa do CDS apresentada (era Diretor Regional dos Transportes o Eng.º Nuno Domingos), o projeto do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes, em projeto, em implementação, que seria para ser feito ainda antes de 2012.

Portanto, não havia problema de terrenos, não havia problema nenhum. Esse projeto existe, esse projeto está feito e o CDS, várias vezes, até já pôs verba no Plano e Orçamento, e foi o Partido Socialista que sucessivamente tem chumbado essas verbas para o Terminal de Carga, não sem antes olvidar (não esquecer!) a completa inação da Dra. Berta Cabral relativamente a esse problema,...

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

O Orador: ... ou pretendo problema (enfim, eu acho que não é!). Não me lembro que tenha tomado uma única iniciativa para também agilizar e acelerar, se é que existe este problema da desanexação dos terrenos.

Que eu saiba, os terrenos estão completamente desanexados, a autorização da Força Aérea já tinha sido dada. O que falta é aquela coisa essencial para fazer uma obra: dinheiro! Esse não existe! Está um bocadinho procurado para a Ilha Terceira e para a aerogare.

O que se passa hoje em dia é que quem está a pagar esse atraso são os exportadores de peixe, são os exportadores de carne, são os exportadores de flores,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que ainda por cima veem o preço encarecido por má opção do Governo Regional, e aval do Governo Regional, devido aos novos horários da TAP e da SATA, que nem permitem que se use uns contentores de frio que estão esteticamente colocados no lado de fora da aerogare civil, para que as pessoas possam lá pôr as suas flores, os seus iogurtes e ainda por cima têm que cobrar dinheiro que aumenta em 50 cêntimos o quilo de carga aérea.

Já denunciámos isso aqui, a Sra. Secretária tomou boa nota disso. Espero é que finalmente pelo menos esse assunto, no imediato, não havendo terminal, consigam arranjar uma solução que pelo menos o preço da carga não aumente,

porque a SATA voltou a reintroduzir uma taxa por volume que não introduzia e que não cobrava há mais de dois anos e que agora voltou a introduzir.

Essa taxa tem que acabar rapidamente enquanto não se faz a esperada e almejada aerogare civil da Base das Lajes.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma palavra para o Deputado Artur Lima e para o CDS, só para lhe lembrar que se quiser ser dono das iniciativas tem que as apresentar. Não apresentando, não venha fazer essa fácil lamúria e perfeitamente dispensável neste plenário, porque as iniciativas são de quem as apresenta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E de quem desonestamente as apresenta!

Deputada Graça Silva (PS): E falta delas também!

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado Francisco Coelho, Partido Socialista e Governo Regional dos Açores, o Partido Socialista não teve tempo para resolver este problema? É a pergunta que eu tenho que lhe colocar.

O Partido Socialista não teve tempo?

Eu registei uma frase que o Sr. Deputado aqui disse, neste debate. É que, de facto, este voto não maltratava a verdade. Pois não!...

Este voto não maltrata a verdade, porque é factual e é verdadeiro,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É ironia!

O Orador: ... mas antes que o Sr. Secretário Regional Berto Messias faça o habitual número, de questionar a Mesa, se o Governo Regional pode ou não intervir nos votos de protesto,...

Deputado Bruno Belo (PS): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não me obrigue a fazer um protesto!

O Orador: ... antecipando já, eu vou relembrar uma notinha do Gabinete de Imprensa do Partido Socialista, essa sim, que maltratou a verdade e está datada do dia 5 de abril de 2016, em que o então líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em jornadas parlamentares na Ilha Terceira, visitou o local e disse duas frases que, de facto, maltratam a verdade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem era? Quem era?

O Orador: Uma delas é que foi necessário que mudasse o Governo da República para que o processo avançasse.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Secretário vai ter mesmo de intervir!

O Orador: Não é verdade, porque o que aconteceu foi que a aprovação do projeto foi feita pela Força Aérea num Governo do PSD-CDS. Primeiros maus tratos à verdade, Sr. Secretário Berto Messias.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E a segunda afirmação que maltrata a verdade foi dizer (assumindo!) que, e cito, “o concurso já foi lançado...”

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vejo que o senhor está com boas leituras!

O Orador: ... e segunda a informação que nos dão, é possível que a obra se inicie ainda este ano”, disse o Deputado Berto Messias.

Em que é que ficamos? Quem é que maltrata a verdade?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Grupo Parlamentar do Partido Socialista! Sr. Deputado Francisco Coelho, só para lhe avivar a memória.

Depois, quando era Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e quando era Secretária de Estado a Dra. Berta Cabral, a culpa era do PSD. Agora são as dificuldades militares.

A culpa era de Berta Cabral!

Deputado André Bradford (PS): E era mesmo!

O Orador: Agora é a complexidade das questões.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à qualidade da remodelação socialista da Aerogare das Lajes, também apelidada da melhor aerogare dos Açores, julgo que nem precisamos de conversar. Portanto, o Sr. Deputado talvez se tenha equivocado no elogio dessa qualidade.

Agora, o PSD não tem duas caras e o Partido Socialista não pode ter duas caras quando o Governo da República é da sua cor e ter outra diferente quando o Governo da República é do PSD, ou neste caso, do PSD-CDS.

Deputado André Bradford (PS): Foi o que o senhor acabou de fazer!

O Orador: Portanto, o que é preciso é seriedade na abordagem dos problemas, o que é preciso é que se cumpra com aquilo que se promete ao eleitorado,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... o que é preciso é que se cumpra com aquilo que os senhores prometeram antes do PREIT, no PREIT e já depois do PREIT e o que é preciso é que se perceba a verdade: é que o incumprimento da construção do Terminal de Cargas na Aerogare Civil das Lajes está a prejudicar fortemente a economia da Ilha Terceira e merece o protesto dos Deputados desta Casa e merecia que os Deputados do Partido Socialista, eleitos pela Ilha Terceira, aprovassem este Voto de Protesto.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para a seguinte interpelação:

O Sr. Deputado Luís Rendeiro afirmou que para se ser dono das iniciativas tinha que se ter apresentado as iniciativas.

Eu queria só lembrar que já apresentámos aqui várias iniciativas nesse sentido.

Portanto, quem não tem memória o problema fica com quem não tem memória.

Mas queria perguntar-lhe, Sra. Presidente (para que a Mesa me esclarecesse, porque eu não consigo esclarecer), um Voto de Protesto em que iniciativa regimental é que se enquadra?

Deputado Francisco Coelho (PS): É para o Governo não falar e para nós só falarmos uma vez!

O Orador: É uma iniciativa para, enfim, recomendar que se faça a aerogare? É uma iniciativa que propõe verba para construção da Aerogare?

Agora que um Voto de Protesto seja uma iniciativa, eu não consigo atingir, mas a Sra. Presidente talvez me consiga dizer se é uma resolução, se é um decreto legislativo.

Talvez (não sei) se um voto de protesto é uma iniciativa no sentido de se conseguir chegar a alguma coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Os votos inserem-se no PTAP, que é o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Secretário ficou mudo e frustrado com esta resposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há outra resposta possível!

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, é uma interpelação à Mesa.

Sra. Presidente, era só para pedir um esclarecimento. É para saber quantos votos de protesto, quanto à não construção do Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes, é que o CDS-PP já apresentou nesta legislatura?

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro, por essa é que o senhor não está à espera de resposta, com certeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para o último voto desta nossa manhã de trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

As Termas do Carapacho são um dos “ex-líbris” da ilha Graciosa.

No decorrer do plenário de outubro de 2017, questionado o Governo Regional sobre a concessão da exploração das Termas do Carapacho, a Secretária do Turismo, Ambiente e Energia afirmou que tinha constituído um “grupo de trabalho” para elaborar o respetivo caderno de encargos e posterior concurso público para a concessão daquele empreendimento.

As Termas do Carapacho, depois de um avultado investimento público de remodelação e renovação e depois de novas obras para correção das anteriores constituem um importante ativo para a economia da ilha Graciosa, potenciando o turismo assim como a oferta de valências no campo da saúde e bem-estar.

Passados mais de setenta dias sobre a entrega ao Governo Regional de um requerimento do PSD/Açores sobre o lançamento do concurso para a concessão daquele empreendimento e mais de sete meses sobre a constituição de um grupo de trabalho para elaboração do respetivo caderno de encargos, estando-se já, neste momento, em vésperas da época alta para a utilização daquela valência, torna-se incompreensível que ainda não tenha ocorrido o lançamento do respetivo concurso público.

Em abril de 2018 exigia-se que já houvesse uma oferta consolidada, com promoção adequada e apta a ser incluída nas programações dos operadores, para que as Termas do Carapacho voltem a ter a notoriedade que granjearam ao longo de mais de dois séculos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta pelo não lançamento do concurso para concessão e exploração das Termas do Carapacho, infraestrutura secular que é pilar no desenvolvimento da ilha Graciosa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Junta de

Freguesia de Nossa Senhora da Luz e Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora da Luz, na ilha Graciosa.

Disse.

Horta, 19 de abril de 2018

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece e João Bruto da Costa

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Termas do Carapacho, quer pelas valências que disponibilizam, quer pela qualidade das suas águas termais, são uma importante valência para a Ilha Graciosa.

Já foi constituído o Grupo de Trabalho, já foram elaborados os documentos para uma possível concessão.

No entanto, a Região vai assegurar a manutenção, exploração e promoção de forma a possibilitar que a curto prazo exista uma concessão daquela infraestrutura.

Uma infraestruturas daquela natureza requer uma manutenção especializada, requer um serviço de qualidade.

Durante os últimos 50 anos, só por um curto espaço de tempo, as termas foram concessionadas.

Como todos nós sabemos, essa concessão não produziu os melhores resultados, quer no serviço, quer na manutenção das instalações.

O Governo e o Partido Socialista não têm qualquer problema em corrigir o que tem que ser corrigido e em melhorar o que tem que ser melhorado.

Por isso quando se assiste a uma mudança de estratégia para o benefício dos graciosenses de uma forma particular, parece-nos extemporâneo vir aqui a esta Casa quase como fazer um apelo para que se volte a cometer os mesmos erros.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, não tema!... Confie que queremos o melhor para a Graciosa e para os graciosenses.

Não nos podemos associar ao voto apresentado por V. Exa., porque queremos o melhor para os graciosenses e um melhor funcionamento para as Termas do Carapacho.

Neste momento, o que os graciosenses pretendem para as termas é um serviço de qualidade, um serviço regular e uma promoção adequada de forma a potenciar aquela valência.

Disse. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Felicitar o Sr. Deputado João Bruto da Costa por este Voto de Protesto, por uma razão simples, porque fui testemunha... Tive o gosto de, durante vários anos, 8 ou 9 anos, deslocar-me em serviço ao Centro de Saúde da Graciosa, onde aliás

conheci V. Exa. noutras funções. Eu estou a falar de meados dos anos 90, 94, 95, até 2000 e poucos.

Conheci as termas da Graciosa a funcionar bem, em instalações modestas, é certo, umas instalações que nada tinham de luxuoso, mas tinham uma coisa muito interessante: tratavam doentes! Havia deslocação de especialistas.

Todos os verões ia um reumatologista à Ilha Graciosa e às Termas do Carapacho tratar doentes.

Vi, porque estava no Centro de Saúde, doentes das várias ilhas a irem lá, anualmente, fazer os seus tratamentos às Termas, participado pelo Serviço Regional de Saúde. O reumatologista era contratado pelo Serviço Regional de Saúde, num serviço de prestação de cuidados de saúde que eu considerava de boa qualidade, em instalações modestas.

Então, dá-se a grande mudança de paradigma e, pegando nas palavras do Sr. Deputado, a mudança de estratégia.

E qual foi a mudança de estratégia?

Instalações luxuosas, fizeram a obra muito luxuosa, mal programada...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mal-executada!

O Orador: Mal-executada, é verdade!

E o que é que aconteceu? Deixou de ir o reumatologista, deixaram de contratar médicos e deixaram de ir doentes às Termas.

Então quem é que teve a culpa da concessão das Termas do Carapacho, àquela (se não me falha a memória) unidade hoteleira?

Foi feita por quem? Pelo Governo do Partido Socialista!

A manutenção foi atribuída a quem, por delegação do Partido Socialista? A quem tinha a concessão.

O que é que aconteceu? Ao fim de uns anos as Termas passaram a elefante branco, ficou tudo destruído, pior do que estava, não há doentes, não se tratam

doentes e aquelas águas termais que tanto bem faziam aos doentes das nossas ilhas deixaram de existir.

Portanto, o Voto de Protesto tem toda a razão de ser, porque um serviço que era bom no Serviço Regional de Saúde, prestação de cuidados de saúde aos doentes dos nossos Açores, e alguns que vinham até de fora, deixou de existir.

Eu acho que o protesto tem toda a razão de ser e o CDS votará favoravelmente esse Voto de Protesto.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já agora lembrar as do Varadouro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que não tinha grande expectativa de o Partido Socialista aprovar um Voto de Protesto pela inércia do Governo, se bem que temos sempre a esperança de que a razoabilidade possa atingir de alguma forma a maioria parlamentar e também de vez enquanto fossem capazes de chamar a atenção do Governo, através de um protesto, para uma inércia que está a prejudicar a Ilha Graciosa.

E está a prejudicar a Ilha Graciosa, porque não há promoção das Termas do Carapacho.

Como muito bem disse o Sr. Deputado Artur Lima, as termas têm tido pouca utilização naquilo que era a sua função mais nobre de tratamentos termais.

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford faz questão de interromper as pessoas com os seus apartes acutilantes.

Deputado André Bradford (PS): Eu quando faço um aparte, interrompo?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Tem muito gosto em usar essa sua função de líder parlamentar para se prestar a esse papel.

Acho que podia ser mais comedido, nomeadamente quando estamos a falar de coisas importantes para ilhas que estão a necessitar de atenção especial.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas quando V. Exas. não se importarem que eu continuo, eu farei os possíveis para falar por cima do vosso ruído. É porque o vosso ruído, confesso, não me perturba muito. Perturba apenas a qualidade da gravação que eu gosto de mostrar às pessoas, porque aquilo que digo aqui é exatamente o mesmo que digo na Graciosa.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor gosta de gravações!

O Orador: Não voto aqui de uma maneira e voto na Graciosa de outra; não digo na Graciosa que sou a favor de uma linha lilás e aqui sou contra. Mas isso são questões que não trazem a este respeito.

Mas ouvir aqui, por parte do Partido Socialista, que depois de sete meses de constituído um Grupo de Trabalho, ainda não há caderno de encargos, porque não querem cometer o erro de concessionar... Bom, mas quem disse que ia concessionar foi o Governo Regional, não foi o Partido Social Democrata, não

foi o PSD que exigiu nenhuma concessão. Foi o Governo Regional que se comprometeu...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: ... depois de gastar 4 milhões de euros nas termas, que iria abrir um concurso para a sua concessão, para que houvesse uma exploração com maior profissionalismo, que integrasse as termas num circuito até de certificação termal. Onde é que nós já vamos à espera da certificação termal nos Açores?

Também foi o Partido Socialista e o Governo que se comprometeram a não perder mais tempo e a valorizar aquela oferta, porque é de facto uma oferta que traz mais-valias à Graciosa, que tem qualidade, que tem excelência e que é um orgulho para os graciosenses.

Portanto, não querer o concurso, como os senhores agora demonstram, deve ter alguma razão que não essa de culpar o anterior concessionário, que não foi quem escolheu os materiais para meter numa obra que correu mal, que os materiais não eram adequados como os senhores e o Governo Regional depois reconheceram.

Portanto, os senhores virem agora culpar o anterior concessionário acho que é de um ridículo que só V. Exas. é que saberão explicar.

Deputado José Ávila (PS): Quatro milhões de euros o pavilhão municipal!

O Orador: E a razão para não quererem o concurso ou para não o lançarem, também só V. Exas. saberão explicar,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... porque há um requerimento que já ultrapassou o prazo legal de resposta por parte do Governo, que não responde a uma série de questões sobre a gestão das termas, que importava esclarecer, porque estamos aqui, no PSD, para defender o interesse coletivo e geral da Ilha Graciosa.

Não estamos aqui para defender os interesses do Partido Socialista, dos grupos que o Partido Socialista entende, nem daquilo que Vs. Exas. acham que é melhor ou para aquele.

É o interesse geral que nos move.

Termino apenas, porque esta semana...

Deputado Manuel Ramos (PS): Os graciosenses sabem o que é melhor para eles!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu peço à Sra. Presidente que me dê alguma latitude, atendendo a que sou obrigado...

Presidente: Mas já dei, Sr. Deputado.

O Orador: Agradeço por essa latitude. Gostaria de terminar.

Como esta semana tenho ouvido aqui, diversas vezes, uma forma de atuação política que é desagradável, tal como já fiz questão de salientar no plenário passado, relembro apenas um filósofo, que era Platão (desta vez não vou citar Sócrates) que dizia: as pessoas normais falam de coisas; as coisas inteligentes falam de ideias; as pessoas mesquinhas falam de pessoas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora para as declarações políticas.

A primeira é do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Periodicamente, a União Europeia analisa, debate e, em consequência, redefine os critérios de distribuição dos meios financeiros de estímulo e apoio ao desenvolvimento pelas diversas políticas setoriais e pelos seus Estados Membros.

Este exercício, realizado numa lógica plurianual e em ciclos de sete anos, é – na sua versão bem-intencionada – um momento essencial de aprofundamento do processo de construção de uma Europa coesa, equilibrada, desenvolvida, e estrategicamente desenhada para se afirmar como ator internacional nos planos político e económico.

Mas, na sua versão porventura mais realista, este período de preparação de um novo quadro financeiro plurianual é também um momento de pura negociação política – um jogo de forças e de interesses em que o peso específico de cada Estado Membro e da sua agenda, as alianças tradicionais ou de circunstância e o cenário conjuntural contam tanto ou mais do que a justeza das aspirações de cada interveniente.

Perante este cenário, a melhor defesa de uma Região como a nossa é, sem dúvida, o grau de preparação e, sobretudo, o nível de compromisso que formos capazes de gerar, congregando em torno de uma agenda comum de objetivos a

disponibilidade e a vontade dos vários agentes político-partidários, representantes setoriais, sociedade civil e demais interessados.

Portugal e, em particular, a Região Autónoma dos Açores têm uma boa tradição nesta matéria.

Descontando as objeções ideológicas de algumas forças políticas, tradicionalmente descrentes da valia de uma Europa unida, ou uma ou outra reivindicação de circunstância, tem sido possível ao longo dos anos encontrar as pontes que nos têm permitido falar a uma só voz em Bruxelas.

Esta união tem permitido ganhos evidentes quer quanto ao montante dos fundos estruturais atribuídos, quer sobretudo quanto à consagração dos objetivos e das áreas prioritárias de intervenção que melhor correspondem aos nossos propósitos.

Na preparação das negociações com as instituições europeias sobre o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia para o período após 2020, o Governo dos Açores assumiu desde a primeira hora um papel catalisador, promovendo um intenso e participado debate regional, reunindo partidos políticos, parceiros sociais, unidades de ensino e ordens profissionais.

Quis, com isso, o Governo, que a posição dos Açores não fosse a mera opinião do Governo, mas antes fosse um conjunto articulado de linhas estratégicas espelhando as aspirações das diversas sensibilidades que compõem o todo açoriano.

Mais tarde e na sequência dessa opção, foi também o Governo dos Açores, apoiado pelo PS, que suscitou nesta casa um debate pluripartidário em torno do assunto, apresentando, sob a forma de Resolução, um manifesto sobre as prioridades e os objetivos da Região para o pós-2020.

A manutenção de uma Política de Coesão consistente e ambiciosa, reforçada pela obrigação constante dos Tratados de atender às características específicas das Regiões Ultraperiféricas, por exemplo no que toca às taxas dos

cofinanciamentos de projetos de investimento, é, neste âmbito, um dos objetivos fundamentais a atender.

Também o apoio aos nossos setores produtivos tradicionais, como é particularmente o caso da Agricultura, no âmbito de uma Política Agrícola Comum que reconheça de forma evidente as circunstâncias próprias do nosso modelo produtivo e do nosso contexto macroeconómico, é outra prioridade absoluta da Região.

Felizmente, no plano nacional, o processo tem beneficiado sempre de uma sensibilidade e de uma abertura dignas de nota por parte do Governo da República, como atesta o compromisso político saído do recente encontro entre o Presidente do Governo Regional e o Primeiro-Ministro.

Ontem mesmo, ficámos a saber que também podemos contar, neste duro processo de sensibilização das instâncias comunitárias, com a nova liderança nacional do PSD, que foi capaz de pôr de lado o instinto partidário e perceber que uma boa negociação em Bruxelas é garantia de um melhor futuro para Portugal.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Esta disponibilidade para o consenso é condição indispensável para a força das pretensões nacionais e regionais junto das várias instâncias comunitárias.

Saber em que circunstâncias e em que matérias se deve deixar de lado o puro jogo político e trabalhar lado a lado na defesa das aspirações comuns daqueles a quem servimos é um sinal de maturidade democrática e de serviço ao bem-comum, que deve ser realçado, mas que, infelizmente, não encontra acolhimento junto do PSD-Açores.

Ao contrário de Rui Rio e do atual PSD Nacional e ao contrário da tradição (que também na Região se foi consolidando) de uma parceria político-partidária assumida e consciente...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas o que é isto?!

O Orador: ... em matéria de negociação de fundos estruturais, o PSD-Açores de Duarte Freitas tem dado sinais evidentes de que se prefere manter à margem de qualquer consenso.

Num momento em que é fundamental encontrarmos uma base comum de reivindicação sobre os apoios europeus do futuro, o Presidente do PSD-Açores faz um artigo de opinião a falar na suposta má gestão dos apoios europeus do passado,...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... mesmo sabendo que nos últimos quinze anos os Açores foram a única região do País que convergiu, em termos de Produto Interno Bruto, para a média europeia.

Deputado Marco Costa (PSD): Resultados!

O Orador: Numa altura em que todos os agentes políticos regionais deveriam, na medida da sua esfera de competências e responsabilidades, confluir na defesa dos interesses da Região no processo negocial em curso, a eurodeputada indicada pelo PSD-Açores prefere destacar o que classifica como “sinais pouco animadores” da atuação dos governos, regional e nacional, do PS, comentando sobranceiramente todo e qualquer esforço da Região para fazer valer os seus (os nossos!) argumentos em Lisboa e em Bruxelas, e terminando um artigo de opinião com um sentenciador “assim não vamos lá”.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Até o debate em Comissão de uma Resolução do PSD sobre o estatuto da Ultraperiferia serviu para que o PSD-Açores, pela voz do Senhor Deputado António Almeida, reclamasse maior participação da sociedade civil e dos parceiros sociais no processo mesmo sabendo e tendo participado ele próprio, PSD-Açores, num processo de auscultação e debate que durou mais de seis meses e que reuniu por oito vezes partidos políticos...

Deputado António Almeida (PSD): Estamos à espera dessa iniciativa! Estamos à espera dela! Está relatada!

O Orador: ... e parceiros sociais em torno das questões relativas ao próximo quadro comunitário de apoio.

Dá ideia que este PSD-Açores não se sente confortável com a ideia de que a Região possa vir a manter o mesmo nível de apoios comunitários. Fica-se com a sensação de que este PSD-Açores se sente tanto mais confiante, do ponto de vista político-eleitoral, quanto menos meios de estímulo financeiro a Região dispuser para prosseguir o seu rumo de desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida dos Açorianos.

Talvez por isso Rui Rio nunca tenha sido o preferido de Duarte Freitas. Talvez por isso o PSD-Açores também não seja o preferido de Rui Rio.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado António Almeida (PSD): É mentira!

O Orador: Nós, pelo nosso lado, estamos totalmente empenhados em conseguir o melhor para os Açores, com a colaboração essencial de todos quantos são capazes de separar o interesse imediato e particular do bem maior e duradouro que é vermos consagradas as nossas justas pretensões enquanto Região Ultraperiférica de uma Europa que se pretende coesa, equilibrada e desenvolvida.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E a gestão partilhada?

O Orador: Levamos a nossa bandeira e o direito a sonhar de todos os Açorianos, em parceria com todos os que de boa-fé colocam acima de tudo o futuro da nossa terra e da nossa gente. E vamos à luta.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição, mas agradeço que se inscrevam por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção em nome do PSD-Açores, e do Grupo Parlamentar do PSD-Açores, para dar nota, à margem de algumas provocações que acho que aqui não são importantes, porque se de facto nós queremos valorizar a união, o consenso, não podemos fazer isso enquanto, simultaneamente, fazemos provocações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford veio fazer aqui, a esta tribuna, à laia de um apelo ao consenso e ao sentido institucional e de estado que o PSD tem demonstrado sucessivamente e vou comprová-lo, provocações e em relação a essas provocações, Sr. Deputado André Bradford, da minha parte fica sem qualquer resposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Para nós o que verdadeiramente interessa, neste caso dos fundos comunitários... Eu entendo a sua declaração política, relativamente aos fundos comunitários como importante, tal como entendemos o debate que aqui foi tido como importante, tal como entendemos a proposta de resolução que temos relativamente às ultraperiferias importante, tal como entendemos importante a

proposta que os senhores apresentaram e que foi aprovada por unanimidade nesta Casa. Eu não sei a que respeito agora é que surge esta intervenção.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a responder!

O Orador: Todos estamos unidos em relação à defesa dos Açores;

Todos (penso) estamos unidos em relação àquilo que é o interesse de alavancar na base das ultraperiferias aquilo que são os interesses específicos das ultraperiferias;

Todos estamos (penso eu) de acordo com a oportunidade que temos, no seguimento do acórdão de Mayotte, de agora irmos mais além nas reivindicações, derrogações e de mais apoios para as Regiões Ultraperiféricas e, desde logo, os Açores, e o PSD, nos Açores, já deu imensas provas disso.

Nós, no anterior quadro plurianual demos o nosso contributo positivo e documentado, neste quadro plurianual estamos a fazer o mesmo e aprovámos aqui uma proposta de resolução que os senhores apresentaram.

Nós demos o nosso contributo em relação aos problemas que haviam na saúde.

Nós demos o nosso contributo em relação à estratégia para a pobreza, recentemente.

Nós demos imensos contributos. Nós demos até o nosso contributo numa carta que remetemos para o Sr. Presidente do Governo, em setembro do ano passado, sobre os problemas da SATA e do grupo SATA, que continua sem resposta do Sr. Presidente do Governo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que é boa fé!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Presidente do Governo respondeu a essa carta aqui!

O Orador: Portanto, a boa-fé está deste lado. Aliás, o Sr. Presidente do Governo, que nunca respondeu a essa carta, já a usou aqui como arma de arremesso.

Portanto, só apenas o nosso sentido institucional é que faz com que consigamos ultrapassar todas essas matérias e pôr acima do interesse político-partidário, das questiúnculas e até das provocações, aquilo que é o interesse dos açorianos.

Eu sei bem a importância que estas negociações têm no âmbito comunitário, sei bem também a importância que existe em estarmos unidos na defesa dos interesses de Portugal e dos Açores.

A esse respeito o senhor não nos vem ensinar nada, nem a esse respeito, nem ao respeito do sentido institucional que nós temos e temos vindo a comprová-lo em relação à negociação que é preciso fazer da Política Agrícola Comum. É preciso fazê-la.

Mas é preciso também saber, Sr. Deputado André Bradford, qual foi a formulação final que foi para Bruxelas da atual reforma do POSEI Agricultura, que nós não sabemos e que já pedimos, e tornámos a pedir.

Isto é sentido institucional?

Deputado André Bradford (PS): É, é!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nem os técnicos sabem!

O Orador: Isto é: pedem-nos ajuda, nós ajudamos! Nós perguntamos qual foi a formulação final do documento que foi, sobre a reforma atual do POSEI Agricultura, para Bruxelas?

Continuamos sem saber a resposta. Continuamos sem resposta da carta que remetemos com as nossas propostas em relação às dificuldades do Grupo SATA.

E depois vem o senhor aqui pedir sentido institucional, misturado com provocações?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Olhe que é preciso mesmo, da nossa parte, haver muito sentido institucional como temos para não responder às suas provocações e pôr os Açores acima de tudo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acho muito interessante quando nesta Casa se vem apelar a consensos.

Eu gostaria de dizer o seguinte: é, aliás, benéfico, é sempre interessante para a Região, quando se chega a consensos. Mas o Partido Socialista só vem pedir consenso a montante, porque quando chega a jusante o Partido Socialista já não quer consenso. Aplica os fundos da maneira que quer, com duas ou três cabeças iluminadas nesta Região, que ninguém sabe o que é que fazem, que distribuem no secretismo do seu gabinete os fundos como querem e entendem. Aí os senhores não vêm pedir: os senhores têm um contributo para darem? Os senhores acham que se deve investir mais naquela área ou na outra?

Mas chegamos a este ponto dando apoio a montante que os senhores a jusante depois destroem aquilo que conseguiram antes.

Nas pescas, o que é que temos hoje?

Nós sempre votámos favoravelmente os apoios às pescas. O que é que os senhores fizeram? Investiram numa frota que hoje em dia é desadequada, não serve os pescadores e querem desmantelá-la.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esse fundo comunitário foi bem investido, Sr. Deputado André Bradford? É a pergunta que lhe deixo.

Na agricultura (vamos a outra questão): os senhores andaram a investir em estabulação permanente de gado, indo contra aquilo que deveriam ser as melhores práticas agrícolas..

Deputado André Bradford (PS): É exatamente esse discurso que não gera consenso!

O Orador: ... para uma coisa certificada pela natureza, que os senhores achem a boca, certificam pela natureza com um estábulo que produz leite como se produz no centro da Europa.

Isso foi um bom investimento na agricultura, Sr. Deputado André Bradford?

E digo-lhe também: e nos transportes marítimos? E nos navios?

Continuamos a ver navios, passar!

E os nossos navios? Foi um bom investimento que os senhores fizeram, a jusante, depois de se ter aprovado nesta Casa tudo o que os senhores fizeram?

E nos aviões, também foi um bom investimento?

Não foi!

Sr. Deputado, e nas acessibilidades aéreas? E nas acessibilidades marítimas?

Se há alguém responsável, 6 mil milhões de euros depois, de fundos comunitários, são os investimentos que os senhores decidiram, escolheram, é da vossa inteira responsabilidade por isso é que ainda hoje somos em Portugal a última Região a nível da coesão territorial. Essa é a realidade. Como somos a última noutras coisas. A nível da OCDE é só ir ver, na participação cívica.

Deputado André Bradford (PS): E dizer isso fortalece a posição açoriana?!

O Orador: Portanto, quando se vem aqui pedir consensos a montante, que são aprovados, o problema, Sr. Deputado André Bradford, é quando os senhores fazem o que querem e entendem e sobretudo financiam o que querem e bem entendem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado André Bradford (PS): Ninguém o quer ouvir!

O Orador: Espero que o senhor queira.

Sr. Deputado, espero que o senhor queira ouvir. Em democracia temos que nos ouvir uns aos outros.

É esse discurso... É esta arrogância que demonstra bem o diálogo que aqui se quer criar.

Há um Sr. Deputado do Partido Socialista que diz ninguém o quer ouvir.

Tivemos agora aqui uma intervenção a apelar ao diálogo, uma intervenção absolutamente cínica e hipócrita...

Deputado André Bradford (PS): Como é que é cínica e hipócrita?!

O Orador: ... porque esta intervenção enquanto apelava ao diálogo estava a atacar os partidos da oposição.

Deputado André Bradford (PS): Nem sequer falei de si!

O Orador: Apelava à unidade institucional e atacava os partidos da oposição.

Portanto, isto é uma intervenção que todas as pessoas que ouvirem perceberam que é algo que esconde um cinismo tremendo.

Portanto, o Sr. Deputado não pretendia, neste discurso que realizou, de facto, conseguir convergências, não pretendia conseguir sinergias, o Sr. Deputado não tinha esse objetivo.

O objetivo era apoucar, era atacar os partidos da oposição.

O Sr. Deputado o que pretendia também era estabelecer a seguinte condição: que o interesse regional é o interesse do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista. São uma e a mesma coisa. É o que o senhor disse aqui.

Todas as divergências, todos aqueles que pensam de forma diferente, estão a afetar os interesses dos Açores.

Eu digo-lhe, Sr. Deputado: defender a unidade da Região, defender os interesses da Região, também é divergir naquilo em que não concordamos, porque isto é fundamental em democracia. Só a União Nacional é que pensava de forma diferente, é que pensava que o que o regime pensava, que o que o Governo pensava, era aquilo que todos deveriam pensar.

Deputado Carlos Silva (PS): E a monarquia como é que pensava?

O Orador: Numa democracia temos direito a ter um pensamento político diferente, temos direito à divergência política.

Mas há uma coisa em que temos uma obrigação, que é a obrigação de defender os interesses dos Açores sempre, com diferentes perspetivas, mas a posição do Governo Regional e do Partido Socialista dever ser de aceitar a diferença.

Se eu não penso e não tenho as mesmas prioridades que o Governo do Partido Socialista, isto não quer dizer (eu ou outros que pensem de forma diferente) que não estamos a defender o interesse regional. Estamos!... Estamos a ter um pensamento diferente! Estamos a ter prioridades diferentes!

Devo dizer-lhe: quando se faz uma crítica à utilização, como agora o CDS apontou vários exemplos pela voz do Sr. Deputado Artur Lima, em setores como as pescas ou a agricultura, em que os resultados não foram satisfatórios e a estratégia que foi implementada não foi satisfatória, acha que em nome da unidade regional estas críticas não devem ser feitas? Esta apreciação não deve ser feita?

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Acha que com isto se ataca o interesse regional, tornando públicas aquelas que são as nossas divergências políticas?

Sr. Deputado André Bradford, eu vejo que está a assumir posições de uma Europa em que eu não me revejo, que é aquela Europa que está a progredir fortemente em países como a Polónia ou a Hungria. Exatamente, a Polónia ou a Hungria, em que existe cada vez mais uma limitação da divergência de opinião. Estou a ver que os exemplos europeus que V. Exa. está a citar são aqueles que eu não aceito. Eu não aceito um discurso em que a divergência seja criticada, eu não aceito uma Europa em que não exista pluralidade de opiniões, eu não aceito um discurso em que pensar de forma diferente seja atacar a unidade regional. Não!... Nós todos temos o direito de dar a nossa opinião e de ter projetos diferentes...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... para a integração dos Açores e o aproveitamento dos fundos europeus para o desenvolvimento dos Açores.

Quero terminar, Sr. Deputado, dizendo o seguinte:

Eu considero que ao longo de todos estes anos os fundos europeus não foram devidamente potenciados ao longo destas duas décadas para o desenvolvimento dos Açores. Não considero que o resultado seja satisfatório.

Poderia ter sido, deveria ter sido muito, mas muito mais eficaz. E os Açores deveria estar entre as Regiões mais ricas da Europa, porque essa foi a vossa promessa quando em 1996 assumiram o Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Era essa a vossa promessa, colocar os Açores à frente do desenvolvimento económico no âmbito europeu.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino Sra. Presidente dizendo apenas que acredito no futuro dos Açores e o PPM está disponível para dar a sua colaboração. Quando

concordarmos vamos colocarmo-nos ao lado das instituições e do Governo Regional, não tenho nenhum problema nisso, mas nunca, nunca calarei as divergências em relação ao vosso projeto político.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caro Colega:

Relativamente a esta matéria antes de mais um ponto prévio:

Eu, na qualidade de responsável pelos assuntos parlamentares desconhecia essa solicitação formal pela parte do PSD relativamente à proposta remetida a Bruxelas referente ao POSEI e, portanto, ainda hoje farei as devidas diligências para remeter ao PSD e a todos os partidos neste Parlamento a proposta que foi remetida para Bruxelas e, portanto, peço desculpa se nesse âmbito nos escapou alguma questão...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não escapou, não!

O Orador: ... porque formalmente na Secretaria dos Assuntos Parlamentares não consta qualquer pedido relativamente a essa matéria. Portanto, ainda hoje tratarei de enviar essa documentação a todos os partidos aqui representados.

Relativamente a este assunto e relativamente ao processo de negociação do cenário europeu e do enquadramento financeiro europeu no pós 2020, sobretudo no que se refere à política de coesão e à Política Agrícola Comum, eu não posso deixar de recordar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo dos Açores de envolvimento de toda a sociedade açoriana neste processo de preparação da posição dos Açores em Bruxelas e também em Lisboa no âmbito deste processo negocial. Um processo de envolvimento, de abrangência, que envolveu todos os parceiros sociais da nossa Região, que envolveu todos os

partidos políticos aqui representados e que foi certamente um processo muito enriquecedor e um processo que permitiu melhorar a posição do Governo em Bruxelas neste processo negocial e que culminou também aqui neste Parlamento com um debate que foi aqui trazido pelo Governo e com uma proposta de resolução que foi aqui aprovada por unanimidade.

É importante também, e as Sras. e os Srs. Deputados saberão isso também muito bem, que quando estamos a falar da política de coesão e quando estamos a falar da PAC pós 2020, estamos a falar de instrumentos financeiros absolutamente determinantes para as próximas décadas da nossa Região.

Aliás, a materialização da política de coesão, a materialização da Política Agrícola Comum numa Região como a nossa, materializa aqueles que são os mais basilares princípios da construção europeia, como são a coesão económica, a coesão social e naturalmente também a coesão territorial.

Desse ponto de vista a nossa posição tem sido clara, fruto também do trabalho de envolvimento que nós construímos com todos no reforço da nossa posição externa que é, desde logo, a manutenção e reforço do POSEI Agricultura; desde logo, a criação de um POSEI específico como programa autónomo para a questão do importante setor das pescas; desde logo, uma atenção muito relevante e muito importante no que se refere às taxas de financiamento e àquilo que hoje são os níveis de comparticipação europeia, porque nós não aceitamos, não podemos aceitar que haja qualquer redução nas taxas de comparticipação financeira. Portanto, este é um caminho que tem sido desenvolvido em conjunto, em parceria, e isso permitiu reforçar a nossa posição em Bruxelas neste difícil processo negocial.

Nós hoje, e isso é visto por todos diariamente, nas televisões e nos órgãos de comunicação social, temos uma Europa, enfim, que vive também de sentimentos contraditórios, adivinha-se uma redução das comparticipações financeiras tendo em conta o Brexit, mas ao mesmo tempo pretende-se reforçar

a posição na política de segurança, na política de defesa, na resposta que a Europa tem que dar ao fenómeno das migrações.

Portanto, temos aqui um conjunto muito significativo de contradições que podem também ter consequências naquela que é a preparação do enquadramento financeiro daquilo que são os instrumentos financeiros para as Regiões Ultraperiféricas e para as Regiões da Europa.

Portanto, nesse âmbito e nesse processo é absolutamente fundamental aquilo que temos vindo a construir com a sociedade açoriana e com os partidos políticos, que é uma frente comum, unida, coesa e bem preparada na defesa da nossa posição em Bruxelas e para isso contamos também, aliás há várias notas públicas disso, com o Governo da República nesse processo.

Para terminar não posso também deixar de dizer o seguinte, uma matéria que é talvez a mais importante matéria neste processo negocial, que é a credibilidade que os Açores se posicionam neste processo, a credibilidade que nós construimos em 40 anos de Autonomia Democrática enquanto um excelente exemplo de aplicação dos fundos comunitários na nossa Região.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Nem o mais profundo sectarismo partidário pode pôr em causa...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... a evolução e os ganhos que os Açores conseguiram em todos os setores económicos e sociais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pesca, agricultura, saúde...

O Orador: ... em 40 anos de Autonomia Democrática.

E nós estamos a falar da aplicação de fundos financeiros que, como os senhores sabem, obedecem a rigorosíssimos processos de controlo e de escrutínio das instâncias comunitárias.

Portanto, não se pode dizer que os fundos comunitários são decididos na escuridão ou dentro das quatro paredes de um gabinete.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não foi na escuridão, foi com a luz bem acesa!

O Orador: Nós construímos uma importante credibilidade no posicionamento em que os Açores, enquanto Região, se colocam neste processo negocial e não há dúvidas que os Açores são hoje um bom exemplo de aplicação dos fundos disponíveis, dos fundos comunitários.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E não só o Governo que o diz, são importantes individualidades europeias, comissários europeus, antigos presidentes da Comissão Europeia, como é o caso de José Manuel Durão Barroso que o disse repetidamente e várias vezes, importantes comissários europeus, mas isso é fruto também do nosso mérito e daquilo que os Açores conseguiram construir em 40 anos de Autonomia Democrática.

Portanto, é fundamental que esta frente comum unida se mantenha, se reforce e se consolide.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Eu pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Para encerrar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, tenho que constatar que há aqui um entendimento que a mim me causa alguma estranheza, que é o facto de a oposição quando critica o Governo está no uso claro da sua prerrogativa de contestação política, democrática.

Deputado Paulo Parece (PSD): É claro, tendo em conta o que foi dito!

O Orador: Deve fazê-lo, é tudo normal.

Quando o Partido Socialista, como partido maioritário, tem uma opinião sobre a oposição, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É democrático!

O Orador: ... é inaceitável, rompe os consensos, é afrontoso e está a prejudicar a coesão.

Portanto, a bitola da oposição é uma para si e outra para a maioria. Essa nota eu gostava de deixar.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor foi o único que ficou mal nisso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está a defender a união ou prefere o Partido Socialista?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Em segundo lugar, se substituíam algumas dúvidas sobre aquilo que eu tentei dizer na minha intervenção de tribuna, o debate subsequente provou completamente aquilo que eu disse na tribuna, que é, ao mesmo tempo que se faz a discussão e que se clama a disponibilidade para o consenso, ao mesmo tempo passa-se a vida a criticar a aplicação dos fundos comunitários...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi o que o senhor fez dali!

O Orador: ... o sistema de desenvolvimento, a fraqueza da atuação governativa, a incapacidade, a pouca utilidade dos fundos estruturais, não se vê resultados.

Portanto, esse discurso é o discurso que enfraquece a posição negocial dos Açores.

É o discurso que nem sequer encontra sustentação nos índices de desenvolvimento que a Região foi capaz de atingir nos 40 anos de Autonomia e particularmente a partir do momento em que Portugal se tornou Estado-membro da União Europeia.

Nós temos de permanecer nesta matéria unidos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso chama-se um discurso bipolar: entre a depressão e a euforia temos que decidir!

O Orador: Sra. Presidente, não é possível!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado André Bradford possa concluir a declaração política.

O Orador: Dizia eu que se há assunto que justifica a capacidade que nós temos de ter de ultrapassar as nossas divergências políticas, este é um assunto, é o assunto!

Foi isso que eu procurei destacar na minha...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Oh!...

Deputado Luís Maurício (PSD): Precisamente o contrário daquilo que o senhor disse!

Deputado Paulo Parece (PSD): Está desorientado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... declaração política.

Nas críticas que fiz (e fiz, de facto!) ao PSD, o que eu pretendi dizer, e posso atestar com citações várias, foi que o PSD diz uma coisa no plano teórico e depois diz outras coisas...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... nos seus artigos, nos seus comentários.

Neste momento dedica-se a comentar negativamente, depreciativamente, toda a atuação governativa regional na defesa de um quadro comunitário eficaz, volumoso para a Região.

Foi isso que eu disse e posso atestá-lo com diversas citações que não me parecem ser necessárias, mas vou fazer só uma da Sra. Eurodeputada do PSD-Açores que diz que “o Governo Regional quis liderar este processo, mas transformou-o num exercício de menorização, revelando-se incapaz de perceber o que se pretende quando se lança um processo deste tipo”.

Perante uma citação destas, eu julgo que não preciso de encontrar mais nenhum tipo de justificação para aquilo que quis dizer.

O importante, porém, é que a partir de agora, essa disponibilidade teórica e pomposa para o diálogo e para o consenso, seja, de facto, manifestada na atuação dos vários agentes políticos que o Sr. Deputado Duarte Freitas tutela enquanto Presidente do PSD-Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política. Vamos também interromper os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15h00 com a Agenda.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós interrompemos os nossos trabalhos ontem à noite no debate do ponto seis da nossa Agenda.

Eram 15 horas e 27 minutos.

A Mesa ainda tem uma inscrição. Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não ia intervir mais nesse assunto, até porque a nossa posição e os nossos argumentos ficaram claros na minha primeira intervenção, mas não resisti em devolver até em certa parte a simpatia e também em esclarecer e corrigir alguns pontos que disse.

Quando falei no aumento de pareceres solicitados eles foram efetivamente aumentados.

Se em 2009 foram solicitados 49 pareceres e se em 2003 se mantiveram os mesmos pareceres, a verdade é que em 2008, numa só diligência, nós aumentámos o número de pareceres em 26.

E se em 2009, e considerando também os de 2013, foram respondidos sete pareceres (obtivemos a resposta de sete pareceres e também em 2013, por consequência), em 2018, responderam também sete entidades.

Ou seja, não responderam a sete pareceres, mas foram considerados os sete pareceres que recebemos em 2009, até porque o senhor ainda ontem os referiu aqui.

É nesse sentido que estou a falar no número de pareceres respondidos.

Em 2018, a verdade é com o aumento de pareceres solicitados foram respondidos também só sete pareceres.

Ora, o Sr. Deputado leu ontem um parecer e até foi buscar pareceres antigos.

Outros referiram pareceres mais recentes e mais atuais.

Eu volto a frisar que esses pareceres dão razão àquilo que eu disse na minha primeira intervenção.

Acha, o Sr. Deputado, que o Governo Regional se deve antecipar às Associações e às suas próprias autonomias de decisão? Sendo que o próprio

Governo Regional e a maioria que o suporta não têm a mesma vontade ideológica e as próprias associações nos seus pareceres não mostraram interesse que assim o fosse.

Por isso, Sr. Deputado, tendo sido muito claro na minha primeira intervenção e na nossa troca de argumentos, não acho mesmo pertinente entrarmos aqui em discussões ideológicas e, portanto, nesse assunto ficava-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Dizer o seguinte:

Em 2013 não foram pedidos pareceres (já ontem li), não foram, por proposta minha, uma vez que tinham sido concedidos e tinham sido realizados em 2009.

Portanto, em 2013 não foram realizados pareceres, porque os mesmos não foram solicitados por parte da Comissão (ponto). É isto. Não foram solicitados! Logo não existiram, porque não foram pedidos!

Agora, há uma outra questão que o Sr. Deputado referenciou, que é em relação a entidades que responderam em 2009 e em 2018. Aqui há diferentes interpretações. A sua é uma, a minha não é essa.

A minha é que já responderam positivamente em relação a esta questão. Portanto, não sentiram necessidade de voltar a responder.

Eu acho que esta é uma das interpretações possíveis para o facto de não terem voltado a responder ao acharam desnecessário, uma vez que já em 2009 tinham respondido positivamente e o projeto não tinha sido implementado.

Em relação também ao facto de aos clubes afinal é-lhes exigido que se associem, não, não é assim. O Projeto de Resolução é claro. É um processo voluntário.

Se as entidades considerarem que reúnem as condições terão o apoio do Governo, se elas o solicitarem.

Portanto não há nada de obrigatoriedade neste processo. É voluntário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Durante a discussão havia ontem à tarde vários foram os Deputados que colocaram diversas questões que merecem uma resposta da minha parte e que não foram obviamente respondidas, dada a interrupção dos trabalhos.

Eu começaria pela Sra. Deputada do CDS-PP, Catarina Cabeceiras, que creio que colocou sobretudo duas questões: uma primeira relativa à formação dos nossos atletas e uma segunda correlacionada com os apoios oficiais à prática desportiva.

Sobre a primeira questão, sobre a formação dos nossos atletas, eu diria que tal como no passado houve margem de progressão, também no futuro haverá margem de progressão.

Porém, no presente, mais de 23 mil atletas federados é já um número substancial. E é também um indício do sucesso da nossa formação, porque destes mais de 23 mil atletas federados 75% são jovens e porque 50% dos jovens dos Açores, isto é, com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos, fazem desporto federado.

Há, entretanto, uma relação que não é obviamente direta, que é a relação entre formação e resultado desportivo, embora se vislumbre, é certo, sempre a existência de uma tendência de acréscimo da bondade do resultado por força do progresso da formação.

Acerca da segunda questão, dos apoios oficiais à prática desportiva, como já disse noutras circunstâncias, esses apoios são apoios substanciais, incluem viagens aéreas, incluem uma participação diária de 65 euros para alojamento, alimentação e transportes locais.

Uma coisa é certa, os relatórios dos clubes, os relatórios das associações que nos chegam, são relatórios que demonstram que o grosso das despesas é suportado pelos nossos apoios.

Claro que tais apoios não chegam para a frequência de unidades hoteleiras de quatro ou de cinco estrelas naturalmente.

Também nunca estive na matriz ideológica do CDS a exigência de que o Estado, neste caso o Governo pagasse, ou pague tudo. Uma parte deve caber sempre à sociedade organizada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Na matriz ideológica do PS é que está isso!

O Orador: ... eu diria que é mesmo saudável que assim seja.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pronunciou-se também sobre este assunto.

Creio que entre nós haverá uma concordância, uma concordância no reconhecimento de que antes da constituição de seleções desportivas açorianas para competirem internacionalmente, se deve fomentar o desenvolvimento de um trabalho interno, que eu diria, de organização ou de reorganização.

Estaremos, porventura, em discordância, talvez quanto ao ritmo: a Sra. Deputada, a considerá-lo eventualmente lento, eu considerá-lo naturalmente adequado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faz parte do jogo democrático!

O Orador: Não devia, mas faz parte do jogo democrático.

A Sra. Deputada do PSD, Mónica Seidi, levantou uma vasta panóplia de questões, eu diria que questões muito mais próprias de uma interpelação geral sobre desporto, do que de uma discussão mais específica sobre o Projeto de Resolução tendente à constituição de seleções desportivas açorianas.

Pareceu-me até que o objetivo era mais o de testar a capacidade de memorização do Secretário Regional da Educação e Cultura do que outra coisa qualquer.

Mas vamos às questões que foram efetivamente levantadas.

Comecemos pelas instalações. Nem tudo obviamente é perfeito, mas uma coisa é certa: se fizermos uma comparação daquilo que existe hoje com aquilo que existia há 10, com aquilo que existia há 20, com aquilo que existia há 30 anos, os progressos são obviamente extraordinários.

Aliás, relembro apenas que em matéria de campos, de pavilhões, de salas, de piscinas, de pistas, etc., etc., partimos em 1996 de 427 unidades e tínhamos, em 2016, 898.

Sobre os jogos das ilhas, nós estamos de acordo quanto à sua importância. É por isso que nós assumimos inclusivamente a organização de uma edição dos Jogos das Ilhas bem recentemente, concretamente em 2016.

Nos Jogos das Ilhas nós procuramos sempre que a nossa participação se faça nas modalidades nucleares do COJI. E quais são elas?

São o basquetebol, o voleibol, o andebol e o futebol nos desportos coletivos, são o atletismo, a natação, a vela, o ténis, o ténis de mesa, o judo e a ginástica desportiva nos desportos não coletivos.

Este ano participaremos em voleibol, andebol e futebol nos coletivos, não participaremos em basquetebol, porque essa é a vontade das associações dos Açores, porque não aceitam a variante imposta que é a variante do 3 contra 3. Além disso, participaremos em todos os desportos individuais que eu acabei de referir, exceto na ginástica desportiva que tem pouca tradição entre nós e haverá, inclusivamente uma novidade que é a introdução o karaté nesta edição.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O quê?

O Orador: Karaté!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas porquê?

O Orador: Mas porquê?!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Talvez porque é uma modalidade olímpica para 2020!

O Orador: Oh!... Eu não sei! Porque temos condições de o fazer. Nem mais, nem mas! Temos condições de o fazer!

Quanto a modalidades prioritárias não propriamente olímpicas definidas pelo CADAR para efeitos de investimento elas são nove: o judo, o atletismo, a vela, o Karaté, o ténis de campo, o ténis de mesa, o golfe, a ginástica e a natação.

Em relação ao número de jovens talentos regionais, não tenho, porque não é possível ter, um número definitivo. Trata-se sempre de um número dinâmico, que depende dos resultados a cada momento da época. Porém, hoje, serão um pouco mais de 20, mas o CADAR pode vir a aprovar mais e, aliás, a nossa expectativa é de que venham a ser o dobro mais adiante.

Quanto ao número de atletas de alto rendimento, ou com estatuto de alto rendimento, definido pelo IPDJ, são seis: cinco no desporto dito normal, no judo, no ténis de mesa, na vela, no surf, no jet-ski; um no desporto adaptado, concretamente no atletismo.

Em projetos especiais de preparação para ambiente olímpico, há três atletas: no judo, na vela e no ténis de mesa.

Finalmente, em relação à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu direi muito simplesmente o seguinte:

Esta iniciativa parlamentar é uma iniciativa parlamentar que surge no âmbito desportivo, mas demasiadamente contaminada pela política.

Creio que os desportistas não apreciam uma tamanha contaminação.

Se o Sr. Deputado acha que a autonomia que temos é insuficiente, deve reservar essa discussão para uma iniciativa parlamentar, claro que nesse domínio, por exemplo, a dos partidos regionais, já que anda, ao que parece, apostado em

captar para um partido monárquico as correntes mais pró-separatistas que não me incomodam absolutamente nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, não é uma inscrição. É para um protesto. O Sr. Secretário acabou de referenciar que eu estou apostado em captar correntes pró-separatistas. Isto para mim é ofensivo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, tem três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer o seguinte:

Sr. Secretário, o posicionamento ideológico e o posicionamento em relação ao autogoverno, por parte do PPM, é claro.

Nós somos federalistas! Não somos independentistas.

Respeito em absoluto, Sr. Secretário, os movimentos separatistas. Digo-lhe já que em qualquer sociedade é legítimo que aqueles que consideram que os Açores devem ser futuramente uma nação independente têm essa legitimidade, mas da minha parte, e da parte do meu partido, o nosso posicionamento ideológico é bem claro, Sr. Secretário, e eu penso que o Sr. Secretário não foi correto na afirmação que fez.

Eu não pretendo captar movimentos separatistas, porque uma coisa é defender a independência dos Açores, outra coisa muito diferente é defender um aprofundamento do autogoverno dos Açores. São duas coisas muito diferentes, Sr. Secretário.

Em relação ao movimento monárquico aquela bandeira que ali está e que o Partido Socialista abandonou a sala para não a votar, é uma bandeira azul e branca de 1895, quando foi criada a primeira autonomia dos Açores e tem as cores da Monarquia Portuguesa.

É essa bandeira, nessa votação, o Partido Socialista abandonou a sala para não a votar.

Eu sei que não foi votada por V. Exas.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, isso já foge completamente ao âmbito do protesto.

O Orador: Mas isso é problema vosso.

Presidente: Sr. Secretário Regional, apesar do Governo ter esgotado o seu tempo para a participação no debate, o tempo para protestos e contraprotostos não é incluído nesse tempo global. Por isso tem a palavra para um contraprotosto. Dispõe de dois minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando se fala em protesto toda a gente pensa em vozes exaltadas, mas eu vou ser muito sereno.

Nós vivemos num estado unitário...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Já cá faltava uma lição de moral vinda de V. Exa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Eu não fiquei nada exaltado!

O Orador: Eu não estou a dizer o contrário.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Pior são aqueles que se fazem de santinhos e mandam calar os outros!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário possa usar da palavra.

O Orador: Nós vivemos num estado unitário, porque sempre foi essa a vontade dos Deputados, pelo menos da maioria dos Deputados que desde 1976 redigiram ou alteraram os sucessivos textos da Constituição da República Portuguesa na ressaca da implantação da democracia.

Nas Regiões Autónomas, particularmente aqui nos Açores, alguns reclamam por uma alteração de paradigma, isto é, por uma passagem do velho estado unitário para um novo estado federado.

Outros, um tanto esporadicamente, até exigem mais. De concreto, a quebra dos laços políticos de uma pretensa de mais de meio milénio à comunidade dos portugueses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sou eu de certeza!

O Orador: Não estou a dizê-lo.

Nada disto me espanta, nada disto me amedronta, se a evolução das coisas sempre depender da livre vontade do povo expressa pelo voto.

Todavia, creio, que os Açores possuem uma autonomia ampla, moderna e sustentada, uma autonomia financeira que admite a cobrança de toda a receita própria, que beneficia do ingresso de transferências do país e da União Europeia e que impõe ao Governo da República o financiamento de instituições e de serviços indispensáveis, mas onerosos, casos da universidade e da televisão.

No mundo não é comum esta generosidade financeira.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora até os protestos estão preparados!

O Orador: E uma autonomia política assente numa considerável capacidade legislativa,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Termina já.

... que se não é convenientemente aproveitada, não o é por qualquer culpa de uma imposição lisboeta, antes por uma eventual culpa própria, quer se trate de acomodação do Governo, quer se trate de incapacidade da oposição.

No mundo também não é comum esta liberalidade política.

Assim (e termino já), pese embora a necessidade de maior partilha na gestão do mar, antes de qualquer tentativa de alargamento, façamos por merecer a autonomia de que bem somos beneficiados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não estava naturalmente para intervir neste debate, se não fosse este pequeno *fait divers* agora, independentista.

Há muito tempo que defendo, e o CDS defende, que com a revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo, feito por esta Casa, que demos um grande passo no aprofundamento das nossas competências autonómicas. Aliás, o passo foi tão grande que ainda não conseguimos exercer todas as competências que estão previstas no nosso Estatuto.

Mas, curiosamente, também devo dizer ao Sr. Secretário que aquilo que o CDS defende não é mais autonomia, é melhor Governo, que é o que tem faltado aos Açores.

A autonomia temos suficiente (concordo consigo) para exercer os nossos poderes, ampla, Sr. Secretário, concordo absolutamente consigo.

Precisamos é de melhor Governo que a saiba aplicar em favor dos nossos concidadãos, que é o que não tem acontecido. É na educação que o senhor tutela, onde temos os rankings piores da Europa e do país, para não ir a outros assuntos; para a esperança de vida, que temos a menor esperança de vida de Portugal e da Europa, e por aí fora, nas pescas (ainda hoje vemos isso).

E mais, Sr. Secretário, devo-lhe também, que competências autonómicas temos suficientes, nomeadamente para a gestão partilhada do mar. Já aqui fizemos uma proposta que os senhores chumbaram.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Duas!

O Orador: Duas, é verdade! Duas vezes!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os senhores chumbaram, Sr. Secretário.

Estamos perfeitamente de acordo nessa matéria.

Agora devo dizer-lhe uma coisa: o senhor desautorizou completamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que não satisfeito com a autonomia que em propôs a CEVEVA,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem visto!

O Orador: ... exatamente para aprofundarmos as competências autonómicas, em matéria eleitoral, por aí fora, por aí fora, por aí fora.

Sr. Secretário, a desautorização é sua, os desautorizados são daquele lado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Apenas para recentrar o debate nas seleções regionais, Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Regionais, autonomia! Temos autonomia para ter a nossas próprias seleções. Está mais do que na autonomia!

Presidente: Autonomia para ter seleções regionais.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Governo estão muito preocupados porque o assunto divergiu, mas quem começou a falar em movimentos separatistas foi o Sr. Secretário Regional a propósito desta temática.

O que é preciso dizer é o seguinte: é evidente que o desporto é um campo inexplorado, ainda do aprofundamento da Autonomia dos Açores.

Em relação a esta matéria para terminar este debate, devo dizer que nesta matéria me revejo na posição assumida pela Sra. Presidente no discurso que ela fez ao propósito dos 40 anos da Autonomia dos Açores.

O que a Sra. Presidente disse na altura foi o seguinte: “apesar das alterações importantes que essa revisão do Estatuto consagrou, nalgumas matérias prevaleceu ainda uma visão restritiva”. Repito, foi o que a senhora Presidente disse: “nalgumas matérias prevaleceu ainda uma visão restritiva sobre as vantagens das autonomias da nossa em particular, não entendendo que o aprofundamento do processo autonómico é assim uma riqueza e não um sobrecusto para o país”.

Eu revejo-me nestas palavras e considero que há uma matéria em que podemos aprofundar as autonomias e essa é o desporto e a criação de seleções desportivas açorianas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da Agenda: **Petição n.º 14/XI – “Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por José Eduardo Pedro Gaspar, na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos são os que habitualmente usamos nas figuras regimentais de Petição. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO N.º 14/XI

“CONTRA O RECURSO ABUSIVO À CONTRATAÇÃO SUCESSIVA DE DOCENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”

PONTA DELGADA, MARÇO DE 2018

CAPÍTULO I

Introdução

A 25 de agosto de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 14/XI, intitulada “Contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores.”, que reúne um total de 440 (quatrocentas e quarenta)

assinaturas, tendo como primeiro signatário José Eduardo Pedro Gaspar, Presidente Sindicato Democrático Professores Açores.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

1) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

2) OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários pretendem:

- Produção de legislação/regulamento de concursos do Pessoal Docente que estabeleça normas, no mínimo, paramétricas, que ponha fim ao exercício de funções docentes por contratos sucessivos e discriminação das condições de trabalho entre docentes da Região Autónoma dos Açores e de docentes açorianos para com docentes do resto do país.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- Os docentes açorianos contratados a termo resolutivo não podem valer menos que os docentes do resto do país.
- O exercício de funções docentes, durante anos, ao abrigo de sucessivos contratos a termo viola a Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, respeitante ao acordo-quadro CES, UN ICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo.
- Para além da precariedade indefinida, a não aplicação dos princípios estabelecidos nesta Diretiva promove a desigualdade de condições remuneratórias, a restrição a redução da componente letiva e a diferenciação dos períodos avaliativos do desempenho docente, que, associada a não atendibilidade jurídica da continuidade do exercício de funções, e contrária ao imperativo de não diferenciação de condições de trabalho entre trabalhadores com vínculos laborais indeterminados e trabalhadores com vínculos laborais de duração temporária.

- Acresce que, na proposta de alteração do Regime de Recrutamento e Mobilidade do Pessoal Docente, apresentada pelo Ministério da Educação no dealbar do pretérito mês de dezembro, a norma respeitante a integração em quadro vinculativo dos docentes sucessivamente contratados (cf. supra n.º 2 do artigo 42.º), não só se mantém, como é afinada, evoluindo no sentido da sua melhoria, tendo em vista abraçar um numero superior de docentes, entre aqueles que se encontram contratados a termo resolutivo. Além disso, em simultâneo e na mesma altura, foi apresentada, pelo Ministério da Educação, a proposta de introdução de outra medida - que em sede de negociação coletiva esteve a ser aprimorada, no mesmo sentido que a norma já existente -, visando reduzir o numero de docentes em situação precária, promovendo a sua integração em quadro de vinculo definitivo.

- Por conseguinte, considera-se que qualquer proposta de alteração do diploma regulamentador do Concurso do Pessoal Docente na Região Alltónoma dos Açores devera contemplar este princípio, na linha do mencionado no artigo 44.º do Estatuto do Pessoal Docente na Região Autónoma dos Açores, que determinam que a integração do trabalhador contratado a termo, em lugar de quadro vinculativo, ocorra na sequencia de três contratações, com a determinação, nas escolas do setor publico da Região Autónoma dos Açores, de lugares de quadro correspondentes as contratações sucessivas.

3) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Foi deliberado proceder à audição do primeiro peticionário, o cidadão José Eduardo Pedro Gaspar e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC). Foi ainda deliberado solicitar parecer por escrito ao Sindicato dos Professores da Região Açores.

A audição do primeiro peticionário ocorreu no dia 24 de outubro de 2017 na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em São Miguel e a audição do SREC ocorreu no dia 5 de janeiro de 2018, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Angra do Heroísmo.

1) Audição do peticionário, o cidadão José Eduardo Pedro Gaspar:

A audição iniciou-se com a leitura do texto, por parte do peticionário, que em seguida se transcreve:

“Entendendo o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores não ser necessário expor os argumentos constantes na Petição Pública aqui em análise, que julgamos ser do conhecimento dos presentes, permitimo-nos relevar algumas ideias que nos parecem adquirir maior pertinência.

A nível do que ocorre no restante espaço territorial português.

1. O que o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores reivindica na Petição Pública que patrocinou – nomeadamente o fim do recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores, por via da limitação do número de contratos sucessivos a termo que o Governo Regional dos Açores pode estabelecer com os docentes que desempenham funções no contexto do sistema educativo regional dos Açores (num limite, de acordo com o entendimento do SDPA, de três contratos sucessivos) é precisamente aquilo que o Governo da República pretende implementar, já a partir do próximo ano, e que consta da Proposta da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (artigo 249.º | págs. 300-302).

2. Proposta que não é mais do que o aperfeiçoamento daquilo que foi legislado ainda em 2014 (Decreto- Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio), pela mão do então Ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, Ministro do Governo PSD/CDS, de Pedro Passos Coelho e de Paulo Portas – em pleno contexto de

intervenção externa a Portugal –, e que constituiu o primeiro passo na assunção do compromisso de estabelecer um teto ao número de contratos sucessivos estabelecidos com os docentes, e em que foi fixado o limite de 5 contratos sucessivas (artigo 42.º).

3. Já no presente ano civil, no âmbito da alteração ao Regulamento de Concurso do pessoal docente, o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, do atual Governo da República do Partido Socialista, de António Costa, com o apoio parlamentar do BE e do PCP, procedeu ao melhoramento das regras em vigor desde 2014, relativamente a esta matéria, tendo fixado o limite em quatro contratos de trabalho sucessivos (artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março).

4. No entanto, sendo para o Ministério da Educação – e em particular para a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão –, evidentes as injustiças motivadas pelos requisitos estabelecidos como condição para que um docente seja integrado em quadro vinculativo, nomeadamente a definição da condição de os docentes acumularem contratos sucessivos, em horários anuais (1 de setembro a 31 de agosto) e completos, num mesmo grupo de recrutamento, entendeu o Ministro da Educação dever obviar tais injustiças, o que fez por via da criação de um regime de integração extraordinária de docentes (artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 28/2017, de 15 de março) e da realização de um concurso externo extraordinário de integração de docentes, realizado em 2017, e anunciado, ainda no pretérito mês de junho, pelo Ministro da Educação, para o ano de 2018 – e que consta já da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018 (artigo 37.º). Concurso externo extraordinário de integração de docentes que em 2017 permitiu a vinculação de mais de 3000 docentes, perspetivando-se a vinculação de mais de 3500 no ano de 2018.

5. Similarmente, a Região Autónoma da Madeira, no exercício da autonomia política que lhe é conferida pelo Regime Político-Administrativo

próprio, prontificou-se a acompanhar esta produção legislativa, no cumprimento da Diretiva comunitária emanada do Conselho e na implementação de leis laborais em proteção ao exercício da profissionalidade docente naquela Região Autónoma.

A nível do que ocorre na Região Autónoma dos Açores.

1. O Governo do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores persiste no incumprimento da Diretiva da União Europeia, emanada do Conselho, publicada há mais de 18 anos.

2. O Governo do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores recusa-se, embora por diversas vezes alertado pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores nesse sentido, a adotar legislação, em paridade com a que foi implementada no restante espaço territorial nacional, ainda em 2014, pelo Governo da República de Pedro Passos Coelho e de Paulo Portas. A este nível diremos que o Governo do Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores tem optado pela implementação de políticas no domínio laboral tendencialmente mais liberais – e portanto menos favoráveis à proteção laboral dos trabalhadores – que aquelas que o PSD nacional e também o próprio CDS nacional prosseguiram num passado recente.

3. Constata o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, uma vez mais, que a legislação de amplitude nacional é manifestamente mais favorável – a nível da garantia e da defesa dos direitos laborais dos trabalhadores docentes – que a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores. O que impele este Sindicato a considerar que, nesta matéria, como infelizmente em outras áreas, o virtuosismo do Regime Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores concorre para colocar o quadro das relações laborais que o Governo Regional dos Açores tem com os docentes contratados a termo resolutivo que servem o sistema educativo da Região num patamar de manifesta desregulação, e próximo daquilo que é característico nos países que se enquadram no

designado Terceiro Mundo, num claro distanciamento dos países do chamado Mundo Ocidental, de que a Europa da União, com as suas leis e com as suas instituições é o paradigma. No caso presente, importa lembrar que aquilo que aqui está em causa é o incumprimento de uma Diretiva emanada do Conselho da União Europeia.

4. Adquirimos uma melhor perceção da verdadeira dimensão e da efetiva gravidade da situação de precariedade laboral em que têm sucessivamente sido colocados centenas de docentes que trabalham no âmbito do sistema educativo público da Região Autónoma dos Açores, a coberto de contratos de trabalho a termo resolutivo, se considerarmos a possibilidade de na Região Autónoma dos Açores ser aplicado um quadro legislativo similar ao que vai estar em vigor no restante território nacional, a partir de 2018. Se isso ocorresse seriam, previsivelmente, integrados em quadro vinculativo nas escolas da Região Autónoma dos Açores entre 500 a 600 docentes sucessivamente contratados a termo resolutivo pelo Governo Regional dos Açores, com todos os benefícios que daí resultariam para o sistema educativo público da Região, nomeadamente no que à estabilidade do quadro de pessoal docente das escolas respeita.

Precisamente porque na Região Autónoma dos Açores estamos perante uma grave situação de precariedade entre a classe docente, e para que a Região não permaneça à margem do cumprimento da Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, entende o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores ser responsabilidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores legislar sobre esta matéria, com carácter de urgência, de modo a resolver a lacuna na legislação Regional, pondo fim ao exercício de funções docentes por contratos sucessivos e discriminação das condições de trabalho entre docentes da Região Autónoma dos Açores e de docentes açorianos para com docentes do resto do país.”

De seguida a Deputada Sónia Nicolau interveio para dizer que repudiava a menção de que vivemos numa Região desregulada e de terceiro mundo e que só entende essas referências, na casa da Autonomia e Democracia, na eventualidade de terem sido proferidas “a quente” fazendo ainda referência, por ter sido omitida pelo peticionário aquando da referência à Madeira e Continente, aos três concursos extraordinários realizados nos Açores. Em seguida questionou sobre quantos professores foram colocados em regime extraordinário nos Açores? Relativamente à precariedade, da forma como foi abordada, não se pode comparar os três polos geográficos do País (Continente, Madeira e Açores) nesta matéria. Continuou questionando quantos professores por ilha e por grupo se refere o peticionário e quantos acederão à reforma, neste balanço do número de necessidades referidas pelo peticionário? Quantos professores estão afetos a outras tarefas como por exemplo para funções sindicais e, ainda, também professores afetos ao Pro Sucesso e como iria reagir o sindicato a uma eventualidade de possíveis horários zero.

Em resposta o peticionário afirmou que nunca reagiu “a quente” durante o seu mandato e fez referência à diretiva europeia. Disse que até outubro foram contratados 1168 professores. Relativamente aos horários zero fez referência à necessidade de haver professores de apoio ou de substituição. Fez, também, referência a escolas das malhas urbanas da região que estão a recusar alunos por falta de professores.

Em seguida a Deputada Sónia Nicolau reforçou as perguntas que não foram respondidas e disse que a recusa de alunos não é generalizável a todas as escolas da malha urbana de Ponta Delgada

Em reação o peticionário disse que não dispunha dos dados relativos aos professores destacados a funções de não docência, reforçando a necessidade de legislar à semelhança do resto do País. E fez referência ainda ao aumento de horários incompletos.

A Deputada Maria João Carreiro fez referência à paridade de legislação em Portugal. Questionou sobre se os 500/600 professores integrados na carreira era uma estimativa decorrente de anos anteriores. Fez ainda menção aos professores no exercício de outras funções e que são indispensáveis ao sistema e que é notória a falta de professores de substituição e apoio.

Em reação, o peticionário disse que o cálculo decorre da verificação do número de docentes necessários ao arranque do ano letivo. Acrescentou que a falta de professores é “gritante” relativamente à educação especial e que o número vai sendo alterado conforme vão sendo alterados os critérios de abrangência. Disse ainda que o regresso de professores em outras funções está previsto na legislação e quando for excedentário está prevista a deslocação dos docentes para outra escola.

A Deputada Sónia Nicolau referiu que o peticionário não respondeu às questões colocadas o que dificulta a perceção prática da fundamentação do objeto da petição. Por outro lado, deixou clara aquela que é a posição do Partido Socialista relativamente à precariedade de docentes e fez ainda referência a uma questão colocada no Plenário ao Sr. SREC, no respeitante ao número de professores a exercerem outras funções, ao que o mesmo respondeu que eram cerca de 1100 professores. Reafirmou que o passado comprova que sempre que há necessidades permanentes estas são ocupadas por abertura de vaga e deve-se ter em conta por grupo essas mesmas necessidades e que o cumprimento a nível nacional da Diretiva evocada foi garantido em primeiro lugar pelo Governo Regional dos Açores aquando da abertura do 1º concurso extraordinário. Concluiu que a aplicação desta Diretiva ou outro instrumento legal deve ter sempre presente o equilíbrio do Sistema Educativo Regional, nomeadamente a redução anual de alunos versus o aumento anual de professores.

A Deputada Maria João Carreiro interveio dizendo que é natural, como em qualquer sistema educativo, que entrem professores enquanto outros saem, afirmando ainda que o Governo Regional não está a cumprir a diretiva europeia. Em reações o Peticionário fez referência às propostas do SDPA que sempre foram em prol do sistema educativo e fez referência também aquela que é a diretiva europeia que a Região não está a cumprir. Reforçando a ideia do objeto da petição e que não é mais do que o cumprimento de uma diretiva europeia e do próprio Código de Trabalho. Relativamente aos horários incompletos, afirmou que houve um aumento de 50%.

Terminou referenciando que o arrastar da redução da componente letiva teve implicações no aumento dos atestados médicos.

2) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

O SREC começou por dizer que, com base naquela que é a pretensão da petição de integração nos quadros dos professores que desempenham a função de professor contratado disse considerar menor importante o número de professores e mais importante o número de vagas. Acrescenta que só assim ficam os docentes indispensáveis e os recursos certos às necessidades reais.

Relembrou ainda que em nos anos letivos 2014/2015 e 2016/2017 realizaram-se dois concursos extraordinários e dois concursos regulares que colocaram nos quadros 387 docentes que corresponderam às necessidades educativas identificadas.

Disse ainda que, aproximando-se aos sindicatos no que às vagas diz respeito afirmou que as vagas devem ser na medida em que estas se destinam a efetivas necessidades permanentes.

Deputado Artur Lima aos professores contratados no âmbito do ProSucesso com horários zero e perguntou em que outras “paragens” existem horários zero

e se essas outras “paragens” gerem bem ou mal os dinheiros públicos quando optam por esta solução.

Em resposta o SREC disse que se ia abster de comentar a boa ou má gestão de outros Governos e que num passado relativamente recente a opção dos horários zero provou-se ser uma má opção já que se traduz em dispensa de professores e que no âmbito do ProSucesso não foram contratados indiscriminadamente professores.

O Deputado Artur Lima voltou a intervir para fazer referência a trezentos professores contratados e que na sua opinião “deram jeito ao Governo”.

A Deputada Sónia Nicolau perguntou qual a consequência da abertura de 500 vagas imediatas, naquele que é o objeto imediato desta petição, reconhecido pelo peticionário, e, fazendo referência à Diretiva Europeia, questionou como se pode compatibilizar a aplicação da Diretiva com a garantia da sustentabilidade do sistema educativo regional.

Em resposta o SREC disse que se se procedesse à abertura de 500 vagas corria-se o risco de sermos confrontados com um número excedentário de professores no sistema educativo regional e passaríamos a ter nos Açores o que não existe: a multiplicação dos horários zero. Relativamente à Diretiva o Governo considera que não age ao arrepio da Diretiva com a abertura de concursos extraordinários em 2014, 2015 e 2016 para trezentas vagas que se entenderam serem necessidades permanentes. Acrescentando que há meios de aferir legalmente a interpretação diferenciada entre o Governo e uma estrutura sindical.

A Deputada Maria João Carreiro, considerando não haver limites à contratação sucessiva nos Açores e havendo desigualdade entre os professores no Continente e os professores dos Açores, questionou sobre o número médio de docentes necessários no início de cada ano letivo e relativamente a esse número quantos docentes contratados eram colocados a 28 de agosto e em setembro.

Endereçou mais perguntas, nomeadamente qual o número de docentes contratados que já foram sujeitos a mais de quatro contratos a termos resolutivo com horário completo e colocados no início de cada ano letivo; quantos docentes não estão efetivamente a lecionar nos anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018; quantos docentes seriam integrados no sistema educativo regional se assumissem todos aqueles que já fizeram 3 anos consecutivos. Por último, perguntou quantos docentes estão a desempenhar outras funções, seja no âmbito do ProSucesso, seja afetos a outras funções não educativas, como por exemplo, em comissão de serviço, em conselhos executivos, em cargos dirigentes.

Em resposta o SREC disse que quando for detetada uma necessidade permanente abrir-se-á uma vaga. Relativamente a docentes que não lecionam (em funções transitórias) fez referência às suas declarações na ALRAA e que este ano letivo o número não se altera. Acrescentou ainda que no ano passado foram contratados oitocentos e dezoito e que este ano foram oitocentos e cinquenta e quatro sendo que as razões do acréscimo se devem, por exemplo, à saída para o Continente e/ou Madeira de muitos professores dos Açores (mais de cento e vinte) e que o fizeram em setembro quando já não era possível abrir vaga para o quadro.

O Deputado Paulo Estevão pediu a evolução do nº de alunos dos últimos cinco anos e a evolução do número de turmas no sistema educativo regional. Perguntou ainda qual a projeção do número de alunos para o sistema educativo regional nos próximos cinco anos.

Em resposta o SREC disse que não dispunha dos dados pretendidos, mas que junto da Direção Regional da Educação é possível arranjar dados passados sendo que possíveis dados futuros não serão fidedignos por não serem a realidade. Relativamente ao número de turmas esse valor não tem diminuído porque o número de professores não diminuiu à mesma proporção que tem diminuído o número de alunos.

O Deputado Paulo Estevão disse que estes dados são importantes para que se possa perceber as reais necessidades de admissão de professores contratados.

O SREC reagiu dizendo que os dados relativos ao passado são de fácil consulta por parte do Governo Regional. Acrescentou ainda que o facto de professores lecionarem dois anos letivos concorda, apesar de não ser a melhor solução, é uma opção que permite muitas vezes a manutenção das próprias escolas abertas e que a admissão de professores tem sido realizada com base nas reais necessidades do sistema educativo regional.

A Deputada Maria João Carreiro perguntou, no universo dos quinhentos e vinte e cinco professores, quantos estão há dez anos em contratações sucessivas e que diligências tem sido feitas junto do Governo da República para facilitar o acesso à aposentação, no seguimento do comentário do Senhor Secretário relativamente a esta questão.

Em resposta o SREC diz que tem sido frequente essa questão em reuniões que tem tido com os responsáveis da tutela e as reações foram positivas, mas que ficou com uma sensação de que é uma questão de que supera o próprio Ministério da Educação.

A Deputada Sónia Nicolau reforçou a sua pergunta anterior para que fique claro o impacto da admissão imediata de 500 professores no equilíbrio no sistema educativo regional e o SREC reforçou a resposta anteriormente dada.

No final, o Deputado Paulo Estevão reiterou a solicitação dos dados projetivos do número de alunos a dez anos, tendo o SREC dito que iria tentar recolher alguma informação com esse teor, embora salvaguardando a possibilidade de que esses dados, pela sua natureza projetiva, não sejam fidedignos. Foi consensual, contudo, que a receção desses dados não deve condicionar a emissão de parecer por parte da Comissão de Assuntos Sociais.

Outros pareceres:

O parecer solicitado e recebido é anexo deste Relatório.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 440 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
2. A presente petição tem como principal objetivo a limitação a três contratos sucessivos a termo para os docentes que desempenham funções no contexto do sistema educativo regional dos Açores, independentemente da justificação para a contratação.
3. Esta pretensão, a médio e longo prazo, segundo declarações do SREC, trará à realidade dos professores o “horário zero”, que atualmente não existe nos Açores.
4. Entende-se que o número de professores deverá estar relacionado com o número de alunos em cada ano letivo, salvo situações excecionais, uma situação que conhece várias oscilações.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator, João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação do relatório da Petição. Abro agora as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Vem o peticionário, Sr. José Gaspar, nos termos regimentais, solicitar que este órgão legislativo legisle sobre a matéria da Petição e que verse sobre dois pontos:

O primeiro pretende o peticionário que haja a produção de legislação, regulamento, de concursos de pessoal docente que ponha fim ao exercício de funções de docentes por contratos sucessivos.

Para suportar o pedido no primeiro ponto os peticionários recorrem à aplicação na Diretiva 1999/70/CE e à existência de docentes contratados a termo anualmente.

Na conjugação de ambas as premissas sustentem que o sistema educativo regional deveria desencadear procedimento concursal para efetivar no mínimo 500 professores.

Ora, naquele que é o entendimento do Grupo Parlamentar, numa análise ao sistema educativo regional, naquelas que são as premissas e que relevam para a

análise a este Petição, gostaríamos de chamar a atenção pelo menos para sete considerações que aqui queremos partilhar com a Casa:

A primeira – todos os anos, como é do conhecimento, se assiste à abertura procedimental de contratos para docentes nos diferentes grupos.

Em 2014, 2015 e 2016, decorreram concursos extraordinários para a vinculação de 220 professores em quadros de escola;

Terceiro ponto – à data de 17 de março de 2017, existiam em funções diversas, aqui referido nesta Casa no âmbito do debate de um diploma, 1198 docentes a exercerem outras funções, quer exclusivas na área da docência ou não;

Quarta consideração – por consequência da aplicação do regulamento do concurso de docentes aprovado por unanimidade em março de 2017, assistimos à mobilidade de docentes dos Açores para o continente, pelo que no concurso de 2017/2018 a decorrer, foram disponibilizadas 214 vagas para o concurso interno;

Quinta referência – em 2015, a taxa de docentes nos quadros de escola é, em média, em todos os ciclos, de 83%;

Sexta referência – desde o ano de 2000/2001, ao ano letivo de 2015/2016, o número de alunos inscritos nas escolas da Região Autónoma dos Açores, diminuiu em cerca de 23%;

Última referência – no mesmo período, o número de professores na Região Autónoma dos Açores aumentou em 16%.

Ainda importa referir que a legislação existente no Estatuto da Carreira Docente garante nos seus artigos 43 e 44, devidamente conjugados, que em caso de necessidades permanentes, serão abertas vagas, nomeadamente no respeitante ao recurso sistemático a docentes contratados por períodos superiores a três anos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: No que diz respeito à segunda parte do pretendido pelos petionários, em que é referido a existência de discriminação das condições de trabalho entre docentes da Região Autónoma dos Açores e de docentes açorianos para com docentes no resto do país, no que é o nosso entendimento, na análise que conseguimos fazer em sede de Comissão, não identificamos a pretensão do petionário, ou seja, que haja discriminação das condições de trabalho entre docentes da Região Autónoma dos Açores e de docentes açorianos para com docentes do resto do país.

Ateste-se, por exemplo, que nos Açores, aos docentes que integram a carreira, é garantia da contabilização de todo o tempo de serviço no período em que a relação contratual era a termo, quando estes passam para uma relação efetiva com o quadro de escola, sendo que a partir deste momento estão elegíveis para concorrer com todos os direitos no Estatuto da Carreira Docente.

Por outro lado, e penso que é importante também aqui partilhar com a Casa, de acordo com o parecer recebido pelo SPRA – Sindicato de Professores da Região Autónoma dos Açores, no que respeita às condições de docentes no continente, destaca-se o seguinte e passo a citar (isto dito pelo parecer do SPRA):

“Existem ultrapassagens de docentes mais graduados por outros menos graduados. Importa aqui referir que nos Açores tal não acontece”, ou seja, não há esta ultrapassagem e é referido pelo próprio parecer do sindicato.

Diz ainda o SPRA que “o Ministério da Educação não coloca docentes no quadro da escola, mas sim em quadros de grande dimensão.

Ora, tal nos Açores não acontece e pensamos ser importante aqui referenciar esta duas matérias entre outras que o SPRA refere como diferenças dos docentes do continente para com os Açores e pensamos que estas duas diferenças devem aqui ser assinaladas.

É notório, naquilo que nos é possível aferir não só pelo parecer do SPRA, como por aquilo que foi dito em Comissão, que não há qualquer discriminação negativa dos docentes dos Açores no comparativo com os docentes no continente.

Importa relembrar, por exemplo, só a título de exemplo, a inexistência de quotas para aceder a escalões na carreira docente. Tal não existe nos Açores, mas existe no Continente.

Portanto, pensamos que estas situações devem ser relembradas quando efetivamente se faz esta análise a esta mesma Petição.

Por esses motivos, entre outros, não identificamos qualquer discriminação negativa dos docentes dos Açores no que respeita à relação laboral para com os docentes do continente, muito menos pelo contrário.

Assim, no nosso entendimento, não é atendível a afirmação referenciada na Petição como precariedade infinita, uma vez que há sempre, quando em condições para tal e no equilíbrio no sistema educativo para regional, através dos artigos 43.º e 44.º, do Estatuto da Carreira Docente, o mesmo é dizer as condições que justifiquem a exigência para suprir necessidades permanentes do sistema educativo regional, ou seja, a abertura de vagas, pelo que, em tempo útil, esta Casa diligenciou legislação para que tal acontecesse e repito aquilo que há pouco dizia: é precisamente esta mesma legislação e o regulamento de concursos aprovado por unanimidade nesta mesma Casa, faz agora um ano, que garante que cerca de 83% dos professores estejam efetivos nos quadros de escola e não como acontece nos quadros do Ministério de Educação, tal como acontece, dizia eu, ao nível do continente.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está alerta para situações específicas de necessidades de grupos de recrutamento e tal como presenciado em sede de comissão também avaliamos esta mesma posição por parte do Governo, havendo o acompanhamento muito minucioso e é bem prova,

aliás, dos concursos extraordinários já ocorridos e este mesmo concurso que neste momento está a ocorrer.

Queremos aqui referenciar que nos parece ser importante o Grupo Parlamentar ter a conta a realidade do número de alunos docentes no sistema educativo. Repetimos que desde o ano 2000 tem tido uma redução em cerca de 23% e assistiu-se, por outro lado, a um aumento de docentes em cerca de 16% e com responsabilidade, estes dados, aqui, nós partilhamos, eles estão disponíveis por estatísticas apresentadas pela Secretaria da Educação, mas entendemos que estes dados são importantes para a análise daquilo que é pedido por parte dos peticionários.

Por fim, e com total transparência para com os 400 peticionários, o Partido Socialista não pode concordar com esta Petição, não só na forma como se apresenta e nos argumentos que aqui são expostos, uma vez que é nosso entendimento que os efeitos que a mesma poderá produzir será o de existência de horários zero, uma vez que teríamos como excedente, no mínimo, 500 professores. Esta é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista face a esta pretensão apresentada na Petição subscrita pelo Sr. José Gaspar.

Muito obrigada.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata começa naturalmente por saudar a iniciativa dos peticionários num pleno exercício de direito que está consagrado na lei fundamental.

Num estado de direito democrático, no qual se impõe a participação dos cidadãos, na decisão contra a definição das políticas públicas, e que na

definição das políticas públicas há um bem comum a defender, a presente Petição assume particular relevância no que há educação diz respeito, precisamente no debate sobre a educação como eixo prioritário estratégico do desenvolvimento da nossa Região, fator primordial de equidade e justiça social. No dia 25 de agosto de 2017, deu entrada nesta Casa a presente Petição com 440 assinaturas tendo como primeiro subscritor José Gaspar, reivindicando (passo a citar) “o fim do recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores por via da limitação do número de contratos sucessivos a termo que o Governo Regional dos Açores pode estabelecer com os docentes que desempenham funções no contexto do sistema educativo regional dos Açores, tal como tem sido implementado pelos Governos da República e Região Autónoma da Madeira”.

A educação, meus senhores, deve ser uma prioridade. Exige-se uma política educativa que garanta a igualdade de acesso a todas as crianças e jovens da nossa escola, promovendo o ensino de excelência e conseqüentemente a igualdade de oportunidades.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Atingir a maior equidade na educação não é apenas imperativo social, é também uma forma de utilizar os recursos com maior eficácia e promover a coesão social.

Neste sentido, a valorização e dignificação da classe docente constitui um instrumento fundamental na promoção do sucesso educativo, em particular a criação de condições de estabilidade do corpo docente assumem um papel insubstituível para que os educadores e professores possam desempenhar o seu trabalho na construção de uma escola mais democrática e inclusiva, tal como enuncia o Decreto-Lei 28/2017, de 15 de março, precisamente o mesmo Decreto-Lei que prevê no seu artigo 4.º um regime extraordinário de integração de docentes e prevê no seu artigo 42.º uma norma travão, precisamente uma

norma que limita a contratação sucessiva de docentes (estou aqui a invocar a legislação nacional).

Mas a promoção da estabilidade da carreira docente realiza-se não só pela criação de medidas preventivas, como também pela materialização de iniciativas que potenciem a equidade no sistema.

Vamos então, no que diz respeito à Diretiva Comunitária que é por várias vezes invocada, seja pelo Sindicato Democrático, seja pelo SPRA.

No que diz respeito à Diretiva Comunitária n.º 1999/70/CE, de 28 de junho, esta estabelece dois princípios fundamentais sobre a contratação e relações de trabalho a termo, nomeadamente:

- O princípio do não abuso no recurso à contratação a termo e,
- O princípio da não discriminação dos trabalhadores que exercem funções de contratos ou relações de trabalho a termo.

Por outras palavras, o objetivo primordial desta diretiva é limitar o número de contratos a termo resolutivo.

É precisamente este limite que não está a ser respeitado na Região Autónoma dos Açores no que diz respeito ao setor da educação.

A ausência de uma norma travão, tal como existe no continente e na Região Autónoma da Madeira, não existe na Região Autónoma dos Açores, tal como pretende o Governo Socialista aqui iludir os docentes açorianos. Esta norma não existe!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: A verdade é que temos centenas de docentes na Região que são sucessivamente colocados ano após ano no sistema educativo regional por via de contratos de trabalho a termo certo.

O número significativo de docentes que inicia as suas funções a 1 de setembro e que termina a 31 de agosto é significativo e dá bem nota de que há necessidades

permanentes no sistema educativo regional que estão a ser colmatadas de forma precária.

Assistimos na Região a um sistemático recurso à contratação a termo, promovendo não só a precaridade laboral, como vem invocado pelos próprios sindicatos na classe docente, como também as desigualdades salariais.

A verdade é que o princípio da não discriminação dos trabalhadores de contrato a termo, que está ínsito na diretiva e que permanece nessa mesma diretiva, também não tem o adequado tratamento na Região. Isto porquê? Porque os docentes do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, contratados a termo nos estabelecimentos públicos, exercendo as mesmas funções, continuam a ser remunerados por índices abaixo do previsto para os seus colegas, com o mesmo tempo de serviço, mas contratados por tempo indeterminado, ou então estão a beneficiar de condições de organização dos seus horários de trabalho, designadamente reduções de componente letiva de que estes usufruem.

Estamos, mais uma vez, perante uma grosseira discriminação do trabalho que é prestado em regime de contrato de trabalho a termo, o que contraria claramente o conteúdo e o propósito da diretiva.

A verdade é que o Governo Regional continua sem resolver a situação precária de cerca de cerca de 500 docentes contratados.

O próprio SPRA no seu parecer (passo a citar) di-lo: “o combate à precaridade docente na Região tem sido realizado de forma mitigada.”

E o parecer do SPRA ainda vai mais longe: “sob a Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho, ela apresenta-nos dois pressupostos: o primeiro tem-se verificado de difícil aplicação na educação; o segundo pressuposto, não está a ser cumprido”.

Neste sentido, o PSD-Açores está e esteve sempre disponível para alcançar consensos que garantam uma melhora educação para os seus alunos, não descurando o papel fundamental dos docentes na Região.

E, por isso, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores partilha das preocupações dos peticionários pelo que defende e continuará a defender, em cumprimento efetivo da mencionada diretiva comunitária, a introdução de uma norma na Região que limite a contratação sucessiva a termo dos docentes, tal como existe no resto do país, garantindo o princípio da não discriminação e o estabelecimento de um quadro para evitar precisamente os abusos decorrentes de utilização de sucessivos contratos de trabalhos a termo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que nós temos que olhar para esta matéria que estes peticionários aqui nos trazem com muito sentido de responsabilidade e com capacidade para analisar esta questão com uma perspetiva do interesse regional, além da defesa dos interesses dos professores. Penso que nos une a todos.

Há uma questão que eu considero que é fundamental: é olhar para a nova situação que se está a criar no âmbito da existência de professores a concorrer para os Açores e do número de professores suficientes para garantir que não vamos ter no nosso sistema de ensino uma situação que tínhamos no final da década de 90.

Eu fui professor no final da década de 90 na Terceira, nos Biscoitos, e uma parte muito significativa, um terço dos professores, não tinha as habilitações suficientes, não tinham habilitação profissional.

Essa situação inverteu-se ao longo destes anos e, meus senhores, é preciso olhar para a situação que o país e a região vão enfrentar nos próximos anos e é bastante preocupante para a nossa Região e já está a ser.

Vou dar aqui alguns dados. Tirei esta folha hoje, que é em relação à existência de professores por colocar em diversos grupos.

Vejam bem, o meu grupo, que é o grupo de história, que há uns anos era difícil obter colocação (no meu tempo, quando concluí a licenciatura), neste momento se um professor de história adoecer não tem ninguém que o possa substituir. Não há ninguém que o possa substituir.

Neste momento tenho notícia de que há disciplinas do 12.º, há alunos que vão fazer exames, e já não têm professor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isto é bastante preocupante para os pais, para os alunos que vão realizar exames e que não têm o professor a dar aulas. Não são muitos casos, não quero aqui avançar e dramatizar. Não é algo que aconteça de forma massificada, mas já existem e fundamentalmente quando estamos em abril esta questão vai aprofundar-se.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Informática!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não havia necessidade!

O Orador: Vejam bem! Por exemplo em música, se adoecer um professor ou se surgir uma indisponibilidade de outra natureza, já não existe também nenhum professor para colocar.

A mesma coisa, por exemplo em francês, no grupo 320. Também já não há nenhum professor para colocar.

Em português/francês, por exemplo, já só estão dois e em Biologia e Geologia, por exemplo, já só estão sete, ou em Geografia estão três. Ou seja, a lista está a

esgotar-se muito rapidamente. Em informática estão só três; em educação especial, por exemplo, só quatro.

Temos aqui outros, vários grupos também, em que já não existe nenhuma disponibilidade.

Esta é uma situação preocupante.

O que eu acho é que a Região deve reanalisar toda a política de contratação de docentes, porque daqui a um ano ou dois, ou três, já não temos os docentes suficientes para lecionar nos Açores e se calhar vamos ter que criar outra vez um quadro de incentivos como tínhamos até há uns anos atrás para captar professores, até porque (vejam bem!) os números são muito preocupantes: 45% dos professores a nível nacional têm mais de 50 anos, 45,7%. Apenas 0,4 (repito 0,4) têm menos de 30 anos.

Portanto, há um envelhecimento da classe docente. É necessário preparar-nos para esse cenário. Por exemplo, eu lembro-me de coisas práticas. Em relação às penalizações, não podemos continuar a ter penalizações de dois anos, por exemplo, quando as penalizações são inferiores a nível nacional.

Portanto, é necessário dar resposta urgente a esta matéria, porque já está a ter efeito prático. Já não temos professores nalgumas disciplinas e é necessário rever e tornar atrativo novamente a contratação de professores nos Açores.

Quando se coloca esta questão, eu penso que temos que olhar com racionalidade e com interesse. Eu estou preocupado. Eu nunca pensei que a questão evoluísse de forma negativa tão rapidamente.

Eu próprio não antevi – digo-lhe com humildade – que a situação se degradasse tão rapidamente, mas temos que responder com urgência e temos que tornar atrativo novamente o nosso sistema de contratação de professores.

Por isso esta questão tem que ser olhada com muita responsabilidade.

Sr. Secretário, eu pedia-lhe também que analisasse, que fizesse um estudo, de médio prazo para percebermos quais são as nossas necessidades a médio prazo.

É evidente que a bem da verdade é preciso dizer que esse estudo não tinha que estar preparado antes da análise desta Petição. Foi assim decidido em Comissão. Mas é urgente equacionar as necessidades que o sistema tem e pensar rapidamente que temos que melhorar a atratividade do nosso sistema de contratação de professores, porque a situação é muito preocupante já este ano e é preciso dar resposta já aos professores, aos alunos que não têm professores, e que não vão ter, de abril até junho, porque vamos ter algumas situações, dar resposta imediata e tentar agilizar os processos.

Mas a previsão é esta: isto vai piorar e muito nos próximos anos e é necessário dar respostas.

Eu quero dizer aos peticionários, quero dizer ao Sr. Secretário e aos restantes grupos parlamentares, que estou (não estou a fazer um crítica ao Governo Regional, acho que estou a fazer uma intervenção com sentido de responsabilidade) disponível para encontrar soluções, estou disponível para dar o meu contributo nesta matéria, o meu humilde contributo, mas há uma coisa que eu não tenho dúvida, olhando para estes dados: é preciso responder e depressa...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Quais dados?

O Orador: ... porque a situação está a degradar-se muito rapidamente e provavelmente para o ano já vamos ter muita dificuldade em contratar professores, por exemplo, para as ilhas de menor dimensão, mais afastadas e mais periféricas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com os peticionários.

Temos, no entanto, de discordar da proposta dos peticionários, porque coloca em causa matérias fundamentais da realidade do Sistema Educativo Regional.

Entre outros aspetos, salientamos os seguintes:

- subverte o critério da graduação profissional e da experiência no ensino na vinculação de docentes, aumentando a importância de fatores aleatórios;
- permitirá o aumento de horários zero, com as consequências que daí podem vir, nomeadamente causar instabilidade nos docentes que, por algum motivo, deixam temporariamente de lecionar;
- pelo motivo anterior, coloca em causa a gestão democrática das escolas, porque nenhum docente quererá participar nos conselhos executivos, se o seu lugar estiver em risco;
- pode obrigar, pelo excesso de professores numa determinada escola, a que regresse a possibilidade de todos os docentes tenham de lecionar em várias escolas.

Com o prejuízo que aqui demonstramos, esta solução de combate à precariedade só pode voltar docentes contra docentes, porque agrava a vida da esmagadora maioria, ao mesmo tempo que não resolve a situação de precariedade vivida por muitos.

O PCP só pode concordar com o objetivo de combater a precariedade docente, mas tal tem de se fazer pelo modelo do concurso centralizado. O grande problema é a teimosia da tutela e do Governo Regional em não abrir as vagas para quadro de escola que correspondem às verdadeiras necessidades permanentes. Será por aí que se tem de resolver o problema.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero em primeiro lugar quero saudar todas e todos os peticionários, na pessoa do primeiro peticionário, prof. José Eduardo Pedro Gaspar. Esta Petição, contra o abuso à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores, traz mais uma vez trazem o tema da precariedade laboral, mais especificamente da precariedade dos professores, a esta Assembleia.

Em termos relativos, temos mais professores precários nos Açores do que no resto do país e os números têm vindo a subir. É isso mesmo que diz o mais recente Relatório do Estado da Educação. No que diz respeito aos docentes do primeiro ciclo do ensino básico, em 2014, 7,3% dos professores eram contratados. Em 2016 já eram 11,3%.

No segundo ciclo do ensino básico, de 2014 para 2016, o número de professores precários manteve-se estável, enquanto na Madeira e no continente verificaram-se reduções muito substanciais.

Mas é no 3.º ciclo e secundário que a proporção de professores precários atinge uma dimensão absurda. Em 2016, os professores contratados nos Açores eram 22,5% do total, o que contrasta com os 18,9% no continente e os 6,1% na Região Autónoma da Madeira.

E por que é que nos Açores estes indicadores têm de ser quase sempre piores do que no resto do país? Porque o Governo Regional, como bem identificam os peticionários, recusa-se ano após ano a cumprir a diretiva europeia 99/70/CE relativa aos sucessivos contratos a termo.

Os peticionários afirmam que, para além da precariedade indefinida, a não aplicação dos princípios nesta Diretiva promove a desigualdade de condições remuneratórias, a restrição à redução da componente letiva e a diferenciação dos períodos avaliativos do desempenho, o que leva à diferenciação de condições de trabalho entre trabalhadores com vínculos laborais diferentes.

No continente a legislação que visa limitar a contratação sucessiva de docentes data de 2014 e tem sido melhorada, tendo sido limitada, no último orçamento

do Estado, a contratação sucessiva a três contratos por proposta do Bloco de Esquerda.

Nos Açores, as propostas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que vão no mesmo sentido, têm sido chumbadas pela maioria do Partido Socialista. E temos apresentado as mesmas propostas sucessivamente aquando da discussão das propostas de orçamento da região e na última alteração ao regulamento de concursos de pessoal docente.

São, portanto, o Partido Socialista e o Governo Regional, os responsáveis por tão grandes números de precariedade docente nos Açores.

Para não aprovar as propostas do Bloco de Esquerda, propostas que visam apenas introduzir a mais elementar justiça nesta área, o Governo Regional, e o Partido Socialista, como já fez aqui hoje, alerta de forma alarmista para o que chama de “praga dos horários zero”, praga esta que só o Governo Regional e o Partido Socialista é capaz de vislumbrar.

Como o Sr. Deputado Paulo Estêvão identificou, provavelmente o perigo é não termos professores daqui a alguns anos e não temos professores a mais.

Ou seja, para aproveitar-se de mão-de-obra barata, com menos direitos, o Governo Regional acena com problemas imaginários. Numa região com os níveis de insucesso e abandono que tem os Açores, ter mais professores disponíveis, motivados, valorizados na sua carreira é parte do caminho para um sistema educativo que contribua decisivamente para o desenvolvimento social e económico dos Açores.

Não bastando a manutenção destes níveis de precariedade devido a políticas economicistas, o Governo Regional ainda tem o requinte de não pagar aos professores contratados a indemnização devida pela caducidade dos contratos.

Os professores contratados, em situação de desempregado, não têm por isso direito a indemnização por decisão do Governo Regional.

O Provedor de Justiça, em 2011, recomendava o pagamento de compensação aos professores pela caducidade do contrato, mas o Governo Regional fez até hoje orelhas moucas desta recomendação, ao contrário do que aconteceu no resto do país.

O Bloco de Esquerda apresenta, ano após ano, propostas de alteração ao orçamento para repor este direito. Têm todas tido o mesmo destino: o chumbo do Partido Socialista que assim mantém nos Açores esta indecente exceção.

Sras. e Srs. Deputados, acabar com a precariedade docente exige, acima de tudo, uma coisa muito simples: vontade política.

Mas isso é coisa que nem este Governo nem o Partido Socialista nos Açores têm.

Um professor contratado durante três anos, consecutivamente, é absolutamente necessário no nosso sistema educativo,

Os concursos extraordinários que têm sido realizados não estão, de forma alguma, a integrar todos os professores que constituem necessidades permanentes e a prova disso mesmo é a manutenção e até aumento da precariedade docente nos Açores.

O Bloco de Esquerda continuará por isso a apresentar as propostas necessárias para integrar nos quadros os mais de 500 professores, que são necessários nas nossas escolas e que esperam e desesperam por ser feita justiça.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar os peticionários pela apresentação desta Petição, contra o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente o primeiro signatário, o Sr. José Eduardo Pedro Gaspar,

pois sem dúvida que iniciativas como esta são um importante contributo para a aproximação entre a sociedade e os representantes eleitos, e neste caso em concreto uma reflexão sobre a precariedade dos professores na Região.

O que os peticionários denunciam através desta Petição, é uma situação discriminatória que acontece na Região e que gera bastante indignação na classe docente, pretendendo que seja criada legislação que estabeleça normas pondo fim ao exercício de funções docentes por contratos sucessivos, temos professores com 10 anos de contratações sucessivas, bem como, terminar com a discriminação das condições de trabalho entre docentes da Região, mas também entre os docentes da nossa Região com os do resto do país.

Neste momento os Açores não cumprem com os princípios estabelecidos na Diretiva do Conselho Europeu, de 28 de junho, quer no que assenta no combate ao uso excessivo da contratação que tem a sua transposição nacional para o código de trabalho, quer o princípio do trabalho igual, ou de igual valor, salário igual, e que pressupõe que os docentes contratados tenham um salário igual aos docentes em carreira com o mesmo tempo de serviço. E não nos restam dúvidas que a precariedade verificada com esta realidade tem de terminar, e o recurso abusivo à contratação sucessiva de docentes é um desrespeito para esta classe, para além de nada abonar a favor da estabilidade dos quadros de pessoal docente.

É verdade que existem (e falou-se em sede de Comissão e já agora aqui na apresentação da Petição) concursos extraordinários. É verdade que estes existem, mas não é a abertura desses concursos que faz com que fique ultrapassada a questão da irregularidade quanto ao incumprimento verificado pela não aplicação da legislação. O Governo Regional não está a cumprir os princípios estabelecidos na referida diretiva!!

Também em sede de Comissão foi afirmado pela Deputada do Partido Socialista, e passo a citar: “a aplicação desta Diretiva ou outro instrumento legal

deve ter sempre presente o equilíbrio do sistema educativo regional, nomeadamente a redução anual de alunos versus o aumento anual de professores”.

Mas então surge a questão: mas agora o cumprimento de legislação, de diretivas europeias ou do código de trabalho é opcional? É quando dá jeito??!! Acho que não!

Depois coloca-se a questão dos horários zero, mas a verdade é que todos nós sabemos das necessidades que existem de professores de apoio ou substituição por toda a região. O senhor secretário afirmou, em sede de Comissão, que considera menor importante o número de professores e mais importante o número de vagas, pois só assim ficam os docentes indispensáveis e os recursos certos às necessidades.

No entanto, no que concerne, e falando apenas de professores de apoio e/ou substituição as necessidades estão longe de serem satisfeitas, só se “necessidades” para o Governo é sinónimo de “serviços mínimos”, pois de nada serve dizermos que os alunos têm professores de apoio, quando todos nós sabemos que os professores muitas vezes têm de andar a tapar buracos de lado para lado e não conseguem dar apoio aos alunos que necessitam de apoio, de uma forma regular. Dão, sim, de uma forma “esporádica”!! Isto acontece em muitas escolas da Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não é verdade!

A Oradora: É verdade sim senhor!

Não é esse respeito que quer os professores, quer os alunos merecem! É isto que acontece. Mas se não acontece nas outras ilhas, tenho a certeza que o Deputado André Rodrigues que é de São Jorge conhece o que acontece na realidade em São Jorge.

Como tal esta é uma questão que se tem vindo a arrastar ao longo dos anos e que tem que ser ultrapassada, mas acima de tudo que seja cumprida a lei em vigor.

Se em tanta coisa os açorianos tem que cumprir a lei, por que é que nesta situação o Governo não cumpre a lei?

Como tal, os professores não podem estar a ser sucessivamente contratados 7, 8, 10, 12 e 15 anos. Isto é uma situação que tem que ser ultrapassada e que o Governo Regional tem de a resolver.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos este ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17h10.

Eram 16 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçam que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto oito da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 52/XI – “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de Revisão Constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da República Portuguesa, de forma a**

eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais”.

Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é mais uma medida, mais uma iniciativa que se pode perfeitamente inscrever dentro do âmbito daquelas que tenho apresentado no âmbito do aprofundamento do autogoverno do povo dos Açores.

Neste caso, no caso desta proposta, é a primeira vez que a apresento aqui no Parlamento dos Açores.

Eu próprio tive durante muito tempo muitas dúvidas sobre esta questão, mas devo dizer que neste momento considero esta medida, a criação de partidos políticos regionais, absolutamente fundamental para o aprofundamento da autonomia e, mais do que isso, para que as pessoas, a sociedade açoriana, possam apresentar projetos políticos de outro âmbito, livremente, porque o que se pretende numa democracia é que exista liberdade para a apresentação de projetos políticos de diversa natureza, sempre e quando, e quero deixar isto aqui bem claro, que concordo com alguns limites, como por exemplo, a apresentação, a proibição de organizações políticas de carácter fascista ou que defendam ideias como o racismo ou outras perspetivas totalitárias.

Portanto, estou de acordo com a existência desses limites, até porque a história ensina-nos e vemos o que aconteceu na Alemanha antes da II Guerra Mundial em que os sistemas parlamentares, os sistemas eleitorais eram mais permissivos, que permitiu que partidos desta natureza chegassem ao poder.

Portanto, nesta matéria, o que eu considero é que nada justifica que se mantenha neste momento a proibição constitucional da criação de partidos regionais.

O artigo 51.º da Constituição, o n.º 4, o que diz é o seguinte: “não podem constituir partidos que pela sua designação ou pelos seus objetivos programáticos tenham índole ou âmbito regional.

Devo dizer que esta é uma discussão que já deveríamos ter tido nessa Assembleia, neste plenário, há mais tempo.

A Região Autónoma dos Açores já tomou uma posição sobre esta matéria, a Assembleia Legislativa. Foi logo em 94, uma Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 14/94/M, em que afirmavam que “a proibição da constituição de partidos de índole regional não tem cabimento” e propunham que esta norma fosse retirada.

Neste momento, devo dizer que fundamentei grande parte do Projeto de Resolução com a opinião do atual Presidente da República, que é um ilustre constitucionalista, mas mais do que isso, também é interessante, também é um Deputado da Constituinte, alguém que esteve na Constituinte entre 1975 e 76. Portanto, foi um dos responsáveis pela discussão da Constituição durante aquele período.

Vale a pena ... Eu tenho aqui – isto é uma Separata da Revista Direito e Justiça, e é de 1996 – o parecer do atual Presidente da República, na altura Prof. de Direito (estava exercendo essas funções). Dizia ele: segundo ele, segundo o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, “trata-se de uma norma que foi incluída na Constituição logo na sua versão original, mas sem grande debate. Ela foi ideia do Dr. Vital Moreira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comunista!

O Orador: ... que caiu do céu no momento da redação final do texto constitucional, nas disposições finais e transitórias.

Apareceu sem ter sido precedida de debate, sem ter por base qualquer projeto ou quaisquer discussões, na generalidade ou na especialidade, vindo por isso mesmo a ter uma inserção sistemática um pouco absurda”.

Esta é a opinião do Sr. Presidente da República, mas vou continuar a citar pelo seu interesse histórico e também pelo seu interesse político, porque eu não vou esconder a esta câmara que o facto deste Professor de Direito Constitucional ser hoje Chefe de Estado também é interessante e é por isso que eu o estou a citar, dado o peso político e as funções que o mesmo ocupa.

“O atual Chefe de Estado refere depois que defendia e continua a defender que “não entra na lógica da Constituição uma incorporação partidária no sentido material e apenas no sentido formal dos partidos políticos. Tal justifica que não se pudesse logo liminarmente proibir um partido só perante a denominação e perante o seu programa, independentemente de qualquer atuação”.

“Tendo em conta estas e outras apreciações que realizou na já citada intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa conclui que “não se justifica a manutenção da proibição dos partidos regionais [“não se justifica manter a proibição dos partidos regionais]. Se há outros domínios em que se justifica uma firmeza clara em matéria de unidade do Estado Português projetada em dispositivos constitucionais, há dispositivos que são excrescências, a meu ver, em larga medida desnecessárias”. O atual Presidente da República conclui então a intervenção, realizada no já referenciado Colóquio, defendendo “a supressão da disposição em apreço”: a proibição de partidos regionais.

Esta era, e julgo que continua a ser, a opinião do Presidente da República e, de facto, a proibição de partido regionais prejudica a livre associação da cidadania nos Açores, porque evidentemente como acontece no resto da Europa e a Sra. Presidente agora nas funções que desempenha na CALRE tem essa experiência, tem outros presidentes de outros Parlamentos, nomeadamente das Regiões Autónomas Espanholas ou Italianas, em que existem partidos de âmbito regional.

Evidentemente que esses presidentes compreendem pouco ou têm muita dificuldade em compreender como é que existe uma proibição dos partidos regionais, algo que é inconcebível na maior parte dos países da Europa Ocidental.

Como é que na Bélgica, ou na Espanha, ou na Itália era inconcebível que fossem proibidos partidos de âmbito regional. Muitos deles governam, como por exemplo nas Canárias, em que é a coligação Canária que governa atualmente a Comunidade Autónoma Espanhola, ou como por exemplo no País Basco ou em muitas outras Regiões em que estão presentes forças políticas de carácter regional ou também na Bélgica em que se tem um papel absolutamente decisivo e em que as pessoas votam e se reveem nessas forças políticas.

Eu acho que é algo que neste momento limita a democracia nos Açores é a proibição, a manutenção da proibição dos partidos. Todos os partidos que aqui estão representados são partidos de âmbito nacional, inclusivamente o meu.

É evidente que na minha perspetiva tem que existir a coragem política de se tomar aqui uma posição política importante, esclarecedora, em relação ao que é que pensam as diversas forças políticas em relação a esta matéria,...

Deputado André Bradford (PS): Ah!... Está a chegar lá!

O Orador: ... no sentido da Assembleia Legislativa tomar uma posição, porque neste momento já sabemos o que é que pensa a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, mas a Assembleia Legislativa da Região dos Açores nunca tomou uma decisão, nunca tomou uma posição sobre esta matéria e é da maior importância que o faça e é da maior importância do ponto de vista político, porque é evidente que se esta for a pretensão do povo açoriano, por nós representado, por todos nós representado nesta Assembleia, essa medida será absolutamente decisiva no âmbito de uma próxima revisão da Constituição Portuguesa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Efetivamente mais de quatro décadas depois do 25 de abril não se compreende que o direito a formar partidos regionais não seja o equivalente e no mesmo patamar do que um partido nacional. E a tentativa que se fez de tentar justificar a não formação de partidos regionais ou de cariz regionalista que podiam ser comparados ou comparáveis a partidos de ideologias racistas ou fascistas, ou que fazem apologia da violência, não tem nenhum cabimento na sociedade em que vivemos e na democracia já madura e adulta que vivemos.

E é preciso enquadrar na história que se o artigo 47.º permite a formação de partidos nacionais vivia-se em Lisboa o terrível, o temível PREC, o processo revolucionário em curso, do Partido Comunista Português, onde se fechavam empresários no Campo Pequeno, ...

Deputado Francisco César (PS): Nós nunca fechámos!

O Orador: ... faziam-se as maiores atrocidades à sociedade portuguesa.

O Orador: Partido Comunista Português.

Fazia-se as maiores atrocidades. Uma reforma agrária selvagem que era feita no continente e que obviamente provocou algum receio e houve manifestações, sobretudo nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, reagindo contra este PREC e provocou medo em Lisboa nos executores do PREC, os comunistas da República Portuguesa que, e pela mão de Vital Moreira, como já foi aqui dito, introduzem à socapa, e sem ninguém saber, e sem ser democraticamente sequer discutido,...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Eu posso continuar?

Deputado Francisco César (PS): Pode! Eu calo-me!

O Orador: Já se devia ter calado, mas pronto. Parece-me que o incomoda mais o Vital Moreira a si, do que ao Partido Comunista. Já é considerado talvez traidor aqui para o Partido Comunista e para si incomodo-o os dois.

Foi esse senhor, sim senhor, porque a história não se apaga, Sr. Deputado Francisco César. Este senhor introduz à socapa um artigo a proibir, o 301.º, a formação de partidos regionais. E porquê? E bem, aqui nos Açores sobretudo, mas também na Madeira! Para reagirem à selvagem reforma agrária, à tomada do poder, à confisca de bens (reagiram e bem), à selvajaria do Partido Comunista Português e tudo o que fosse à esquerda do PS reagiram e bem.

Portanto, há essa coisa de proibir o papão dos partidos regionalistas e que foi talvez um grande entrave à democracia do desenvolvimento da autonomia dos Açores.

Chega à altura de reagirmos nós contra isso, de afirmarmos a nossa autonomia e a nossa autonomia é a criação de partidos regionais. Se defendemos a autonomia do nosso Serviço Regional de Saúde, a autonomia da nossa educação, enfim, toda a autonomia, também temos que defender sobretudo a nossa autonomia política, e que melhor maneira de a materializar do que não em partidos regionais, não dependendo das orientações e submissões republicanas e da República Portuguesa. É claro que isto não interessa nem ao Partido Comunista hoje em dia, porque até para assinar um papel tem que pedir autorização ao Comité Central.

Portanto, temos que de uma vez por todas avançar na autonomia. Avançar na autonomia é avançar na criação de partidos regionais e um grande salto, sim, politicamente qualitativo, na Autonomia dos Açores e da Madeira, e neste caso dos Açores, é a criação de partidos de cariz regionais não dependentes nem de nada nem de ninguém, só dos açorianos e das açorianas e da sua vontade política.

Nas Canárias, por exemplo, houve algum problema, alguma agitação, por haver um partido regionalista? Não, não houve!

Houve algum problema nesse sentido? Não, não houve!

Deputado Manuel Pereira (PS): Na Catalunha também não houve!

O Orador: Portanto, as coisas são como são. Não basta dizer que queremos uma Autonomia madura e depois não darmos os passos necessários para amadurecer essa autonomia.

E nesta primeira intervenção fico-me por aqui, não sem antes registar o verdadeiro incómodo de um homem da direita, que veio da direita, André Bradford, que se sente incomodado (desde que eu comecei a falar ainda não se calou um segundo, nas críticas que eu fiz ao ex-comunista, agora socialista, Vital Moreira),...

Deputado André Bradford (PS): Nós gostamos muito dele!

O Orador: ... enquanto que eu estive aqui a dizer aquela que é a minha opinião, e que eu tenho direito a ela democraticamente,...

Deputado André Bradford (PS): Com certeza!

O Orador: ... por muito que incomode o senhor.

O Vital Moreira fez um trajeto da Esquerda para a direita. Há quem tenha feito da direita para a esquerda, mas cada um faz o trajeto que quer e entende, democraticamente e na sua escolha. E eu tenho a minha escolha.

O outro incomodado é o Sr. Deputado Francisco César, mas a esse eu não consigo encontrar explicação para o incómodo.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas vai procurar, tenho a certeza!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tal como resulta do próprio relatório desta iniciativa o PSD-Açores entende que esta norma há muito devia ter sido expurgada da nossa Constituição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Entendíamos também que por uma questão de metodologia e pelo trabalho que se estava e que se está a efetuar, no âmbito da Comissão para a Reforma da Autonomia, que pudesse essa ser uma posição comum de todos na defesa de princípios que nos são bastantes próximos.

Já em 2010 o Partido Social Democrata tinha proposto o fim da norma, portanto, a saída desta norma da Constituição permitindo a criação de partidos regionais. Aliás, fizemo-lo em conferência de imprensa, aqui na Assembleia Regional, aquando do processo de revisão constitucional em 2010.

Esta questão dos partidos regionais até há quem considere de alguma forma que é uma inconstitucionalidade dentro da própria Constituição. A norma é constitucional, porque está dentro da Constituição, mas deixa de violar princípios de direitos, liberdades e garantias e por isso mesmo há pensadores nesta matéria que entendem que não faz realmente sentido existir a proibição de partidos regionais e o Tribunal Constitucional, nalguma medida, teve uma medida um bocadinho mais consentânea com esse entendimento ao permitir de alguma forma a existência de partidos regionalista como o caso do PDA.

Apesar de nós termos o entendimento em Comissão de que seria útil ao proponente encontrar outra forma de avançar com esta propositura, não porque ela não fizesse sentido, mas por uma questão de método de trabalho, na substância nós somos totalmente de acordo com aquilo que se requer ou se pretende com este Projeto de Resolução. Somos totalmente de acordo, de tal maneira que na própria carta de princípios que o Partido Social Democrata dos Açores enviou no âmbito da CEVERA é explícito que defendemos o fim da proibição dos partidos regionais.

Nesse sentido e porque o que é mais importante é a substância e não a forma, iremos votar favoravelmente a proposta do PPM.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me duas questões prévias antes de entrar na matéria propriamente dita, na substância deste Projeto de Resolução.

A primeira é que na realidade (e aí sou obrigada a repetir e a concordar com a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa) existe nesta Casa uma Comissão Eventual para Reforma da Autonomia que, entre os seus vários objetivos, um deles é a apresentação de uma proposta a esta Assembleia Legislativa que identifique as principais matérias e normas que devam ser objeto de intervenção política e, do nosso ponto de vista, obviamente que não negando ao proponente toda a legitimidade para que este seu Projeto de Resolução desça, ou não desça, à CEVERA, seja ou não seja analisado no âmbito da CEVERA, parece-nos que seria de toda – permitam-me dizer – prudência democrática, e até no sentido de favorecer a proposta através de um consenso mais alargado que aparentemente parece-nos unir, que ela tivesse descido a esta Comissão, mas o proponente assim não o entendeu. Tudo bem, nós apenas queremos dar nota da nossa opinião.

A outra questão também prévia é, não deixando de deixar curiosa e até simbólica e politicamente significativa o facto do preâmbulo deste Projeto de Resolução que pretende erradicar da nossa Constituição, no fundo, a proibição

da existência de partidos regionais, dizia eu, não deixando de registrar o significado simbólico de haver uma longa referência a uma conferência dada pelo atual Presidente da República, quando ainda não estava nas suas funções, em 1996, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, no caso, poderia ter ido mais perto na história e poderia ter ido, por exemplo, à Revisão Constitucional de 2004, onde o Bloco de Esquerda propôs a eliminação do ponto 4 do artigo 51.º, o tal que diz que não é permitida a existência de partidos regionais, e vejam lá, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, que o sentido de voto dos partidos que agora aqui juram amor eterno aos partidos regionais, foi exatamente contra. Ou seja, o PSD votou contra, o PS votou contra, o PCP votou contra e o CDS também votou contra.

Na realidade, *mutatis mutandis*, como diz a canção, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, e de 2004 para cá, aparentemente fez-se um caminho. Ainda bem, Sras. e Srs. Deputados, mas já agora também convém lembrar que eu não acredito que em 2004 algum destes partidos tivesse votado contra a existência de partidos regionais por terem medo do PREC. Estamos em 2004, na altura. O medo do PREC já tinha desaparecido há muito tempo e tinham acontecido coisas bem piores do que o PREC também no nosso país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha outra comunista convertida!

A Oradora: Mas vamos à substância deste Projeto de Resolução.

Entre outras razões duas há que nos convocam a nós, Bloco de Esquerda, a concordar hoje, como em 2004, com a proibição da constituição de partidos regionais.

Uma razão é de natureza formal, a outra é de natureza substantiva.

Quanto à natureza formal: os Açores têm órgãos de Governo próprio; os Açores elegem um Parlamento Regional; os Açores têm um sistema eleitoral próprio.

Portanto, do nosso ponto de vista, não faz sentido nenhum que um partido, qualquer que ele seja, tenha que ter um âmbito nacional, quando não pretende

representar nem Bragança, nem Faro, nem Setúbal, mas sim todas e cada uma das nove ilhas dos Açores. Não me atrevo a dizer apenas isso, porque é um apenas muito grande.

Para além disso, este pretensão âmbito nacional a que os partidos estão obrigados para poderem aqui, na Região Autónoma dos Açores representar os açorianos e açorianas, cria e obriga a truques vários que não honram a democracia.

Quanto à natureza substantiva, nós entendemos que a construção progressiva da Autonomia, a própria maturação da Autonomia, tende inevitavelmente para a existência de partidos regionais.

O artigo 5.º do nosso Estatuto Político-Administrativo ao dizer no seu ponto 2, e cito, “os órgãos de Governo próprio da Região assentam na vontade dos açorianos e açorianas” (fim de citação), tem implícito exatamente esta possibilidade, diria mesmo, esta exigência da existência de partidos regionais, da possibilidade da existência de partidos regionais.

E até o próprio preâmbulo do nosso Estatuto Político-Administrativo, em alguns dos seus considerandos senão todos, deixam antever que a existência de partidos regionais, longe de ferir a unidade do Estado Português, pelo contrário, o enriquecem e afirmam com a sua magnífica diversidade.

Portanto, expurgar da nossa Constituição a norma que proíbe a existência de partidos regionais e defender a possibilidade da existência destes partidos também é, para o Bloco de Esquerda, continuar o combate contra todas as excrescências, de centralismo político e jurídico que ainda abundam e também é denunciar uma lógica imperial e colonizadora que ainda não está morta e enterrada e compete a esta Casa dar mais um contributo para que ela se enterre definitivamente e quanto mais depressa melhor.

Portanto, vistas bem as coisas, aprovar ou votar favoravelmente este Projeto de Resolução e dizer não, não aceitamos a proibição da existência de partidos

regionais, é dar corpo e concretizar aquele *slogan* que nós tantas vezes ouvimos: “os Açores primeiro”.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores é um território da República Portuguesa, onde deve ser respeitado o consignado na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Não se pode nem se deve olhar para a Constituição da República como sendo um articulado estático, mas há todo um conjunto de princípios que julgamos que não podem ser modificados de ânimo leve, como por exemplo a característica unitária do Estado Português e a existência das Regiões Autónomas com governo próprio.

É por isso que temos alguma dificuldade em compreender polémicas acerca da existência de partidos regionais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sua atual formulação a Constituição da República não permite a existência de partidos regionais. E julgo que ninguém acredita que na presente Legislatura da Assembleia da República haverá qualquer revisão constitucional. Também não acreditamos que no futuro os legisladores da Assembleia da República permitam que a criação de partidos regionais passe a constar (ou a sua interdição deixe de constar) do articulado da Constituição.

Pela nossa parte aqui afirmamos, e de forma bem clara, que somos frontalmente contra a existência de partidos regionais.

Em primeiro lugar, porque isso seria uma porta aberta para a contestação ao Estado Unitário que somos enquanto República Portuguesa.

E, em segundo lugar, porque isso daria azo para se voltar na nossa Região a pôr em causa a Unidade da Nação e eventualmente abrir uma discussão estéril na defesa do separatismo, o qual condenamos e abominamos em absoluto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por uma distinção que foi aqui afluada, mas não devidamente afluada, ou pelo menos desenvolvida.

Falou-se aqui em substância, em forma, eu diria, em tempo e modo, mas Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem aliás obrigação de sabê-lo, a forma, o tempo e o modo, também são substantivos e também são garantísticos.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, para a discussão sobre este tema e sobretudo sobre os muitos temas que nós entendemos que está na altura de discutir, nós não podemos, para ser sérios e consequentes, como se dizia nos bons velhos tempos, estar aqui hoje a dizer mais ou menos (eu depois também já me pronunciarei também sobre a substâncias) “ai que giro que é ver os partidos regionais saírem do armário do centralismo”, quando nós estivemos aqui há um mês a prorrogar com um voto contra uma Comissão que pretende de forma sistemática, organizada, atender a todos estes problemas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Que sentido é que faz mandarmos a conta gotas, comandos, sugestões, de revisão constitucional para a Assembleia da República? Nenhum!... A não ser desacreditar e prejudicar quem quer efetivamente uma verdadeira reforma da Autonomia.

Portanto, temos que começar por dizer: o Sr. Deputado da Representação Parlamentar do PPM, preventivamente há um mês, foi o único a votar contra a prorrogação dessa Comissão, muito preventivamente, aliás, até porque já sabia perfeitamente qual era a opinião do Partido Socialista face ao seu comportamento na Comissão, mas nós não podemos, pura e simplesmente, esquecer como se nada fosse e como a substância fosse assim tão lírica que nos fizesse obnubilar aquilo que são os métodos que ainda há um mês nós de forma absolutamente maioritária resolvemos continuar a prosseguir.

Portanto, a primeira coisa que há que dizer a este respeito é que esta iniciativa do PPM tem um tempo e um modo muito originais que se calhar o PPM se pode dar a esse luxo, porque se calhar tem aqui outro tipo de objetivos e se calhar tem até outro tipo de preocupações em termos de algum pretense pioneirismo, mas havemos de convir que se o tempo e o modo é original, a substância já não o é.

Como aqui foi dito e lembrado, de forma até entusiástica, já muitos outros partidos, ou alguns deles, inclusivamente o PSD há alguns anos (é verdade!) defende esta matéria. Portanto, não há aqui nenhuma originalidade.

É preciso dizer com clareza ao Sr. Deputado do PPM que ele não fique ansioso, porque esta ideia não é sua e isto não tem nada de mal, Sr. Deputado. Aliás, vou dizer-lhe uma coisa: vai ser com certeza muito difícil, e ainda bem, depois de 40 e tal anos de pensamento sobre a Autonomia, ou um século e tal, se quisermos ser mais justos, arranjar ideias originais.

A dificuldade está em saber priorizá-las e aquelas que são adequadas e em que medida cada tempo. Esse é que é o nosso trabalho. Não é um concurso de ideias, nem um concurso de originalidades.

Deputada Mónica Rocha (PPM): Muito bem!

O Orador: Temos que ter essa preocupação bem presente.

De resto, também gostava de me pronunciar, já que o Sr. Deputado Paulo Estêvão prevê sair daqui uma primeira pronúncia. Mas, Sr. Deputado, a pronúncia não ia demorar face àquilo que temos estabelecido. Além disso, e se isso é tão importante, podia-nos ter perguntado, mandado uma cartinha, um postal, um telefonema, um telegrama, que nós dizíamos-lhe o que é que o PS pensa sobre o isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um SMS!

O Orador: Porque embora relativamente ao que o PS pensa sobre isso, é também bom não confundir a “obra prima do mestre” com a “prima do mestre de obras”,...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... porque é preciso distinguir aqui claramente duas coisas, face a alguns entusiasmos que por aqui vi:

É que o Partido Socialista neste momento, face à evolução das coisas, claramente diz nesta matéria: é proibido proibir. Não faz qualquer tipo de sentido que haja uma proibição constituição de partidos regionais. Essa proibição claramente simboliza o velho centralismo, significa desconfiança para com as autonomias e para com os açorianos e madeirenses.

Mas daí a dizer-se que o Partido Socialista está excitadíssimo com a perspetiva da criação de partidos regionais em concreto é bom desde já ser claro: não está! Não acha que seja a quinta essência da autonomia...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... o funcionamento desses partidos regionais.

Não estamos a pensar tornarmo-nos num partido regional. Estamos muito satisfeitos com a autonomia estatutária que o PS-Açores tem no âmbito no PS nacional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pensamos que são os partidos com autonomia regional que têm, inclusive, poder de influência suficiente para, nas grandes questões da República, influenciarem decisivamente.

Creio que o PPM, aliás, terá algumas maiores dificuldades em se transformar num partido regional, desde logo, penso eu, terá talvez que inventar uma dinastia.

Portanto, não concordo com esse entusiasmo e até com o entusiasmo que vi do Sr. Deputado João Bruto da Costa gostava de lhe dizer: o Partido Socialista nesta matéria tem uma posição mais pragmática.

Olhe, se quiser saber exatamente o que é, é exatamente como o Presidente Mota Amaral disse na Comissão da CEVERA: proibir não! A respeito agora mesmo da criação desses partidos regionais, não é que eles vão trazer a felicidade e o céu na terra aos Açores.

Portanto, é bom também ter consciência disso e sobretudo, voltando à primeira questão, temos que nos entender, ser sérios e coerentes: não podemos estar aqui a fazer a reforma da autonomia a conta gotas, quando há um mês voltámos a confirmar que esse não é com certeza o melhor caminho.

Portanto, em coerência com isso, e já que também quebrámos, eu tenho a certeza a ansiedade do PPM, que percebeu que nós até somos também contra a existência da proibição constitucional desta matéria, nós vamos, pelo tempo, pelo modo e para sermos coerentes, chumbar esta iniciativa, porque ela não está sendo feita no sítio e no tempo próprio.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mais: nós sabemos as consequências disso. Nós sabemos que durante esta sessão legislativa, uma iniciativa com este conteúdo não pode

voltar a ser aprovada e endossamos essa responsabilidade à corrida da Representação Parlamentar do PPM.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Uma breve referência à sua intervenção. Dizia que já não havia perigo, em 2004, ter em mente o PREC.

Deputada Zuraida Soares (BE): Medo! Medo!

O Orador: Mas olhe que pela intervenção do Sr. Deputado comunista parece que a coisa não mudou muito. O PREC continua aí bem vivo, forte e rijo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Cada um tem os seus medos!

O Orador: Portanto, a coisa ainda não está... Enfim!

Fez V. Exa. uma referência aí ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Fez referência ao artigo 5.º e fez referência ao seu preâmbulo.

Tive a honra e o privilégio de participar, modestamente, na revisão desse Estatuto e queria aqui fazer referência ao José Manuel Bolieiro, ao Pedro Gomes, ao Manuel Herberto, ao Hernâni Jorge e ao Francisco Coelho que presidia a esse grupo de trabalho.

Estava eu e o Sr. Deputado Francisco Coelho longe da Região Autónoma dos Açores quando fomos surpreendidos por uma comunicação de Sua Exa. o

Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, tal era o arrojo do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Portanto tenho muita honra de ter participado, neste magnífico grupo – eu era talvez o único não jurista, era eu e o Manuel Herberto; o Francisco Coelho, o Hernâni, o José Manuel Bolieiro e o Pedro Gomes eram todos juristas.

Eu lembro-me bem – permitam-me, porque essas coisas também têm que se dizer – em plenas festas Sanjoaninas, estávamos nós a fechar o preâmbulo e não nos entendíamos (preâmbulo para baixo, preâmbulo para cima, acrescenta, tira e põe) e eu disse às tantas, por mim acabou a história da vírgula; vou-me embora, vou ali à tasca e já venho.

Foram uns companheiros comigo e ficou um companheiro atrás a arranjar o preâmbulo e quando voltámos, passada uma hora, duas ou três (não me lembro, porque isso foi uma noite toda a fazer Estatuto em plenas Sanjoaninas) tínhamos um preâmbulo com os retalhos todos feitos, uma coisa muito consistente, que é o que está publicado hoje em dia, feito pelo Sr. Deputado Francisco Coelho e é justo que lhe faça esta referência.

Portanto, orgulho-me de termos ido muito longe nas nossas ambições autonómicas no Serviço Regional de Saúde, no ambiente, até ao nível das carreiras, na possibilidade de tirarmos carreiras. Enfim, fomos ambiciosos. Conseguimos! Conseguimos fazer aprovar isso na Assembleia da República!

Tivemos algumas resistências na Assembleia da República, mas conseguimos fazer aprovar, não por unanimidade, é óbvio, mas conseguimos lá chegar. Orgulho-me muito desse trabalho!

Mas Sra. Deputada Zuraída Soares, não há aqui um antes...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas isso é só para mim?

O Orador: Eu gosto muito de si, Sra. Deputada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah!

O Orador: ... do Bloco de Esquerda e um depois do Bloco de Esquerda e reconheço-lhe que efetivamente em 2004 foi uma oportunidade que se perdeu.

O CDS tinha votado contra a Constituição em 76, como se lembram, e acho que nessa altura foi uma bela oportunidade perdida, onde o Bloco Esquerda esteve bem, de não se eliminar essa norma, até porque um Acórdão do Supremo Tribunal Constitucional já de alguma maneira abria a porta a isso, porque legalizou o PDA, enfim, que nunca se assumiu verdadeiramente um partido regionalista (não é verdade?).

Não se assumiu como um partido regional, mas sim regionalista, e onde há essa porta aberta, enfim, etc., e eu acho que se podia ter ido um bocadinho mais longe. Foi pena que não se fosse, mas orgulho-me com o nosso Estatuto Político-Administrativo também de alguma maneira e quem o lê, e lê com atenção, está lá a possibilidade de o fazer.

Não se trata aqui de camisolas amarelas e quem chega primeiro, mas acho que era um passo importante para a Região Autónoma dos Açores. Era um passo importante, civilizacional para Portugal, que aliás não se compreende como é que um país da União Europeia... Aliás, eu acho que uma queixa para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem não sei o que daria nessa matéria.

Um país da União Europeia onde os partidos regionais são permitidos, onde aliás fazem parte de coligações do Governo e nalguns casos são mesmo Governo, eu não sei, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem o que diria se houvesse uma queixa nesse sentido. Portanto, eu acho que era um avanço civilizacional e um avanço democrático nesse sentido, avançarmos nesse sentido.

Se a oportunidade é perdida, não sei, mas Sr. Deputado Francisco Coelho, permita-me que lhe diga o seguinte: quando votei, e convictamente o CDS apoiou a proposta, apoia e participa ativamente, como sabe, na CEVERA, não

posso aceitar que este Parlamento ou qualquer Deputado aqui dentro deixe de ter iniciativa legislativa porque a matéria é da competência da CEVERA.

Desejavelmente podemos tratar disso na CEVERA, até lhe reconheço esse desejo. Até temos uma posição mais forte eventualmente sobre essa matéria.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E da gestão partilhada!

O Orador: E da gestão, vai lá estar.

Até lhe reconheço isso.

Mas não podemos também condenar um Deputado (e eu não o faço), por isso votaremos favoravelmente esta pretensão do PPM. Não pode a CEVERA também dizer não podemos falar nisso, porque isto está no âmbito da CEVERA. Não!... Este Parlamento é soberano, é superior à CEVERA.

Portanto, aqui neste Parlamento podemos tratar de tudo. Naturalmente cada um terá a sua opinião. Podemos concordar ou discordar, votar contra ou favor, mas não posso aceitar o argumento que não se pode tratar porque agora tratamos tudo na CEVERA.

Não! A Casa por excelência da Autonomia é a discussão nesta Casa, é a discussão pública nesta Casa. É o Parlamento dos Açores e com total dignidade e os Deputado não podem obviamente ficar sem apresentar as suas iniciativas por estar a decorrer a CEVERA.

Para já ficava por aqui, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive várias referências do Sr. Deputado Francisco Coelho, em relação à proposta, eu penso que quase todas injustas.

Desde já tenho que lhe dizer, Sr. Deputado Francisco Coelho, diz V. Exa. que não está excitadíssimo.

Bom, em relação a essa matéria eu não sou a solução nem a quero ser. Portanto, em relação a essa matéria e ao seu estado de espírito é da exclusiva responsabilidade de V. Exa..

Mas eu quero dizer-lhe o seguinte: diz V. Exa. que eu me apresentei aqui com uma grande originalidade. Nada disso foi dito!... Nada disso foi dito!... Não tenho essa pretensão. Aliás, o Bloco de Esquerda já aqui referenciou aquela que foi a sua posição em debate constitucional e o PSD fez a mesma coisa e o CDS. Portanto, apresentar-me aqui como o paladino de algo ou detentor de qualquer originalidade, Sr. Deputado, essa é uma pretensão que eu não apresentei. Essa crítica parece-me desfasada.

Diz V. Exa. que já lhe podia ter perguntado. Já estive em reuniões com V. Exa. antes das últimas reuniões de 2016, e sobre esta questão, como V. Exa. bem se lembra, eu apresentei a posição do PPM, nomeadamente a criação de partidos regionais.

Enquanto V. Exa. dormitava, na reunião V. Exa. sobre esta matéria disse zero. Não disse nada!... Não disse nada, V. Exa!...

Dizia-me: basta um cartão postal! Bastava não sei quê!

Nada melhor do que uma conversa sobre a reforma autonómica em que V. Exa. nada tinha para dizer.

V. Exa. disse alguma coisa e o seu partido no programa eleitoral?

Nada disse sobre esta matéria, sobre a reforma eleitoral.

V. Exa. e o vosso partido disse alguma coisa na Moção de Estratégia sobre a criação de partidos regionais? V. Exa. também não disse nada!

Portanto, arrancar-lhe uma posição sobre isto é muito mais difícil do que o caminho que V. Exa. encomendava. Não tinha essa posição.

Agora o que eu lhe posso dizer, e se estiver errado admito desde já culpa, e peço desculpa a V. Exa., é que na investigação que fiz, não vejo nenhuma posição no Parlamento dos Açores do Partido Socialista a favor do fim da proibição constitucional da criação de partidos regionais. Não vejo!... Não vi nenhuma posição do Partido Socialista sobre esta matéria.

E já é uma grande novidade política que V. Exa. teve a mercê de me dar neste debate (eu agradeço a V. Exa., penhoradamente!) dizer que o Partido Socialista nada tem a opor e até está a favor de acabar com essa proibição.

É a primeira vez que o seu partido neste Parlamento se pronuncia em relação a esta matéria desta forma. É uma grande originalidade. Eu já não dou o tempo por perdido, porque em relação à posição do Bloco de Esquerda já era conhecida, em relação à posição do PSD e do CDS em relação a esta matéria já era conhecida, assim como a do PCP que era contra e continua contra.

Agora a posição do Partido Socialista, V. Exa. é o primeiro a anunciá-la no debate que estamos aqui a desenvolver.

Diz V. Exa.: tanta pressa, tanta pressa! Não é necessária esta pressa! Temos tempo!

Bom, é natural que se tenha pressa, quando desde 1976, até hoje, sobre esta matéria nada se disse, nenhuma posição se tomou.

Portanto, ao fim de 42 anos, eu e muitos açorianos, temos pressa e muitos outros partidos políticos também têm pressa em relação a esta matéria, Sr. Deputado.

Mas digo-lhe já: diz o Sr. Deputado que está, do ponto de vista do PS Açores, que os senhores têm autonomia e estão muitos contentes. Portanto, em relação a essa matéria nada têm a dizer.

Mas esta matéria... Sr. Deputado, o mundo não gira à sua volta, nem do seu partido!

Deputado André Bradford (PS): O seu gira!

O Orador: O que o senhor tem que considerar é que as pessoas se podem organizar de forma diferente e tomar posições políticas diferentes além do Partido Socialista.

A V. Exa. só preocupa o Partido Socialista, a mim preocupa-me que as pessoas que se queiram organizar, do ponto de vista político, no âmbito de um partido regional, o possam fazer.

Acho que esta é uma posição mais democrática do que aquela que o senhor acabou de anunciar.

Devo-lhe dizer, em relação à dinastia (esta então é extraordinária!): então o Partido Socialista é que tem uma dinastia, que é clara, e o senhor vem-me acusar de dinastia?

O meu filho não é candidato a nada, Sr. Deputado!

Agora, os senhores têm um Presidente Honorário que só o deixará de ser quando morrer, Sr. Deputado, porque é um presidente vitalício.

Os senhores não só têm uma dinastia como têm um monarca vitalício, à frente do vosso partido, Sr. Deputado.

Esta consideração é absolutamente desnecessária.

Eu não lhe faria esta observação sob o monarca que reina no vosso partido, porque é um Presidente Honorário que só poderá ser arrancado do local onde se encontra, da presidência onde se encontra, se essa matéria for referenciada no âmbito do vosso congresso e constar da ordem de trabalho. Depois eu digo-lhe o seguinte: e sabe quem é que faz a ordem de trabalho do Congresso? O Presidente Honorário!

Ou seja, o Presidente Honorário só o deixará de ser no momento do seu desaparecimento físico ou quando assim lhe convier.

Portanto, em relação à dinastia e em relação a monarcas devolvo-lhe inteiramente a observação.

Para já ficamos por aqui para ter tempo para a outra réplica.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade, Sr. Deputado Francisco Coelho, esta iniciativa não é o alfa e o ómega do Progresso da Autonomia que nós desejamos e da evolução que pretendemos para o regime autonómico, mas não deixa de ser verdade que é uma iniciativa com a qual concordamos e não podemos estar continuamente a dizer que concordamos, mas depois votamos contra.

Eu acho que dessa perspetiva a sua análise tem um erro. É que, apesar de tudo, é mais prejudicial à substância desta iniciativa um chumbo desta Assembleia a que exista uma recomendação a que numa futura revisão constitucional esta norma seja expurgada, do que propriamente o sacrifício de, enfim, nos submetermos um pouco à agenda do PPM, com a qual não concordamos, é verdade, mas o que importa é que esta Assembleia ao pronunciar-se contra que numa revisão constitucional futura esta matéria seja resolvida não deixa de ser uma posição firme desta Assembleia e com isso não concordamos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e, por isso, iremos aprovar a iniciativa.

Mas também lhe queria dizer, Sr. Deputado Francisco Coelho, que essa visão egocêntrica que V. Exa. faz desta iniciativa para nós também não é muito benéfica.

O PSD-Açores não quer votar esta iniciativa porque nos dá jeito, ao PSD-Açores.

O PS pelos vistos está preocupado que ao votar esta iniciativa lhe cause algum engulhe de parecer, porque querem ser um partido regional.

Nós não queremos ser nenhum partido regional e acreditamos que V. Exas. também não querem. Acreditamos até que provavelmente os partidos que estão

representados nesta câmara não pretenderão tornar-se partidos regionais ou deixarem de fazer parte de uma estrutura nacional, como é o nosso caso.

Agora, o que entendemos de facto, já há muitos anos, e temo-lo defendido, temo-lo proposto, é que esta norma não faz sentido existir na nossa Constituição e é um avanço da democracia nós reconhecermos e sermos capazes de o afirmar para que numa futura revisão constitucional seja tida em conta a posição da Assembleia Regional, independentemente dela vir ou não neste momento, o momento, convenhamos, que poderia ser outro; o momento, o tempo e o modo, como V. Exa. referiu, convenhamos que poderia ser outro, mas não é isso verdadeiramente que está em causa.

O que está em causa é uma votação nesta Assembleia que diga claramente que para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores esta norma deve ser expurgada da Constituição.

É isso unicamente que neste momento estamos a discutir. Não é se o Deputado PPM fez bem ou fez mal em trazer esta norma aqui.

Votaremos a favor desta norma ser retirada da nossa Constituição, porque ela de facto não faz sentido na nossa Constituição e esse é um avanço da Democracia, é um avanço para todos os democratas, apesar de não ser isso que vai tornar a nossa democracia uma democracia plena, mas é sem dúvida uma norma que está a não permitir a evolução do diálogo democrático, porque haverá certamente aqueles que pretenderão, ou não, mas é dada essa possibilidade, de poderem criar partidos regionais e com isso submeterem a eleições para que a democracia vingue sempre no diálogo através dos partidos, que é esse o regime que nós defendemos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria e sobre o Projeto de Resolução do PPM, penso que na minha primeira intervenção disse exatamente aquilo que o Bloco de Esquerda pensa e não tencionava vir novamente a debate, não fora duas constatações: primeiro que a democracia é exatamente isto, é a pluralidade de opiniões e é até a oposição de opiniões e entre opiniões. Mas a democracia também é a clareza e a verdade e o povo costuma dizer que quem cala consente.

Acontece, Sras. e Srs. Deputados que o Bloco de Esquerda não quer consentir e por isso não pode calar e não pode deixar de dizer o seguinte:

É incompreensível para nós que no séc. XXI, no ano 2018, seja possível confundir a autonomia, a sua concretização, a sua vivência e a sua magnífica profundidade e aprofundamento com independentismo e com ameaça à unidade do Estado.

Todos nos lembramos de termos acordado de um dia de trabalho com o Presidente da República aos pulos, porque estava em perigo a unidade do Estado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... por causa do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e todos nos lembramos como muitos de nós reagimos a esse sobressalto do então Presidente da República.

Mas uma coisa é um centralismo do lado de lá do mar, a quase 2 mil quilómetros de distância. É mau, mas está para lá! Agora, tê-lo cá dentro, e quando digo cá dentro digo dentro desta Casa, é verdadeiramente de mais e o Bloco de Esquerda faz questão de se afastar e de se diferenciar deste tipo

pensamento político que é na realidade anacrónico, no séc. XXI em que nós estamos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às seis e meia.

Eram 18 horas e 13 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Está inscrito e dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que o debate já deu oportunidade a todos e a cada um de deixarem de forma clara quais são as suas ideias e a sua posição relativamente a esta iniciativa.

No entanto, e na sequência de algumas coisas que depois da minha primeira intervenção foram ditas, gostava apenas de prestar alguns pequenos esclarecimentos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, acha que eu acusei, aliás injustamente pelo que percebi, de uma excessiva preocupação com a originalidade.

Eu não quis ser injusto, mas repare: foi o Sr. Deputado que disse há pouco, no início da sua intervenção e quando apresentou o diploma, que achava, e se calhar nessa parte creio que com razão, pelo menos tanto quanto me lembro, que essa seria a primeira vez que este tema seria discutido neste plenário e também me lembro aquando da discussão e aprovação a 20 de janeiro de 2017 da constituição da CEVERA, da sua intervenção aqui, em que às tantas disse, e cito o segundo parágrafo da sua intervenção, “é um conjunto de matérias de enorme importância que o PPM lançou para o debate público na Região, em primeiro lugar, portanto, da nossa parte é da maior importância que estas questões sejam discutidas”.

Sr. Deputado, não sei se foi bem só o PPM e em primeiro lugar, e também digolhe que não é esse o importante, acho que não deve ser isso que nos deve preocupar a todos e a cada um.

Também gostava de fazer uma referência, Sr. Deputado, e até apresentar um pedido de desculpas. V. Exa. fez uma referência, eventualmente numa parte mais viva do seu discurso, que teve comigo uma reunião, que eu estava em nome do Partido Socialista, e eu que teria dormitado.

Eu quero pedir-lhe desculpa, Sr. Deputado, mas sobretudo quero dizer-lhe o seguinte: não foi com certeza por causa da extensão ou da falta de originalidade do rol que apresentou.

Aliás, nesta parte também gostava de lhe dizer o seguinte: nós, no Partido Socialista, não temos efetivamente dinastias, mas temos ídolos, temos exemplos.

E eu se calhar nessa parte devo confessar como partilho bastante e pratico aliás a célebre frase do nosso camarada Mário Soares de que as coisas importantes devem ser ouvidas de olhos fechados. Portanto, Sr. Deputado, está explicado o que é que aconteceu nesta matéria.

Relativamente a outras questões, eu lanço-lhe uma pergunta, penso que é legítimo nós fazermos perguntas ao proponente: eu gostava de lhe perguntar se o PPM caso, e há de ser, com o nosso apoio, como já percebeu, a existência de partidos regionais seja consagrada, pensa desenvolver a ideia ou até fundar um partido monárquico regional?

Não vou exigir que me responda agora, até porque certamente é uma daquelas matérias que pela sua importância merecerá com certeza debate no próximo Congresso Regional do PPM.

Outra questão:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, penso que é injusta a acusação de egocentrismo. A única coisa que fiz, que disse e que acho que temos direito a isso (apesar de sermos o partido maior também temos alguns direitos), é que o Partido Socialista, sendo a favor do fim da proibição constitucional de partidos regionais, tem uma opinião muito própria e não muito entusiasmada, nem entusiasmante, acerca da existência de partidos regionais. Acho que podemos ter.

Eu acho que fui claro e distingui bem as duas coisas, mas não há aqui qualquer egocentrismo, Sr. Deputado João Bruto da Costa, até como certamente saberá pela lógica das coisas, o facto de ser possibilitada a existência de partidos regionais não obrigará com certeza os partidos pré-existentes a tornarem-se em regionais. Portanto não há aqui qualquer incoerência nem qualquer tipo de interesse. Que fique absolutamente claro.

Eu penso, apesar de tudo e gostava de lembrar, em termos de coerência, em termos de sistematização, em termos de credibilidade, que nós traçámos de livre vontade um caminho, de forma aliás muito consensual, e que em termos metodológicos não é uma questão menor o seguimento desse caminho, em termos de coerência, quer política, quer técnica, em termos sistemáticos, em

termos de posição de força e em termos da apresentação de uma posição coerente.

Para já ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que foi *en passant* que lhe disse essa referência, ao facto de dormir na reunião, mas aceito as suas desculpas, porque eu não sabia, não tinha a perceção por que é que o senhor dormitava. Pensei que tivesse uma razão, que fosse para não cair em tentação, dada a qualidade da comitiva que eu, como se lembrará, apresentei na reunião que realizei com o Partido Socialista. Pensei que fosse essa a razão. Já vi que não era essa a razão.

Devo-lhe dizer que a sua questão – vou-lhe responder à sua questão – demonstra a forma como o Partido Socialista olha para estas matérias do ponto de vista da posse, do dono.

O Partido Popular Monárquico obviamente não terá qualquer interferência na criação de partidos regionais, mas o Partido Socialista já olha para esta matéria querendo criar sucursais, criar partidos. É uma forma de olhar para a sociedade com um domínio totalitário, que o PPM não tem.

V. Exa. também tem esta tentação totalitária também a nível da CEVERA, que o Sr. Deputado também acha que é o princípio e o fim de tudo.

Como fez mais uma referência dinástica e como fez mais uma referência à CEVERA, eu quero dedicar-lhe aqui um fado (não vou cantar, porque não tenho voz para isso, embora este seja um partido de fadistas, mas vou dedicar-

lhe este fado, que é um fado extraordinário, que é o fado da “Severa”, de Amália Rodrigues. Conhece, com certeza. É um dos meus preferidos:

“Ó Rua do Capelão

Juncada de rosmaninho.

(...)

Se o meu amor vier cedinho

Eu beijo as pedras do chão

Que ele pisar no caminho.”

Dedico-lhe à sua dinastia e à CEVERA.

Devo dizer também, saindo deste resisto e do fado, o seguinte:

Esta discussão em torno desta matéria é da maior importância. A sua perceção em relação à importância desta questão fica desde logo registada pelo facto do Partido Socialista pela primeira vez – repito, pela primeira vez – assumir uma posição sobre esta matéria. E isto é muito importante. Agora o que não faz é sentido.

V. Exa. não faz sentido na posição que toma, porque diz que está a favor, mas vai votar contra. Porquê? Porque não foi V. Exa. que apresentou e não é V. Exa. que define o *timing* e não é V. Exa. que define as condições.

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi o BE e o PSD!

O Orador: Sr. Deputado, o senhor não é o dono da democracia.

Deputado André Bradford (PS): Nem o senhor!

O Orador: O Sr. Deputado não é dono da democracia nem do sistema democrático

Nem o Sr. Deputado, nem o Partido Socialista, nem o Governo alguma vez conseguirão impor ao PPM quais são ou não são as propostas que nós vamos apresentar nesta Assembleia, Sr. Deputado.

Nós apresentamos aquilo que muito bem entendemos, no Parlamento dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Nós, quem?

O Orador: O PPM.

Deputado André Bradford (PS): Nós, quantos?

O Orador: Nós apresentamos, nesta Assembleia, os projetos que muito bem entendermos.

O tempo do totalitarismo já acabou. Portanto, não é o Sr. Deputado nem o seu o partido que definem que propostas nós aqui apresentamos e quando é que as apresentamos.

Essa, como bem sabe, e o senhor que foi Presidente desta Assembleia, é uma prerrogativa que pertence exclusivamente aos Deputados e aos partidos políticos aqui representados e fica muito mal a V. Exa. querer condicionar tendo já V. Exa. ocupados os cargos que ocupou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento embora eu acho que quem quer perceber obviamente já percebeu.

O que está aqui em causa, Sr. Deputado Paulo Estêvão não é minimamente a competência dos Srs. Deputados e dos grupos e representações parlamentares que eu bem conheço e que o Partido Socialista bem conhece, e que aliás muitas responsabilidades tem no carácter amplo, aberto e plural que está consagrado, muitas responsabilidades tem.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está! Muito bem!

O Orador: O que está em causa é uma outra coisa que politicamente é sempre relevante. Nós estamos aqui exatamente a discutir a sua iniciativa, porque ela tinha direito a entrar, a ser relatada, a ser discutida.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão é que não pode impedir qualquer outro Deputado aqui presente de lhe lembrar que esta iniciativa é incoerente com a sua posição inicial de 20 de janeiro de 2017, e que sobretudo ela segue um caminho e uma metodologia que pelos vistos não são aqueles que a esmagadora maioria desta Casa, para poder fazer um trabalho em termos metodológicos, técnicos e lógicos, com seriedade e coerência, entendeu seguir. É isso que o Partido Socialista lhe diz e isso é uma verdade evidentíssima. É uma crítica política que eu tenho todo o direito de lhe fazer. Não tem nada a ver, não precisa de se fazer de vítima acerca das suas competências.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Todos nós sabemos a forma esforçada com que V. Exa. aproveita a generosidade que a autonomia democrática dos Açores lhe dá. Continue assim. Continue assim, mas nós continuaremos com a força democrática que temos a fazer e a proclamar as nossas ideias, as nossas convicções e também a apontar as incoerências dos outros, sempre que for caso disso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer a V. Exa. que a incoerência é de V. Exa..

O senhor é que diz que concorda com a iniciativa e vai votar contra, mas diz o senhor que está acompanhado. Eu só o vejo acompanhado pelo PCP.

O PCP é que quer manter esta norma na Constituição: a proibição de partidos regionais. Essa é a vossa única companhia, Sr. Deputado.

O senhor, no voto contra esta iniciativa, só está acompanhado pelo PCP que foi o partido responsável pela sua introdução. Essa é que é a sua companhia.

Disse: e o resto dos partidos?

O Bloco de Esquerda não está consigo! Está a favor do fim da proibição.

O CDS não está consigo. Está a favor do fim da proibição.

O PPM não está consigo e o PSD também não. Portanto, não aumente a sua companhia. A sua companhia é o PCP e o PCP foi o partido que introduziu esta restrição à democracia em 1976.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! É o grande responsável!

O Orador: Devo dizer-lhe também, Sr. Deputado: o Sr. Deputado já teve outras oportunidades.

Se o Sr. Deputado tinha esse pensamento político, por que é que na anterior reforma do Estatuto não implementou? Por que é que o senhor não o fez?... Por que é que o senhor não o fez? Tinha a maioria absoluta também nessa matéria. Por que é que o senhor não o fez?

O senhor diz assim, não é o momento. Em 42 anos é a primeira vez que se discute neste plenário a questão da criação dos partidos regionais. Então qual é o momento? É daqui a 100 anos? Quando é que é o momento?

Deputado António Vasco Costa (PS): Mas não é a primeira vez que se fala nisso!

O Orador: É a que a sua definição de espaço e de tempo é um pouco impercetível e o senhor é que está carregado de incoerência.

Mais do que isso. O senhor, o que está aqui carregado, deixe-me que lhe diga, é de falta de coragem política.

Assume ou não assume que é a favor e vota favoravelmente esta iniciativa?

O que o senhor tem aqui é falta de coragem política. Depois diz que eu aproveito a generosidade.

Sr. Deputado, muito obrigado por estar aqui. Tenho que lhe agradecer a generosidade da democracia por estar aqui. Tenho que agradecer! Eu não sei como é que lhe possa fazer mais,...

Deputado André Bradford (PS): Já agradeceu! Três vezes para nós é o suficiente!

O Orador: ... que tipo de gesto é que lhe deva fazer, de benevolência de V. Exa.

Aceite a que um partido da oposição, o PPM e eu próprio possamos estar aqui a apresentar propostas. Muito obrigado pela sua generosidade. Tenho que lhe agradecer imenso, Sr. Deputado!...

O Sr. Deputado está carregado de incoerência e falta-lhe coragem política.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, é para aproveitar a generosidade que me é concedida, senão seria um mal-agradecido e eu gosto de agradecer e gosto de aproveitar esta democracia.

Deputado André Bradford (PS): Por acaso já agradeceu o suficiente!

O Orador: Meus senhores, o que eu quero dizer para terminar e finalizar então as minhas intervenções, é o seguinte:

Esta questão é uma questão fundamental. Há um conjunto de açorianos que se querem organizar, do ponto de vista político, utilizando os partidos regionais, que querem participar com uma ideia e um programa político regional, com

uma designação política regional, ligada à Região. Têm esse direito em toda a Europa de o fazerem.

Têm o direito de se organizarem do ponto de vista político. E nós, que reconhecemos no nosso Estatuto que somos um povo – está escrito no Estatuto: “existe um povo açoriano que é reconhecido no âmbito do Estatuto e da Constituição Portuguesa” – pois então não podemos negar a esse povo a possibilidade de se organizar do ponto de vista político e de criar entidades políticas que respondam a essa especificidade regional. Essa é uma questão fundamental.

E o Partido Socialista, utilizando diversos caminhos, está aqui, com o seu voto negativo a esta matéria, a chumbar esta iniciativa e nesse sentido presta um mau serviço à Autonomia, presta um mau serviço à Democracia nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está encerrado então este ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos. Ponto nove: **Petição n.º 13/XI – “Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico”, apresentada por Ivo Luís de la Cerda Garcia e Sousa**, na qualidade de primeiro subscritor. Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Calos Silva, relator da Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 13/XI – PELO AUMENTO DAS CONDIÇÕES DE OPERACIONALIDADE DO AEROPORTO DA ILHA DO PICO

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia analisou e emitiu relatório e parecer sobre a Petição n.º 13/XI “Pelo aumento das condições de operacionalidade do Aeroporto da Ilha do Pico”.

1.º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 22 de julho de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Pelo aumento das condições de operacionalidade do Aeroporto da ilha do Pico”, sendo o Sr. Ivo Luís de la Cerda Garcia e Sousa o primeiro subscritor.

A presente petição pretende alertar para a necessidade de aumentar as condições de operacionalidade do Aeroporto da ilha do Pico, através do aumento do comprimento da pista e da implementação do “grooving”.

2.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de

agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3.º. Capítulo – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A petição em análise, intitulada “Pelo aumento das condições de operacionalidade do Aeroporto da ilha do Pico”, refere, em sede de nota preambular justificativa, sinteticamente, o seguinte:

- A preponderância, no contexto socioeconómico da ilha montanha, do aeroporto do Pico;
- O constante crescimento do número de passageiros;
- A existência de ligações aéreas diretas entre a ilha do Pico e Lisboa;
- A existência (verão de 2016) de voos diretos com origem no estrangeiro (Amesterdão);
- Os atuais constrangimentos à operacionalidade de determinadas aeronaves;
- As dificuldades causadas por condições climatéricas adversas (chuva);
- A totalidade dos voos regulares serem efetuados pela SATA;
- A titularidade integral do aeroporto do Pico por parte da SATA (“o aeroporto da ilha do Pico é a maior infraestrutura aeroportuária totalmente açoriana”);
- A centralidade, no contexto do “Triângulo”, do aeroporto do Pico.

Assim, pretendem os peticionários, concretamente, solicitar “aos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores que envidem todos os esforços para dotar o Aeroporto da ilha do Pico com mais e melhores condições de operacionalidade, nomeadamente:

1) Que o comprimento da pista seja aumentado, de forma assegurar a operação sem limitações de “payload” para as aeronaves das famílias Airbus A320 e Boeing 737;

2) Qua a pista seja ranhurada (implementação de “grooving”) em toda a sua extensão, de forma a minorar os efeitos adversos para as aterragens provocados pela chuva que frequentemente cai sobre o território açoriano.”

Diligências:

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades e proceder as seguintes audições:

- dos primeiros subscritores, Ivo Sousa e Bruno Rodrigues;
- do representante da empresa Pico Airways;
- do Presidente da ACIP – Associação Comercial e Industrial do Pico;
- dos Presidentes da AMIP – Associação Municipios da Ilha do Pico;
- do Engenheiro António Cansado;
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 08 de novembro de 2017, procedeu à audição dos primeiros subscritores da petição, Ivo Sousa e Bruno Rodrigues; do representante da empresa Pico Airways; do Presidente da ACIP – Associação Comercial e Industrial do Pico; dos Presidentes da AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico; e do Engenheiro António Cansado, na Delegação da ALRAA, na Madalena – ilha do Pico.

• **Audição dos primeiros subscritores da Petição, Ivo Sousa e Bruno Rodrigues;**

Os peticionários começaram por explicar os motivos que levaram à apresentação da petição, com 2351 assinaturas, que não eram especialistas em

aeronáutica, mas apenas curiosos que se têm dedicado a estudar os movimentos do aeroporto da ilha do Pico, os padrões nos cancelamentos de voos e algumas soluções para os evitar.

Relativamente ao movimento registado no aeroporto do Pico, consideram que este é a principal porta de entrada da ilha e umas das gateways da Região Autónoma dos Açores (RAA) que mais cresceu entre 2003 a 2016, com destaque para o crescimento de 37%, no último ano. Este crescimento resulta do facto da ilha do Pico ser o segundo destino mais procurado nos Açores, de estar na moda e ser uma referência.

Por sua vez, os peticionários indicaram que a pista do Pico, com cerca de 1.745 metros, é insuficiente e limita a descolagem de aviões com peso máximo, o que limita a um alcance máximo de 1.000 milhas (apenas até às ilhas das Canárias). As condições climáticas também provocam constrangimentos e cancelamentos de voos, sendo que a chuva foi responsável por, cerca de, 15% dos cancelamentos dos voos da TUI, enquanto o vento do quadrante sudoeste também provocou algumas limitações. Referiram ainda que os cancelamentos devem ser evitados e têm custos para a companhia, para as tripulações, passageiros e para a gestão do aeroporto, sendo que apenas quatro aeroportos são totalmente detidos e geridos pela RAA, nomeadamente, Pico, São Jorge, Corvo e Graciosa.

No que concerne às soluções para mitigar os problemas na pista do Pico, consideram que o grooving irá melhorar as condições de aderência à pista e que o aumento do comprimento da pista trará novas oportunidades para os aviões A-320, cujo alcance é superior.

Além disso, os peticionários entendem que o aeroporto da ilha do Pico está inserido no coração do Triângulo, tendo na sua centralidade uma grande vantagem competitiva, pois é mais rápido chegar à Horta (Faial) aterrando no Pico, do que ir da Madalena à Calheta de Nesquim. Assim, todos os voos a

partir do Pico servem as três ilhas do Triângulo, sendo uma excelente porta de entrada para a Região, com benefícios para todos os Açorianos

De seguida, o deputado Mario Tomé referiu que esta petição surge, também, devido ao aumento dos fluxos turísticos para a ilha do Pico, pelos empreendimentos em curso, bem como pela qualidade ambiental e características específicas da ilha do Pico. Acrescentou que a revisão das obrigações de serviço público de transporte aéreo trouxe novas oportunidades para a ilha e perguntou se o concurso, lançado recentemente, para a execução do *grooving* irá contribuir para a diminuição dos cancelamentos de voos.

Em resposta, os peticionários disseram que o concurso lançado para a execução do *grooving* vem valorizar a petição e irá permitir que a pista seque mais depressa. Além disso, o *grooving* irá contribuir para a melhoria da aderência à pista e das condições de operacionalidade, mas não permite resolver todos os problemas que existem atualmente.

Posteriormente, o deputado Marco Costa fez referência ao estudo apresentado, tendo perguntado se o que falta, para evitar os cancelamentos, é o aumento da pista e qual o custo deste investimento. Perguntou, também, qual a dimensão adequada para a pista e se o objetivo da petição é garantir, apenas, a operacionalidade máxima das aeronaves que voam atualmente para o Pico ou ainda para os novos aviões A-321 Neo.

Os peticionários responderam que atualmente utilizam o aeroporto da ilha do Pico os aviões Q200, Q400 e os A320, sendo que os últimos são dos aviões mais usados no mundo, para as operações de médio curso. Consideram ainda que falta comprimento da pista, para assegurar a aterragem dos A320, em melhores condições, e que a dimensão ideal da pista varia entre os 2.352 metros e os 2.470 metros, o que implicaria um aumento aproximado de 600 metros da atual pista. O valor do investimento estimado para o aumento da pista pode ir dos 4,8 milhões de euros – aumento de 225 metros, aos 13 milhões de euros –

aumento de 600 metros, com base nas comparações efetuadas com a pista do aeroporto de Ponta Delgada. Indicaram ainda que nunca se conseguirá garantir a resolução a 100% de todos os problemas, pois qualquer pista fica sempre dependente da natureza e das condições climatéricas, mesmo numa pista de 3.000 metros (e.g. Aeroporto Internacional John F. Kennedy).

A deputada Graça Silveira perguntou se o objetivo da petição é melhorar a operacionalidade da pista ou se é tornar a pista do Pico como central no desenvolvimento do Triângulo. Além disso, pretende saber quantos voos são cancelados devido ao vento; qual será a percentagem estimada relativa à diminuição de cancelamentos; quais foram os motivos que provocaram o acidente de um avião da SATA, que ficou imobilizado na pista.

Os peticionários responderam que o objetivo da petição era identificar a origem e as causas dos cancelamentos dos voos e indicar formas e soluções para diminuir os cancelamentos. Referiram, também, que o grooving e o aumento da pista permitem reduzir cancelamentos e trazem novas oportunidades na costa leste dos EUA e centro da Europa, sendo que o local do aeroporto do Pico é uma mais valia para o triângulo e beneficia as três ilhas, trazendo assim mais vantagens competitivas para a RAA, face ao custo-benefício.

Acrescentaram ainda que não dispõem de estudos e de dados suficientes para quantificar, em percentagem, as melhorias significativas que o aumento da pista traria, além do que seria necessário efetuar expropriações de terrenos.

Por sua vez, o deputado António Lima perguntou se as condições geotécnicas do solo favorecem ou dificultam o aumento da pista do aeroporto do Pico e o qual o respetivo custo. Questionou ainda sobre o motivo da redução do número de passageiros, em agosto de 2017, e a operação da TUI, do centro da Europa, é viável no futuro, com o aumento da pista no Pico.

Em relação às perguntas colocadas, os peticionários afirmaram que a pista do Pico é a que tem melhor resistência, em comparação com as restantes gateways

da RAA, e os voos do Pico têm uma taxa de ocupação que ronda os 98%. O crescimento negativo resultou do facto de existir menos oferta de lugares da SATA, pois a taxa de ocupação em agosto de 2017 foi de 100%.

Acresce que o grooving irá permitir ajudar a operação da TUI, ainda que seja necessário fazer escala noutra pista, além do que, cerca, de 45% dos passageiros que desembarcaram no Pico visitaram outras ilhas e saíram por outros aeroportos da RAA, sendo um bom exemplo de como o aeroporto do Pico serve toda a Região. Indicaram que a SATA Gestão de Aeródromos é a maior prejudicada com os cancelamentos, pela perda da taxa aeroportuária.

A deputada Graça Silveira perguntou aos peticionários se tinham conhecimento se as condicionantes que se verificam na pista do Pico, são ou não as que se verificam nas pistas do Faial e de São Jorge, o que coloca em causa a sua complementaridade.

Já o deputado Jorge Jorge referiu que todas as ilhas apresentam condicionalismos meteorológicos, que o voo da SATA Internacional não pode operar com a carga máxima, devido às limitações de segurança e perguntou se o aumento da pista era um atrativo para as low cost, como a Ryanair.

Por sua vez, o deputado Mário Tomé disse que o PS assumiu o compromisso eleitoral de fazer a obra do grooving na pista do Pico, sendo que este já está em fase de concurso e perguntou se o aumento da pista no Pico e Faial podem ser complementares.

Os peticionários afirmaram que a complementaridade entre Faial e Pico é fundamental e já existe, mas que nem todas as aeronaves conseguem aterrar, pela resistência do piso, na pista do Faial. Indicaram ainda que o Triângulo é um bom local para implementar a compra do bilhete único (PIT), que o aumento da pista resolve as limitações no transporte de carga e que as low cost voam para destinos com muita procura, não fazem voos circulares e não operam em pistas com limitações.

O deputado Miguel Costa interveio para perguntar qual o aumento mínimo a considerar, caso não seja possível aumentar os referidos 600 metros e se a instalação do grooving no aeroporto da Horta trouxe melhorias substanciais. Perguntou, também, se os aeroportos do Pico e do Faial podem ser considerados “aeroportos alternantes” um do outro e se as limitações nas pistas são normais e acontecem na maioria dos aeroportos.

A terminar, os peticionários responderam que a ilha do Pico tem demonstrado que os investimentos feitos têm trazido mais valias para a RAA e que esta petição surgiu devido aos cancelamentos dos voos, sendo que a principal razão é a reduzida dimensão da pista. Relativamente ao tamanho mínimo da pista, consideram não ter os elementos todos ao dispor, mas tal seria facilitado com o acesso à performance dos aviões, para comparar com outras pistas onde as aeronaves operam sem limitações.

Os peticionários referiram que o grooving na pista da Horta tem resultado em menores cancelamentos; que não existe uma regra taxativa sobre os aeroportos alternativos, fora de um determinado raio; que é normal haver limitações para alguns tipos de aeronaves, mas é fundamental reduzir as limitações para as aeronaves mais frequentes, como os A320. Por fim, consideraram que ao nível de aerogare, o aeroporto do Pico já dispõe das condições adequadas, faltando apenas o aumento da pista.

- **Audição do representante da empresa Pico Airways, Dr. Simas Santos**

O Dr. Simas Santos, na qualidade de representante da empresa, começou por salientar que a Pico Airways é uma empresa de transporte aéreo, complementar à SATA, considerando a SATA fundamental e estratégica para a RAA. Entende que o Triângulo é o segundo grande produto turístico dos Açores, com mais de

4.000 camas, assumindo-se como a grande alternativa a São Miguel e por isso deve ter um aeroporto internacional.

Acrescentou que a falta de operacionalidade do aeroporto do Pico provocou constrangimentos e cancelamentos da operação da TUI, do centro da Europa, e que o desenvolvimento do Triângulo vai potenciar, também, o grupo Ocidental dos Açores, pelo que o assunto do aeroporto deve ser encarado como um problema de gestão e não como questões políticas.

O deputado Mario Tomé aludiu ao potencial económico da ilha do Pico e uma possível complementaridade entre os aeroportos do Pico e do Faial, perguntando como a empresa Pico Airways vai tentar encontrar soluções e parcerias na sua atividade e de que forma o aumento dos passageiros tem contribuído para o crescimento económico da ilha.

O Dr. Simas Santos referiu que a perspetiva da Pico Airways é complementar e suplementar à SATA, porque não estão satisfeitos com as acessibilidades. Considera que o aeroporto do Pico é essencial ao desenvolvimento económico da ilha, que em poucos anos cresceu de forma exponencial e superou a ilha do Faial. Atualmente, a ilha do Pico continua a crescer e tem em curso vários investimentos, na hotelaria tradicional, nos concelhos de São Roque, Lajes e na Madalena, perspetivando o crescimento de setores de atividade relacionados com o Turismo.

Entende ainda que o grooving irá ajudar a melhorar a operacionalidade da pista, mas não resolve todas as limitações da pista do Pico, uma vez que não garante a operacionalidade, sem limites, dos novos aviões da SATA (A321 Neo) e dos aviões da Delta Airlines.

O representante da Pico Airways disse, também, que o Triângulo é já uma evidência e a ilha do Pico está no centro, pelo que é mais lógico desenvolver do centro para a periferia e não o contrário. Defende ainda a manutenção da gateway do Faial.

O deputado Marco Costa perguntou sobre as dificuldades que existem nos transportes aéreos, enquanto produtor de pacotes turísticos no triângulo.

Em resposta, o representante da Pico Airways referiu que os maiores problemas resultam da falta de melhores acessibilidades, na medida em que para um turista da Alemanha possa chegar ao Triângulo, tem de ficar duas noites em São Miguel (na ida e na volta). Além disso, considera que os custos do aumento da pista do aeroporto do Pico são razoáveis, em comparação com outros aeroportos.

Por sua vez, a deputada Graça Silveira perguntou sobre o tipo de aeronaves que a Pico Airways pretende usar; em que termos defende a complementaridade no Triângulo; o que é que o Pico tem de mais valia, para ter um aeroporto internacional; se não considera necessário fazer a cartografia do aeroporto do Pico e quais as infraestruturas que faltam criar no Pico, ao nível de segurança e outros serviços.

O Dr. Simas Santos indicou que a Pico Airways não pretende adquirir aeronaves, mas contratualizar o uso de aviões, com charters e outsourcing, como uma companhia virtual. Acrescentou que a complementaridade consiste em encontrar soluções para o Triângulo e que o tamanho, dimensão, e centralidade da ilha do Pico são factos. A ilha do Pico tem maior potencial de desenvolvimento e vai continuar a crescer em termos de oferta turística, sendo justificável a criação de um aeroporto internacional, com as devidas infraestruturas, pois já existem operadores internacionais como a TUI, a procurar o Pico.

O deputado António Lima perguntou sobre as limitações existentes no atual modelo de transportes aéreos na Região e qual o seu impacto no Pico e Triângulo. Questionou ainda se a criação do aeroporto internacional no Pico iria trazer melhorias; se o mercado mais atrativo é o internacional (EUA e Europa) e se isso implicaria a liberalização do modelo de transportes aéreos.

Relativamente às perguntas colocadas, o representante da Pico Airways afirmou que o Triângulo é um produto único nos Açores e isso não representa demagogia, mas uma realidade que pode e deve ser promovida. Neste sentido, torna-se importante descentralizar os charters de São Miguel e trazer para o Triângulo, reduzindo o afunilamento que se verifica. Entende ainda que as soluções para o Triângulo passam pelos voos charters e não com low cost, pelo que isso não implica mudar o modelo de transportes na RAA.

O deputado Jorge Jorge perguntou sobre a importância atribuída ao aeroporto do Pico, que é totalmente regional, para o futuro do Turismo nos Açores.

Por sua vez, o deputado António Vasco perguntou se considera estratégico o aeroporto do Pico e se existem condições para alterar o modelo de transportes, liberalizando o mercado.

Já o deputado André Rodrigues perguntou se os investimentos previstos na petição são suficientes para tornar o aeroporto do Pico internacional.

O deputado António Pedroso questionou se a ampliação do aeroporto do Pico, para um aeroporto internacional, teve em conta a capacidade de carga da ilha, para absorver o crescimento do turismo. Perguntou, também, sobre a capacidade máxima prevista e aceitável para a ilha do Pico; se é viável uma operadora aterrar no Triângulo e fazer a distribuição por via marítima, em detrimento da via aérea; e se existem camas suficientes.

Às perguntas colocadas, o representante da empresa Pico Airways disse que as ilhas do Pico e São Jorge têm necessidade de mais camas na hotelaria tradicional, sendo importante o reforço das acessibilidades. A operação da TUI revela a atratividade pelo Pico, sendo que o desafio no Turismo está na época baixa (Inverno) e que ainda estamos longe da massificação. Além disso, as companhias low cost foram importantes para São Miguel, não pelo preço, mas sim pela notoriedade dada aos Açores, ainda que entenda não fazer sentido falar

em low cost no Triângulo, mas sim a atualização do modelo das OSP – Obrigações de Serviço Público.

Por fim, indicou que o grooving e o aumento da pista para 2300 metros seriam suficientes para criar um aeroporto internacional no Pico, totalmente gerido e sob a alçada do Governo Regional.

- **Audição do Presidente da ACIP – Associação Comercial e Industrial do Pico, Rui Lima**

O Presidente da ACIP – Rui Lima começou por afirmar que a ilha do Pico tem tido um crescimento notável, fruto da dinâmica e esforço dos empresários, fazendo por isso sentido aumentar a pista do aeroporto, para melhorar a sua segurança e operacionalidade. Considera ainda que se deve combater a sazonalidade no turismo e que a ilha do Pico deve ser encarada de forma complementar ao Faial e São Jorge, no contexto do Triângulo.

O deputado Marco Costa referiu que a ilha do Pico tem registo mais dormidas do que o número de lugares disponibilizados na SATA, perguntando se a ACIP tem dados relativos ao mercado interno; se os riscos dos cancelamentos têm afastado operadores turísticos do Pico; quais os investimentos em curso, nos próximos 3 a 4 anos e se a ACIP tem reivindicado junto do Governo a intenção de ampliar a pista.

O Presidente da ACIP respondeu que a ACIP não dispõe de dados estatísticos sobre a origem e meio como chegam os turistas ao Pico, mas a perceção dos empresários é que todos os voos para o Pico ficaram cheios no Verão e que o crescimento é real e as camas estavam ocupadas.

Por sua vez, o deputado Mario Tomé fez referência às dificuldades no escoamento de pescado por via aérea, questionando se continuam a existir problemas no escoamento por via aérea e se tem sido utilizado o aeroporto do Faial, como alternativa. Perguntou ainda se a ACIP dispõe de dados sobre o

crescimento de emprego na ilha do Pico e se o aumento da pista poderia contribuir para a criação de emprego.

O Presidente da ACIP disse que muitos empresários do Pico utilizam o Faial para escoar os produtos e a carga e que no Verão ocorreu um grande crescimento do Turismo no Pico, com reflexos positivos no emprego.

Já a deputada Graça Silveira perguntou quais os impactos e consequências, para a ilha do Pico, dos cancelamentos de voos.

O Presidente da ACIP afirmou, novamente, que não dispõe de números suficientes para quantificar os impactos, mas no Verão existiram taxas de ocupação de 100% e dificuldades no acesso aos transportes.

O deputado António Lima questionou sobre os constrangimentos criados com os cancelamentos de voos ao nível de carga aérea e se o Pico tem conseguido captar turistas de São Miguel e Terceira, provenientes das low cost.

O Presidente da ACIP disse que qualquer cancelamento traz consequências e que o último Verão, no Pico, foi um bom exemplo na captação de turistas de São Miguel e Terceira.

Por fim, o deputado Jorge Jorge perguntou se é determinante o aumento da operacionalidade e tamanho da pista para combater a sazonalidade.

A terminar, o Presidente da ACIP respondeu que é importante aumentar a pista, pois permitirá combater a sazonalidade e assegurar a operacionalidade da pista, durante todo o ano.

- **Audição do Presidente da AMIP – Associação Municípios da Ilha do Pico, representada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico – Mark Silveira, que se fez acompanhar pelo Presidente da Câmara Municipal da Madalena – José António Soares, e pelo Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico – Roberto Silva.**

Os representantes da AMIP começaram por referir que assinaram a petição e concordam com os termos lá previstos, quer no concurso para o grooving, que já está em curso, quer relativamente ao aumento do comprimento da pista, de forma a evitar penalizações e a reduzir as limitações.

Informaram, também, que a ilha do Pico tem tido os maiores crescimentos de passageiros desembarcados e embarcados nos últimos anos, mas este ano aumentaram os voos, mas diminuíram os lugares disponíveis, devido à troca dos aviões utilizados. Neste sentido, a AMIP tem vindo a reivindicar a ampliação da pista e a falar a uma só voz.

O deputado Mario Tomé reconheceu que as autarquias do Pico têm feito investimento e têm tido uma preocupação com a sustentabilidade ambiental, perguntando se a ilha estará preparada para receber um maior fluxo turístico.

O Presidente da C.M. de São Roque do Pico e da AMIP disse que é necessário criar condições e acompanhar a oferta, com um aumento do número de unidades de alojamento e restauração, o que já está a acontecer, mas que isso é um processo gradual, que deve ser acompanhado pela ampliação da pista, a médio longo prazo, no próximo quadro comunitário.

Por sua vez, o Presidente da C.M. da Madalena indicou que se o aeroporto do Pico tivesse as condições adequadas, o desembarque de passageiros teria aumentado e que o Pico tem sido procurado por investidores, que fazem depender o seu investimento da melhoria das acessibilidades, onde se inclui o aumento da pista. O abandono da TUI no Inverno foi outra penalização para a ilha do Pico e o aeroporto precisa de crescer, para ser complementar ao Triângulo.

O deputado Jorge Jorge perguntou se o desenvolvimento da ilha do Pico e do Triângulo está dependente do aumento da pista do aeroporto; se as obrigações de serviço público devem ser alteradas e se o espaço aéreo deve ser liberalizado.

O Presidente da C.M. de São Roque do Pico afirmou que não tem conhecimentos sobre a OSP ao nível de carga aérea, mas qualquer alteração que melhore o transporte aéreo de turistas e cargas é sempre bem-vinda. O facto de o aeroporto do Pico ser propriedade da RAA vem facilitar o investimento e a sua justificação, pois não depende de terceiros. Considera ainda que, para já, não é importante liberalizar totalmente o espaço aéreo na RAA, mas sim captar operações charters, com voos programados e aumentar a pista.

O Presidente da C.M. da Madalena referiu ainda que voos low cost teriam um efeito positivo na economia e a abertura total do espaço aéreo teria impacto no desenvolvimento da ilha e da RAA.

O deputado António Lima questionou se as últimas obras feitas no aeroporto já deviam ter incluído o aumento da pista e criado novas condições; que consequências tiveram para a mobilidade dos picarotos, na saída da ilha, as taxas de ocupação de 100%; e se é mais importante ter uma taxa de ocupação média superior durante todo o ano ou apenas aumentar no pico da época alta.

O Presidente da C.M. de São Roque respondeu que é preferível ter todos os meses cheios do que criar mais camas apenas para a época alta, havendo assim uma melhor distribuição ao longo do ano. Acrescentou que a realidade no passado era muito diferente da que se vive hoje; que os residentes ficaram limitados na sua mobilidade no último Verão, ainda que tenham utilizado a via marítima para se deslocarem, através do Faial e São Jorge, e que a SATA deve reforçar a oferta interilhas.

A deputada Graça Silveira afirmou que a pista do Pico tem o problema de ser uma pista de montanha e de ter ventos cruzados, perguntando porque motivo nunca foi pedido um mapeamento cartográfico; o que entendem por centralidade geográfica; e quais as grandes preocupações e reivindicações do Pico.

O Presidente da AMIP respondeu que a primeira questão é demasiado técnica e não tem dados suficientes; que em termos de acessibilidades pretendem mais lugares, mais voos e para isso a pista deve ser aumentada. A centralidade geográfica ajuda a definir outras centralidades estratégicas e a uniformização de preços, nas OSP, foram uma grande conquista da RAA.

O deputado Marco Costa perguntou se a AMIP teve ou irá ter reuniões com o Governo Regional dos Açores (GRA) sobre as necessidades do aeroporto do Pico; se concordam com a posição do Presidente do GRA, quando disse que nesta legislatura não havia possibilidade de aumentar a pista no Pico.

Por sua vez, o deputado Jorge Jorge questionou se concordavam com a possibilidade de concessionar o aeroporto do Pico, incluindo neste contrato o aumento da pista.

Já o deputado Mario Tomé perguntou se tinham informações sobre o impacto na economia dos problemas no envio da carga.

O Presidente da AMIP argumentou que quase todos os contactos da AMIP com o GRA e entidades públicas foram tornados públicos e que nestes contactos foram sempre pedidos mais lugares nos voos e o aumento da pista e da sua operacionalidade, ainda que neste quadro não existem fundos comunitários disponíveis, ficando em aberto para o futuro. Entende que se a concessão trazer o faz falta ao Pico, então é bem-vinda a concessão. Disse ainda que não tem conhecimento sobre os problemas de carga, mas admite que tal possa ter acontecido.

A terminar, o Presidente da C.M. das Lajes do Pico disse que os aeroportos do Pico e do Faial são complementares e não concorrentes, que são detidos por entidades diferentes e que se justifica a necessidade de aumentar a pista. Informou que existem muitos projetos em curso para o aumento do número de camas, nos próximos anos. Considera ser importante contemplar no próximo quadro comunitário fundos para o investimento na ampliação da pista do Pico,

havendo uma grande proximidade entre o Pico e São Jorge, o que constitui mais um argumento válido. Por fim, o turismo tem permitido criar mais emprego e devemos criar as condições necessários ao desenvolvimento da ilha do Pico, sendo fundamental a ampliação da pista.

- **Audição do Engenheiro António Cansado**

O Eng. António Cansado referiu que o aeródromo do Pico já tinha sido sujeito a uma remodelação que incluiu o aumento da pista, da aerogare e do quartel de bombeiros, em 2004 e que nesta altura já se previa que o Pico reunia as melhores condições para desenvolver o Triângulo. Deu como exemplo a operação da TUI, que olhou para o Triângulo como uma oportunidade de negócio e escolheu o Pico. Citou ainda uma frase da Wikipédia a mencionar que “(...) em caso de futura ampliação da futura pista do Pico, a topografia expansiva do aeroporto do Pico, torna-o um dos melhores aeroportos da RAA, até ao nível da centralidade”.

A deputada Graça Silveira perguntou sobre a importância da comparação da ampliação da pista do Pico com a ampliação da pista da Horta; se é importante fazer um mapeamento cartográfico da pista do Pico e se isso aumentava a sua operacionalidade. Questionou ainda qual a dimensão do aumento da pista necessário para reduzir os cancelamentos e se dispõe de dados sobre o histórico de cancelamentos na pista do Pico.

O Eng. António Cansado respondeu que é necessária mais pista para que o avião descole com carga máxima e que o combustível na Horta até é mais caro do que no Pico.

Já o deputado Mário Tomé perguntou sobre o custo do aumento da pista, em mais 600 metros.

O Eng. António Cansado disse que não tem conhecimentos suficientes de engenharia civil; que o grau de exigência para operar nos EUA é diferente da

Europa e que caberá à ANAC dizer se o aumento de 600 metros será ou não suficiente. Indicou ainda que os aviões A321-Neo são da mesma família dos A320.

O deputado António Lima questionou se os novos aviões A321-Neo poderão ser usados na pista do Pico, com o aumento da pista previsto na petição e se estes aviões são adequados para as obrigações de serviços público entre Lisboa-Faial e Lisboa-Pico.

O Eng. António Cansado argumentou que as condições de operacionalidade de cada aeroporto devem ser rigorosamente cumpridas e verificadas; que um A320 poder operar no Pico, desde que cumpra determinados requisitos; e que o A321-Neo vem responder aos novos desafios, pois tem menores consumos de combustível e nova motorização dos aviões.

O deputado Marco Costa perguntou se o grooving vai resolver os problemas todos e se o facto de ser um aeroporto de montanha é visto como um problema.

O Eng. António Cansado disse que o grooving vai resolver os problemas de aquaplanagem; que a centralidade do Pico é inegável e se o aeroporto não for operacional e seguro, não pode ser escalável.

Posteriormente, o deputado Miguel Costa perguntou se se voa para o Pico e Faial em condições de segurança e se defende que a estrutura do aeroporto do Pico deve ser central para servir o Triângulo, com fluxos diretos da EUA e Europa.

O deputado Jorge Jorge perguntou se os aviões A321-Neo podem operar a 100% para o Pico.

A deputada Graça Silveira perguntou se o aeroporto do Pico é o que melhor serve o Triângulo, mesmo com os ventos cruzados da montanha e se não seria melhor ter dois aeroportos operacionais e complementares.

Às perguntas colocadas, o Eng. António Cansado começou por referir que um aeroporto é operacional se forem cumpridas, de forma cumulativa, vários

pormenores. Esclareceu que não se pode falar em condições mínimas de segurança, mas se há ou não condições de segurança, pelo que é óbvio que a SATA está a operar em segurança. Indicou que o grooving não resolve o problema para operar com os A321-Neo, uma vez que continua a ser necessário mais comprimento de pista.

Acrescentou que a pista do Pico é mais fácil de prolongar, a um custo relativamente reduzido e que a procura pelo Pico tem aumentado e forma significativa, dando como exemplo a operação realizada pela TUI. Além disso, entende que a ser feita obra, esta deve acontecer no Pico, pois é propriedade da RAA, enquanto o aeroporto da Horta foi concessionado a privados. Referiu ainda que o aeroporto do Faial não tem as mesmas condições de prolongamento da pista e que um investimento com um maior retorno para o Triângulo e para os Açores, será no Pico.

- **Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha**

A Secretária Regional, Ana Cunha, iniciou a sua intervenção dizendo que os subscritores da petição pretendem o aumento das condições de operacionalidade da ilha do Pico, solicitando que sejam realizadas duas intervenções, o aumento do comprimento da pista e a implementação do “grooving”. Referiu que o compromisso político assumido pelo Governo, dos Açores foi o de aumentar e melhorar a operacionalidade do aeroporto através do “grooving”, que consiste na criação de ranhuras na superfície da pista, permitindo aumentar a aderência das aeronaves, sendo estimado iniciar a empreitada em fevereiro do próximo ano, com um prazo de execução de 90 dias.

Além disso, o Governo dos Açores tem vindo a realizar investimentos naquela infraestrutura, nomeadamente, o restabelecimento da faixa “strip” da cabeceira da pista 09 e a restituição da superfície livre de obstáculos de descolagem na pista 27, a aquisição e instalação de equipamento para a estação meteorológica,

a execução da correção da sinalização horizontal e repintura das marcações existentes. Está ainda em curso a implementação do sistema de “ILS”, sistema automático que auxilia os pilotos no processo de aterragem e que irá permitir reduzir o número de voos a cancelar por motivos de condições atmosféricas adversas.

O deputado Mário Tomé saudou e valorizou o trabalho realizado pelos peticionários, questionando posteriormente a SRTOP sobre se a empreitada de “grooving” irá ter alguma implicação ou constrangimentos na operação do aeroporto do Pico durante a sua execução e para quando a conclusão do processo de certificação do “ILS” e seu impacto na melhoria das condições de operacionalidade do aeroporto do pico.

A SRTOP respondeu que a execução da empreitada de “grooving” não iria trazer, à partida constrangimentos para o normal funcionamento do aeroporto, sendo uma obra de curta duração. Relativamente à certificação do sistema “ILS” está neste momento em fase de procedimento dependente de entidades externas, pelo que não poderá se comprometer com datas para a sua conclusão, afirmando que a ANAC tem 90 dias para responder à documentação submetida, pelo que estima que dentro de três meses possamos ter a sua aprovação.

A deputada Graça Silveira questionou se o sistema “ILS” melhora as condições de aproximação à pista quando o problema são os ventos, afirmando que grande parte dos cancelamentos são provocados pelos ventos. Perguntou ainda se existe disponibilidade do Governo Regional dos Açores para aumentar a pista, conforme solicitado na petição.

A SRTOP referiu que a questão feita sobre o “ILS” era muito técnica, mas entende que o sistema “ILS” permita auxiliar os pilotos no processo de aproximação e aterragem em condições de adversidade de visibilidade, e não propriamente o vento. Referiu que o “grooving” permite uma maior aderência da aeronave à pista na fase de travagem e que o compromisso político para esta

legislatura é o de realizar investimentos que levem à melhoria das condições de operacionalidade da pista, nomeadamente através da empreitada de “grooving” e não pelo aumento da pista.

O deputado Jorge Jorge referiu que a empreitada do “grooving” e a implementação do “ILS” vão melhorar as condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico, afirmando que a petição aborda o assunto das novas aeronaves da SATA e sobre a sua operacionalidade no aeroporto do Pico. Perguntou se as novas aeronaves podem operar sem penalizações com a atual pista, referindo que a obra de ampliação, no valor de 15 milhões de euros, permitiria reduzir o número de cancelamentos de voos e a possibilidade de as aeronaves operarem com a sua carga máxima. Finalizou, questionando se o Governo dos Açores admite começar a trabalhar neste assunto para que na próxima legislatura, com outro quadro comunitário de apoio, possa concretizar esta obra.

A SRTOP referiu que as questões colocadas pelos subscritores da petição referem-se ao aumento do comprimento da pista e ao investimento no “grooving”, este último já em execução. Relativamente ao aumento da pista, transmitiu novamente a mesma posição do Governo Regional e respondeu que não poderia fazer futurismo, nomeadamente sobre o novo enquadramento comunitário e sobre a possibilidade de enquadrar o investimento numa nova legislatura. Concluiu dizendo que o Governo está a cumprir com os seus compromissos.

O deputado Jorge Jorge questionou qual o valor dos prejuízos para a SATA e para a Região, pelos cancelamentos dos voos no Pico.

A SRTOP respondeu que não tinha consigo os valores dos prejuízos causados à SATA.

O deputado António Lima questionou a SRTOP sobre quais os aviões que irão operar na rota Pico – Lisboa uma vez que estamos em fase de reestruturação da frota da SATA.

A SRTOP respondeu que, ainda em processo de transição de frota, a SATA continua a afetar à rota Pico – Lisboa os A320.

O deputado Marco Costa questionou se já estão a decorrer negociações na área dos transportes e acessibilidades para o próximo quadro comunitário; quanto tempo será necessário para a elaboração de um projeto de ampliação do aeroporto do Pico; e se a SRTOP tinha mais informações sobre as questões da operacionalidade do aeroporto.

O deputado Mário Tomé referiu todo o trabalho feito ao longo dos últimos anos no aeroporto do Pico, mas referiu que a TUI abandonou a operação para o Pico por causa dos cancelamentos provocados com o excesso de água na pista, situação que a empreitada do “grooving” vem resolver. Questionou se a execução do “grooving” vai ou não reduzir o número de cancelamento e aumentar as condições de operacionalidade do aeroporto do Pico.

A deputada Graça Silveira referiu que a empreitada do “grooving” irá melhorar situações de “aquaplaning”, mas continuamos a ter os problemas de cancelamento devido aos ventos laterais, questionando se foi já ou não feito algum estudo sobre os custos de cancelamento de um voo para o Pico, quanto custa à companhia e se compensaria efetivamente fazer o investimento no aumento da pista face a esses custos de cancelamento, ou seja, um estudo de custo/benefício deste aumento.

A SRTOP afirmou que, relativamente ao quadro comunitário e às negociações sobre as acessibilidades, este tema é uma das prioridades do Governo Regional, sendo conduzidas por outra Secretaria e que não consegue precisar quanto tempo demoraria a fazer um projeto deste tipo, apesar de já existir uma ideia e uma estimativa de custo. Afirmou que é inquestionável que o “grooving” irá

reduzir o número de cancelamentos e melhorar as condições operacionais nesta infraestrutura.

O deputado Jorge Jorge questionou quem elaborou o estudo que refere a diferença entre a capacidade de carga das aeronaves A320 com a pista molhada e com a pista seca.

A SRTOP respondeu que o parecer foi elaborado pelo Eng. Rui Medeiros que está anexo ao processo enviado pelo Eng. Paulo Meneses.

O deputado Luís Rendeiro referiu que considera essencial existir uma resposta sobre os prejuízos para a SATA e para a Região, dos cancelamentos de voos no Pico e questionou quais os custos médios anuais para a SATA e para a Região dos sucessivos cancelamentos dos voos na ilha do Pico.

O deputado Marco Costa questionou sobre a pertinência da elaboração imediata do projeto de ampliação da pista do aeroporto do Pico.

O deputado Mário Tomé perguntou sobre o custo/benefício do investimento e sobre o comprometimento do quadro comunitário para esta legislatura.

A SRTOP respondeu que não tinha ao seu dispor dados sobre os prejuízos diretos para a SATA e os prejuízos indiretos para a Região e que, efetivamente, este quadro comunitário está comprometido.

A terminar, a SRTOP enalteceu o trabalho realizado pelos peticionários, realçando que a petição já apresenta uma avaliação inicial deste investimento no aeroporto do Pico.

A Comissão Permanente de Economia solicitou os seguintes pareceres por escrito:

- Eng. Rui Medeiros;
- Conselho de Ilha do Pico;
- Associação de Agricultores da Ilha do Pico;
- Associação de Armadores Pesca Artesanal Ilha do Pico;
- Câmara Municipal da Horta;

- Câmara Municipal das Velas;
- Câmara Municipal da Calheta;
- Câmara do Comércio e Indústria da Horta;
- Associação de Turismo dos Açores (ATA);
- Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea;
- Representante dos Pilotos da SATA Internacional;
- Representante dos Pilotos da SATA.

4.º cAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão de Economia deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE, pronunciar-se da seguinte forma:

1. Os peticionários indicaram que o aeroporto da ilha do Pico foi um dos que mais cresceu na RAA, entre 2003 a 2016. Mas a pista do Pico, com cerca de 1.745 metros, é insuficiente e limita a descolagem de aviões com peso máximo; assim como as condições climatéricas (vento e chuva) que também provocam constrangimentos e cancelamentos de voos;
2. Os peticionários apresentaram como soluções a implementação do grooving, para melhorar as condições de aderência à pista e o aumento do comprimento da pista na ilha do Pico, que permitiria melhorar a operacionalidade da pista em condições adversas de vento;
3. Os peticionários consideraram ainda pertinente o aumento da pista no sentido de reduzir as penalizações em relação à carga máxima assim como devido à centralidade do Pico no Triângulo e nos Açores;
4. Por sua vez, o Dr. Simas Santos referiu que a perspetiva da Pico Airways é complementar e suplementar à SATA, porque não estão satisfeitos com a falta de acessibilidades e a ilha do Pico continua a crescer e tem em curso vários investimentos no setor turístico;

5. O representante da Pico Airways afirmou que o Triângulo é o segundo grande produto turístico dos Açores, com mais de 4.000 camas. Indicou ainda que o grooving e o aumento da pista para 2300 metros seriam suficientes para criar um aeroporto internacional no Pico, totalmente gerido e sob a alçada do Governo Regional.

6. O Presidente da ACIP – Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico disse que o Pico tem tido um crescimento notável, fruto da dinâmica e esforço dos empresários, fazendo por isso sentido aumentar a pista do aeroporto, para melhorar a sua segurança e operacionalidade, numa lógica complementar ao Faial e São Jorge, no contexto do Triângulo.

7. Acresce que os representantes da AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico disseram que assinaram a petição e concordam com os termos lá previstos, quer no concurso para o grooving, que já está em curso, quer relativamente ao aumento do comprimento da pista, de forma a evitar penalizações e a reduzir as limitações.

8. Informaram, também, que a ilha do Pico tem tido os maiores crescimentos de passageiros desembarcados e embarcados nos últimos anos, pelo que a AMIP tem vindo a reivindicar a ampliação da pista e a falar a uma só voz.

9. O Eng. António Cansado referiu que o aeródromo do Pico já tinha sido sujeito a uma remodelação que incluiu o aumento da pista, da aerogare e do quartel de bombeiros, em 2004 e que já nesta altura se previa que o Pico reunia as melhores condições para desenvolver o Triângulo. Deu como exemplo a operação da TUI, que olhou para o Triângulo como uma oportunidade de negócio e escolheu o Pico.

10. Já a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas referiu que o compromisso político assumido pelo Governo dos Açores foi o de aumentar e

melhorar a operacionalidade do aeroporto através da empreitada do “grooving”, a realizar em 2018, e não a ampliação da pista, nesta legislatura;

11. Além disso, o Governo dos Açores tem vindo a realizar investimentos naquela infraestrutura, nomeadamente, o restabelecimento da faixa “strip” da cabeceira da pista 09 e a restituição da superfície livre de obstáculos de descolagem na pista 27, a aquisição e instalação de equipamento para a estação meteorológica, a execução da correção da sinalização horizontal e repintura das marcações existentes, estando ainda em curso a implementação do sistema de “ILS”.

12. De realçar que a Petição foi subscrita por 2.351 peticionários, pelo que reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

13. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2018

O Relator: Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente: Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar saúdo os peticionários que dirigiram a esta Assembleia a Petição “Pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da ilha do Pico”, na pessoa do primeiro subscritor, o senhor Ivo Luís de la Cerda Garcia e Sousa, Petição que motivou um amplo debate sobre este assunto, ainda em Comissão e agora que chega aqui a plenário.

Quando falamos de aeroportos, falamos de infraestruturas para cuja operacionalidade concorrem vários fatores, alguns deles, é certo, não controláveis diretamente, como é exemplo a meteorologia e as próprias condicionantes geográficas. É por isso impossível garantir 100% de operacionalidade, 365 dias por ano em qualquer aeroporto. Esta verdade é ainda mais óbvia quando falamos de aeroportos dos Açores, sujeitos a condicionantes muito imprevisíveis.

Mas sendo impossível garantir 100% de operacionalidade, podemos e devemos exigir aos poderes públicos que estas infraestruturas se aproximem do ótimo no que diz respeito à fiabilidade da operação e, principalmente, no que respeita à segurança.

Nas audições no âmbito desta Petição, em Comissão especializada, foi possível verificar que a pretensão dos peticionários, não só é possível, como é necessária para atingir maiores padrões de segurança e operacionalidade no aeroporto da Ilha do Pico.

Se a questão do chamado *grooving* se encontra em vias de resolução, já o aumento da pista, responsabilidade do Governo Regional, já não é tão simples.

Mas esta questão é importante para que os padrões de segurança, fiabilidade e operacionalidade do aeroporto do Pico sejam elevados a patamares superiores.

A segurança diz respeito, em primeiro lugar, à segurança de pessoas e bens, segurança no que respeita à previsibilidade da concretização dos próprios voos

e, por esta via, segurança dos agentes económicos da ilha que dependem desta porta de entrada na ilha para a sua atividade económica.

Mas se este aspeto é fundamental, não deixa de ser igualmente importante o papel que as infraestruturas aeroportuárias podem ter na alavancagem da economia no caso, em concreto, da ilha do Pico e, por via disso, no todo regional.

Mas para que isso aconteça, voltamos de novo aos fatores segurança e fiabilidade das operações nestas infraestruturas.

No caso concreto do aeroporto do Pico não se entende que esta infraestrutura, tendo sido alvo de importantes obras de remodelação há apenas 14 anos, estas não tenham sido perspectivadas de médio e a longo prazo, como devem ser as intervenções em infraestruturas estratégicas como são os aeroportos.

Não é lógico sob o ponto de vista estratégico e muito menos sob o ponto de vista financeiro que, havendo uma intervenção de grande envergadura, esta não tenha acautelado o futuro e que, hoje, chegados aqui, se tenha de executar aquilo que não foi feito no devido tempo.

Mais uma vez se demonstra a falta de estratégia de desenvolvimento dos Açores que é património dos sucessivos governos regionais.

No setor dos transportes, para mascarar a sua falta de estratégia, o Governo Regional inventou um PIT – Plano Integrado de Transportes – que contendo algumas ideias que caminhavam no sentido de constituir um plano, de integrado não tinha nada.

Estamos perante uma lógica de governação próxima do casuístico mas que, na maioria das vezes, segue a doutrina do desenrasca ou do nicho de votos que se pretende conquistar a cada momento.

Como apontam os peticionários, a sua pretensão é importante para o setor do turismo. Mas neste setor a capacidade de pensar a região é atropelada pelo imediato e pela doutrina do desenrasca que se traduz na recente intenção do

Governo Regional em colocar o plano estratégico do turismo à frente dos próprios planos de ordenamento do território.

Esta forma de atuar, que colide com o pensamento mais avançado hoje vigente, não permite que qualquer projeto tenha um rumo definido e que aponte para o futuro, como aconteceu com o aeroporto do Pico.

No entanto, a incapacidade do Governo não retira, antes reforça, a razão dos peticionários e atendendo às alterações regulamentares realizadas pela Comissão Europeia no que diz respeito aos apoios às infraestruturas aeroportuárias regionais, em particular das Regiões Ultraperiféricas, está aberta uma janela de oportunidade para reparar os erros do passado.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Tomé tem agora a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se e saúda os peticionários por esta iniciativa, Ivo Sousa, Bruno Rodrigues e Luís Ferreira, na qualidade de proponentes, e os outros subscritores que respetivamente se associaram a esta Petição e demonstra a importância da participação da sociedade civil e o seu envolvimento nas causas públicas.

Duas particularidades nesta Petição pela “melhoria das condições de operacionalidade do aeroporto do Pico”.

A primeira, o número de peticionários, 2351 corresponde à altura da montanha do Pico;

A segunda, tal como a própria montanha do Pico se ergue de forma imponente, serena e tranquila, também se desenvolveu a Petição agora em debate tendo como base um vasto conteúdo técnico bem demonstrativo do trabalho sério e

meticuloso levado a efeito pelos primeiros subscritores da Petição, o que torna este trabalho notável.

A Petição surge naturalmente pelo excelente trabalho desenvolvido pelos primeiros subscritores em sequência do enorme aumento do fluxo turístico, fluxo de passageiros registado nos últimos anos, em especial em 2016, tendo registado o maior crescimento percentual de toda a Região, significando naturalmente que existe trabalho feito nesta matéria.

O aeroporto do Pico apresenta um crescimento global no transporte de passageiros de mais 117% entre 2008 e 2017. Em igual período homólogo apresenta também um crescimento de mais 46% no número de voos: em 2008, 721 e em 2017, 1054.

Este aumento de passageiros conseguiu-se por três vias: primeiro, pela capacidade empresarial existente na Ilha do Pico, pelo reflexo do investimento privado, pela qualidade ambiental da ilha e das suas gentes e pelo trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia e pelos três municípios da Ilha do Pico.

Segundo, por outro lado, o trabalho desenvolvido pelo Governo dos Açores, tornou apetecível visitar os Açores reforçou a notoriedade do destino turístico associado à revisão do modelo de obrigações de serviço público de transporte aéreo, que permitiu um modelo misto que conjuga rotas liberalizadas com rotas de obrigações de serviço público e isso tem permitido que as pessoas queiram visitar mais os Açores e nomeadamente a ilha do Pico.

Terceiro, pelo trabalho que a SATA tem feito em promover de forma sustentada a oferta para a Ilha do Pico, tal como tem acontecido e acontecerá com a disponibilização de mais lugares quer no interligas, quer nos voos territoriais.

Sendo o aeroporto do Pico a maior infraestrutura administrada por uma empresa pública que pertence à Região, é necessário evidenciar os avultados e justificados investimentos que foram realizados na última década, tendo como objetivo introduzir melhorias na operacionalidade deste aeroporto como o

aumento da pista que veio permitir a sua certificação para receber voos diretos do exterior.

Além desta obra que veio permitir ligações com o exterior, outros investimentos foram feitos: a construção de tanques de combustível em São Roque e a sua certificação, o armazém de cargas, o restabelecimento da faixa STRIP da pista 9, a instalação de equipamentos para a estação meteorológica, a execução da correção da sinalização horizontal e repintura da totalidade das marcações da pista e a certificação em curso do ILS e o início da empreitada da obra do *grooving* que irá permitir reforçar as condições de operacionalidade e segurança da pista do aeroporto.

Os investimentos no aeroporto do Pico têm acompanhado de forma qualitativa e equilibrada a evolução da procura, contribuindo decisivamente para maior segurança das aeronaves.

As várias audições realizadas no âmbito da Petição e na Comissão Parlamentar de Economia demonstraram a ambição e a necessidade dos picarotos em ter um aeroporto que venha responder à dinâmica empresarial da Ilha do Pico e que sirva o triângulo, nomeadamente depois de cumprir a ambição do aumento da pista de modo a proporcionar melhores condições de operacionalidade das aeronaves e o surgimento de outras possibilidades, quer de rotas e quer de outro tipo de aeronaves.

Nesta legislatura o objetivo está a ser integralmente cumprido, com as várias obras e em especial o *grooving* que permitirão melhores níveis de operacionalidade.

A ambição dos peticionários é uma ambição picarota, embora não prevista para esta legislatura, naturalmente terá oportunidade de ser avaliada por quem de direito e com o enquadramento necessário.

O Pico tem crescido em todas as frentes por mérito dos picarotos e do Governo Regional dos Açores.

É nesse sentido que iremos certamente continuar; é nele e para ele que trabalhamos todos os dias e todas as iniciativas que possam contribuir para ajudar a trilhá-lo são bem-vindas, como foi o caso desta Petição e da qualidade do esclarecimento prestado pelos seus primeiros subscritores aquando das audições.

Seguiremos em frente, como todos e ao lado de todos os açorianos, pelo contínuo desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro de tudo quero aqui saudar os 2351 peticionários nas pessoas de Ivo Sousa e Bruno Rodrigues, como primeiros subscritores da Petição “Pelo aumento das condições de operacionalidade do Aeroporto da Ilha do Pico”.

A operacionalidade do Aeroporto da Ilha do Pico é limitada no fundamental pela existência de problemas a nível da superfície das pistas, nomeadamente na drenagem da água em situações de chuva forte, pelas distâncias disponíveis para as manobras de aterragem e descolagem, vulgarmente designadas como comprimento das pistas e pelos problemas de “*wind-cheers*”, vulgar nos aeroportos construídos na proximidade de montanhas.

Se é certo que a drenagem das águas pluviais e o atrito das pistas pode ser melhorado com o “*grooving*”, previsto para ser efetuado em fevereiro do

próximo ano, e isso irá diminuir as distâncias necessárias para aterragem das aeronaves sobretudo em condições de chuva forte, não é menos verdade que só por si não resolve a questão do aumento da operacionalidade, nomeadamente quanto às limitações de *“payload”*.

Se é certo que o ILS, cujo processo de certificação, ao que sabemos, se encontra em curso, vem permitir as aproximações e aterragens em condições de baixa visibilidade, também é certo que não é este equipamento, embora muito relevante em termos de segurança, que irá resolver as questões de aumento das condições de operacionalidade no tocante à possibilidade de operação do aviões A320 sem limitações de *“payload”*, ou seja, com mais peso na aterragem ou mais peso máximo à descolagem, nem vem permitir a operação dos A321 Neo nem do Boeing 737.

Se é certo que o problema do cisalhamento dos ventos junto às montanhas é um problema deveras conhecido do mundo aeronáutico, o que é verdade é que não existe equipamento capaz de o evitar e apenas um maior comprimento das pistas pode aumentar a operacionalidade e a segurança e minorar os seus efeitos, na medida em que permite às aeronaves aproximações e aterragens com maior velocidade, bem como com maior peso.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aumentar as condições de operacionalidade do Aeroporto do Pico passa necessária e inevitavelmente pelo aumento do comprimento das pistas.

As limitações de *“payload”* existentes não se resolvem com uma faixa de strip numa cabeceira, nem com um aumento da área de servidão aeronáutica como parece julgar a Senhora Secretária Regional dos Transportes.

Sendo certo que a Autoridade Nacional da Aviação Civil tem uma importante palavra a dizer no tocante ao aumento do comprimento das pistas necessário para aumentar a operacionalidade, em nosso entender é fundamental que esse comprimento de pistas seja aumentado para a ordem dos 2.470 metros.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É indiscutível a procura crescente que a Ilha do Pico tem registado por parte dos operadores turísticos;

É indiscutível a vantagem da sua localização no tocante às ilhas do Triângulo;

É também indiscutível e reconhecido o papel de complementaridade do Aeroporto do Pico e do Aeroporto da Horta.

Por tudo isso, negar a possibilidade de desenvolvimento não aumentando a operacionalidade do Aeroporto do Pico seria um grave erro que esperamos não seja cometido.

Mesmo admitindo a necessidade de um investimento de 13 milhões para o necessário aumento das pistas do Aeroporto do Pico e partindo do princípio que a exploração do mesmo não será rentável, tal aliás como nenhum outro aeroporto da nossa Região, os benefícios para a economia do Pico e das ilhas do triângulo terão de ser levados em consideração e por si só justificam este importante investimento.

Pela nossa parte tudo faremos para que a justa reivindicação por parte dos peticionários do aumento da operacionalidade do Aeroporto do Pico encontre eco junto dos responsáveis e que tal reivindicação seja justamente alcançada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o CDS obviamente que quer saudar os 2351 peticionários que trouxeram a plenário este assunto que é da maior pertinência, o aumento das condições de operacionalidade do aeroporto da Ilha do Pico e saudar as pessoas dos três primeiros signatários o Ivo Sousa, o Bruno Rodrigues e o Luís Ferreira, três jovens picarotos, um deles, o Ivo Sousa, que é investigador do

Instituto Superior Técnico e que não só fizeram uma petição como fizeram um trabalho de excelente qualidade, até em termos técnicos, exaustivo, de tentar avaliar quais as condições que levam sistematicamente ao cancelamento dos voos para a Ilha do Pico, tendo os peticionários como principal preocupação o facto de considerarem que o aeroporto da ilha do Pico é a *gateways* da Região que mais cresceu entre 2003 e 2016 com destaque para um crescimento de 37% no último ano, o que resulta do facto da Ilha do Pico ter representado um crescimento enorme em termos de procura turística.

Consideram ainda que todos estes cancelamentos levam a que os operadores turísticos possam desistir da Ilha do Pico e dão como exemplo ao longo de toda esta Petição a operação da TUI que tinha sido uma conquista para a ilha do Pico e que foi um operador que desistiu da Ilha do Pico porque não conseguia gerir os sistemáticos cancelamentos que haviam para a ilha do Pico.

Dão como exemplo a questão do *grooving*, que já foi aqui explicado, ou seja, a pista da ilha do Pico continua a ter problemas de *aquaplaning* sempre que chove, porque ainda não tem os estriados na pista que permite uma maior adesão na aterragem e na descolagem, que neste momento já está em curso, tinha sido uma promessa do Governo Regional e que está neste momento penso que em lançamento o concurso para que essa pretensão dos peticionários se concretize e a outra de que deveria haver um aumento do tamanho da pista e todos os estudos e análises que fazem usam como exemplo o A320, porque consideram que é a aeronave mais utilizada a nível mundial em termos de voos de médio e longo curso e que SATA Internacional ou Air Açores utiliza para voar para o Pico.

Devo dizer, e sem mais demoras, que o CDS obviamente se solidariza com estas pretensões dos peticionários,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... melhorar as condições de operacionalidade da Ilha do Pico, mas devo dizer que o CDS não só se solidariza, como tem uma longa história de contributos para a melhoria das acessibilidades do aeroporto da Ilha do Pico.

Devo lembrar, desde logo, que a instalação do ILS no aeroporto da Ilha do Pico resultou de uma proposta do CDS nesta Casa aprovada por unanimidade e foi também por proposta do CDS que o aeroporto do Pico passou a poder fazer o armazenamento de combustível e por essa via as aeronaves poderem fazer o abastecimento de combustível no aeroporto do Pico e por essa razão se deve ao CDS que o aeroporto da Ilha do Pico passou a ter voos diretos.

Também devo dizer, e em termos de acessibilidades, que foi por proposta do CDS que a Ilha do Pico passou a ter o segundo voo.

Portanto, estamos sempre disponíveis para contribuir para que os açorianos possam ter melhores acessibilidades, possam ter a possibilidade de um maior conforto de poder viajar sem os inconvenientes de cancelamentos e para que o destino Açores e a Ilha do Pico, neste caso em particular, seja um destino apelativo para quem quer investir na economia e no turismo das nossas ilhas.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez a sociedade civil disse presente. Neste particular temos a obrigação de deixar uma palavra de agrado e satisfação aos primeiros signatários e a todos os peticionários da Petição pelo aumento das condições de operacionalidade do aeroporto do Pico.

Ao todo foram mais de 2000 os subscritores.

Deve ser dada nota do importante trabalho técnico desenvolvido que ao longo do tempo teve e continua a ter uma postura construtiva e pedagógica junto da opinião pública e junto dos órgãos de governo da Região.

A sociedade picoense mobilizou-se em redor dos peticionários acreditando no seu trabalho, nas suas apostas sem baixar braços de forma madura e consciente e tendo presente a complementaridade entre ilhas.

Entre os motivos que impulsionaram a iniciativa encontram-se os factos de que foram e continuam a ser pertinentes os constantes aumentos do número de passageiros; foram e continuam a ser pertinentes as ligações com o exterior da Região; foram e continuam a ser importantes para esta equação a possibilidade de ligações diretas com o estrangeiro.

Existiam e continuam a existir constrangimentos à operacionalidade de determinadas aeronaves e, por fim, mas não menos importante, considerou-se a contextualização do aeroporto do Pico no todo das infraestruturas aeroportuárias da Região.

Das audições realizadas ficam as posições consensuais sobre a melhoria da operacionalidade garantida pelo *grooving*, mas que em nada desvirtua a ambição só alcançada com o aumento do cumprimento da pista, pois o *grooving* não corrige todos os constrangimentos desta infraestrutura.

Falar de operacionalidade do aeroporto do Pico obriga a relembrar as falácias do Governo Regional sobre o ILS. Esta é uma promessa com 12 anos, mas que ainda não está cumprida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo não pode, nem deve continuar a tentar passar aos picoenses e aos açorianos a mensagem de que *grooving* substitui as valências do cumprimento da pista.

O Governo não pode, nem deve continuar a confundir *grooving* com aumento da pista.

Ao longo dos últimos anos foram muitos os danos causados aos picoenses e aos seus empresários por fragilidades nas condições de operacionalidade do aeroporto do Pico.

Relembra-se a aposta da TUI nas ligações à Ilha do Pico e os constrangimentos que a sua infraestrutura lhes proporcionou com consequentes cancelamentos por falta de condições do aeroporto.

Aliás, o Governo Regional nunca teve coragem de assumir perante os picoenses que o abandono da rota por parte deste operador em muito esteve relacionado com as condições do aeroporto.

São consecutivos os sinais de interesse dos operadores decorrentes da atratividade da Ilha.

Cabe ao Governo Regional garantir os meios necessários e devidos para que essa tendência se efetive.

Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Voltando às audições, relembramos a posição do antigo Presidente do Conselho de Administração da SATA, Eng.º António Cansado, que referiu: “não foi por acaso que a TUI optou pelo Pico”, acrescentando que “certamente a operadora abortou a sua operação por não se verificarem as condições no aeroporto de acordo com as suas necessidades”.

Das audições ficou clara a crescente procura pelo destino Pico, procura essa confirmada ainda esta semana e que revela ocupações na ordem dos 90% nas ligações da Azores Airlines durante os meses de julho e agosto de 2018.

Aliás, dados estes níveis de ocupação, ainda é momento de o Governo Regional revelar se está ou não disposto a reforçar o número de ligações com Lisboa ainda este verão, para lá das quatro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Mas sobre a ampliação do aeroporto do Pico o Governo Regional tem apresentado uma postura intransigente, sem vontade de estabelecer datas e alguma fobia a planeamentos.

Os picoenses merecem muito mais do que ouvir o Sr. Presidente do Governo e a Sra. Secretária dos Transportes dizer que não fomos a eleições com esta promessa. Portanto, este é um assunto fechado nesta legislatura.

Primeiro, consideramos que este é um desrespeito pelos picoenses, uma desvalorização do trabalho dos peticionários e redutora na sua essência;

Em segundo, porque poderíamos ter aqui um longo debate sobre os imensos compromissos eleitorais do PS com os picoenses e que não foram cumpridos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que invalida totalmente este argumento pouco cuidado.

O PSD-Açores em sede de discussão do Plano e Orçamento apresentou uma proposta para a elaboração do projeto de ampliação da pista do aeroporto do Pico, proposta esta que foi de imediato reprovada.

Tratava-se, e continua a tratar-se de uma proposta consciente e que merece reflexão dos picoenses sobre a postura do PS e deste Governo Regional.

Este PS e este Governo Regional gostam de estar no poder, mas já têm muita dificuldade em perceber que somos nove ilhas.

Este PS e este Governo Regional só olham para o seu trajeto e deixaram de dar ouvidos à sociedade civil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD defende o desenvolvimento do projeto de ampliação do aeroporto do Pico de forma sóbria, madura, racional, acautelando no tempo e no contexto financeiro uma posição segura e de desenvolvimento integrado.

Não vamos desistir desta posição e como tal vamos tomar iniciativas neste Parlamento.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por felicitar os peticionários desta Petição. Eu devo confessar que tenho uma grande admiração pela população da ilha do Pico. Já lá vivi em 1996 e fui lá professor de história. Admiro imenso a capacidade empreendedora da população.

Na altura já se referenciava que a ilha era a ilha do futuro. Eu acho que é a ilha do presente. Acho que tem um futuro radioso à sua frente.

Agora é evidente que a população tem toda a razão quando verifica que há um conjunto de infraestruturas que têm vindo a ser criadas noutras ilhas e que a ilha do Pico fica sempre para trás. É verdade!

Tendo em conta o seu potencial, tendo em conta as suas limitações, eu considero que o investimento que tem vindo a ser realizado no Pico não corresponde nem pouco, mais ou menos àquele que é o potencial da ilha e àquela que é a capacidade que a ilha tem e as necessidades que a ilha tem.

Há também uma coisa que eu quero aqui dizer. É que há um passado de muitos anos de abandono que não se apaga em 40 anos. Há um passado de muitos anos de abandono da Ilha do Pico em relação ao seu potencial e à forma como a riqueza produzida na ilha do Pico, durante séculos, não ficou lá. É verdade, Sr. Deputado. Durante séculos, a riqueza que foi criada na ilha do Pico não ficou lá. Portanto, há um passado que tem que ser resgatado e há um presente em que tem que ser feita justiça à população da ilha do Pico.

Os peticionários estão a reivindicar que o cumprimento da pista seja aumentado. Estou completamente de acordo e se isto não for executado, única e exclusivamente quem tem culpa é o Governo Regional do Partido Socialista.

Também estão a reivindicar que “a pista seja ranhurada em toda a sua extensão de forma a melhorar os efeitos adversos para as aterragens provocadas pela chuva que frequentemente cai sobre o território açoriano”. Também concordo em absoluto.

Portanto, em relação a estas pretensões, penso que são mais do que justas, e se ainda não estão concretizadas o responsável por essa matéria, o responsável por esses atrasos é única e exclusivamente o Governo Regional que continua a olhar para a ilha de uma forma que a prejudica ou seja adiando, criando expetativas, mas não concretizando o desenvolvimento e o investimento que é necessário realizar na ilha do Pico.

Portanto, em relação a esta reivindicação, tal como em relação a muitas outras, a população tem a total solidariedade e apoio político por parte da Representação Parlamentar do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim este ponto.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para?

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, se faz favor.

Presidente: Eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, foi pedido um intervalo regimental e depois desta pequena Conferência de Líderes vamos então interromper os nossos trabalhos e regressamos amanhã às 10h00.

Eram 19 horas e 32 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Partido Social Democrata (PSD)

Marco José Freitas da Costa

Partido Popular (CDS-PP)

Maria da Graça Amaral da Silveira

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco